



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Marina Monte Barardi

DO ECOFEMINISMO ÀS SINDEMIAS.

Similaridades, alcance e limites conceituais em Karen J. Warren e Merrill Singer.

Florianópolis

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Marina Monte Barardi

DO ECOFEMINISMO ÀS SINDEMIAS

Similaridades, alcance e limites conceituais em Karen J. Warren e Merrill Singer.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do grau de mestre em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dr. Milene Consenso Tonetto

Florianópolis

2024

Barardi, Marina

DO ECOFEMINISMO ÀS SINDEMIAS. :Similaridades, alcance e limites conceituais em Karen J. Warren e Merrill Singer/Barardi ; orientadora, Milene Consenso Tonetto, 2024.

107 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Ecofeminismo. 3. Karen J. Warren. 4. Lógica de dominação. 5. Sindemias. I. Tonetto, Milene Consenso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Marina Monte Barardi

Do ecofeminismo às sindemias:

Similaridades, alcance e limites conceituais em Karen J. Warren e Merrill Singer.

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 14 de Junho de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof(a) Dr. Milene Consenso Tonetto, Dra
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Dra. Daniela Rosendo.
CESUSC (Membro Titular - externo)

Prof. Dr. Alessandro Pinzani
Universidade Federal de Santa Catarina (Membro Titular - interno)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em filosofia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof(a) Milene Consenso Tonetto, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2024.

A Rosa Lua, que me fez descobrir o amor inesgotável de ser mãe.

AGRADECIMENTOS

À professora Milene Consenso Tonetto, que me orientou nesta dissertação sempre com muita disponibilidade, paciência com meu ritmo e limitações. Aprendi e amadureci muito intelectualmente durante todo o percurso do mestrado, assim como pude dar-me conta da pequenez de meu saber diante das imensidões filosóficas que tange o conhecimento do tema deste trabalho. Confirmei as belezas e a infinitude da filosofia, que me fez questionar tantas e tantas vezes o porquê de não ter entrado neste caminho antes. Mesmo assim, este caminho me ensinou a fazer mais perguntas, questionar as respostas e perceber que na maioria das vezes, as respostas trarão menos certezas.

Descobri durante este período que muito do processo filosófico é na verdade, organização de ideias e pensamentos e que com isso a aparente complexidade até então para mim quase inatingível, pode ser tocada e destrinchada, e como fica mais bonito o pensamento organizado, por também possibilitar o acesso das ideias apresentadas às outras pessoas.

Posso dizer o quanto sou grata a todas as professoras e todos os professores, pois a filosofia me tornou uma pessoa muito melhor, com mais humildade, me levando para mais perto de mim mesma, me fazendo até mesmo sentir quando conseguia chegar a vislumbres de compreensão, em “comunhão com o mundo”. A vida fica mais leve e gostosa dentro dessa intimidade do saber, mesmo que este saber dure alguns segundos, até o lançamento da próxima pergunta.

Agradeço muito ao Departamento de Filosofia, a todas e todos os professores por abrirem as portas para pessoas de outras áreas, possibilitando e democratizando o acesso à pesquisa filosófica, tenho certeza de como as (os) estudantes vindos de outras áreas aprendem com o rigor crítico filosófico necessário no desenvolvimento de suas pesquisas.

Agradeço muito à professora Ilze Zirbel e Alessandro Pinzani por sua presença e contribuição na banca de qualificação. Este trabalho ganhou muito mais densidade e fundamentação graças às orientações que tive durante esse processo.

Por último, “preciso dizer como os desafios da maternidade são gigantes!” A maternidade apresenta, querendo ou não, o feminismo a todas as mulheres mães. Me solidarizo profundamente por todas as mulheres que carregam muitas vezes de forma solitária e inconsciente as dores e o peso do patriarcado em seus corpos cansados e em sua existência muitas vezes sacrificada.

Sou muito grata ao apoio da minha família e de meu companheiro Fernando por compartilhar os cuidados de nossa filha, que nasceu no meio deste mestrado, por todas as conversas e inspirações.

Agradeço a todes com muito carinho.

“Se você não me achar em você, nunca me achará. Pois tenho estado contigo, desde o início de mim”

(Rumi)

RESUMO

Esta dissertação analisa o ecofeminismo de Karen J. Warren e o fenômeno conhecido como sindemia, cunhado por Merrill Singer, para posteriormente fazer relações destes temas enquanto crises ecológicas, políticas, sociais e no campo da saúde humana, compreendendo a decadência antropocêntrica e a importância de dar espaço e ouvidos para outras vozes e culturas enquanto manifestações na busca por soluções às crises multidimensionais. Correlacionar a valorização, nos ecofeminismos, da diversidade, com a alteridade, e a relação com o outro. Compreender como se pode utilizar da abordagem ecofeminista para olhar o campo sindêmico; refletir sobre o patriarcado e suas inter-relações num cenário sindêmico. O ecofeminismo, aqui apresentado, destaca uma visão de mundo diferente da masculinizada através da análise entre a opressão social e exploração da natureza. Assim, busca-se compreender as estruturas conceituais opressoras como geradoras dos diferentes sistemas de dominação (gênero, classe, espécies, racial) sendo estes desdobramentos do patriarcado colonizador. Uma crítica social é inevitavelmente apresentada, à ética utilitarista ou que refletem a racionalidade machista. Assim como uma proposta de alternativa através da ética sensível ao cuidado de Warren, que busca por valores como amizade, respeito, empatia, sendo estas qualidades centrais. Bem como a considerabilidade moral de não humanos. Além disso, esta dissertação também explora a interseccionalidade das crises sindêmicas no campo ecológico, social e em relação a saúde humana de uma forma ampliada, buscando compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre múltiplos eixos de subordinação e como sistemas discriminatórios colaboram para criar desigualdades fundamentais que determinam as posições relativas de mulheres, grupos raciais, étnicos, classes sociais e outros segmentos. Ao explorar como as práticas ecofeministas podem ser aplicadas em contextos sindêmicos, argumenta-se que a inclusão de perspectivas marginalizadas e a promoção de uma ética de cuidado são essenciais para enfrentar as crises complexas e interconectadas do nosso tempo. A análise propõe que a abordagem da ética sensível ao cuidado pode apresentar caminhos e inspirações viáveis para questões éticas que podem surgir em contextos sindêmicos.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Karen J. Warren; Lógica de Dominação; Ética do cuidado; Sindemias.

ABSTRACT

The present work aims to analyse Karen J. Warren's ecofeminism and the phenomenon known as syndemic, coined by Merrill Singer, to subsequently relate these themes as ecological, political, social crises and within the field of human health. Also aims to understand anthropocentric decadence and the importance of giving space for other voices and cultures as manifestations in the search for solutions to multidimensional crises. Correlate the valorization, in ecofeminisms, of diversity, with otherness, and the relationship among human beings. Understand how the ecofeminist approach can be used to look at the syndemic field; reflect on patriarchy and their interrelations in a syndemic scenario. Ecofeminism, presented here, highlights a different worldview from the masculinized one through the analysis between social oppression and exploitation of nature. Thus, we seek to understand the oppressive conceptual structures as generators of different systems of domination (gender, class, species, racial), these being consequences of colonizing patriarchy. A social criticism is inevitably presented, to utilitarian ethics or those that reflect sexist rationality. As it was highlighted, as an alternative proposal through Warren's care-sensitive ethics, which seeks values such as friendship, respect, empathy, these being central qualities. As well as the moral considerability of non-humans. Additionally, this dissertation also explores the intersectionality of syndemic crises in the ecological, social, and human health fields in an expanded manner, seeking to understand the structural and dynamic consequences of the interaction between multiple axes of subordination and how discriminatory systems collaborate to create fundamental inequalities that determine the relative positions of women, racial and ethnic groups, social classes, and other segments. By exploring how ecofeminist practices can be applied in syndemic contexts, it is argued that the inclusion of marginalized perspectives and the promotion of an ethics of care are essential to addressing the complex and interconnected crises of our time. The analysis suggests that the approach of an ethics of care can present viable pathways and inspirations for ethical issues that may arise in syndemic contexts.

Keywords: Ecofeminism; Karen J. Warren; Logic of Domination; Syndemics

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESORDENS SINDÊMICAS E SUAS CONEXÕES COM AS ESTRUTURAS SOCIAIS E DESEQUILÍBRIOS ECOLÓGICOS	15
2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E HIV	19
2.2 DESNUTRIÇÃO E POBREZA	22
2.3 SUPERSINDEMIAS	24
2.4 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	25
2.5 ASPECTOS SINERGÉTICOS DAS SINDEMIAS E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	28
2.6 AQUECIMENTO GLOBAL	29
2.7 DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE	31
2.8 SAÚDE ENQUANTO DIREITO HUMANO BÁSICO	34
2.9 SINDEMIAS NO ANTROPOCENO	36
2.10 INTERSECCIONALIDADE	39
3 EXPLORANDO POSSIBILIDADES ECOFEMINISTAS PARA AS CRISES SINDÊMICAS - UMA PERSPECTIVA INSPIRADA POR KAREN WARREN	46
3.1 A FILOSOFIA ECOFEMINISTA DE KAREN WARREN	47
3.2 ALÉM DA HEGEMONIA: DESAFIANDO DUALISMOS OPOSTOS DE VALOR NA BUSCA POR UMA COEXISTÊNCIA RESPEITOSA.	49
3.2.1 Dualismos opostos de valor	50
3.2.2 Relacionando os dualismos do ecofeminismo e das sindemias	51
3.3 ENTENDENDO A LÓGICA DE DOMINAÇÃO ATRAVÉS DAS ESTRUTURAS CONCEITUAIS OPRESSORAS	53
3.4 COLONIALISMO E CAPITALISMO: DINÂMICAS DE EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA	57
3.5 MILITARISMO E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM AS SINDEMIAS	63
3.6 CONEXÃO ENTRE AS MULHERES E A NATUREZA	70
3.7 O MODELO DESTRUTIVO DAS MONOCULTURAS	74
3.8 SOBRE O REDUACIONISMO E A FRAGMENTAÇÃO DO CUIDADO	76
3.9 ÉTICA ECOFEMINISTA	82
3.9.1 Aproximação entre ética e o racionalismo	85
3.9.1.1 Racionalismo e a ecologia profunda	86
4 ÉTICA DO CUIDADO COMO PILAR: ABORDANDO SINDEMIAS ATRAVÉS DA ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO DE WARREN	91
4.1 O VALOR DE OUTRAS NARRATIVAS PARA A ÉTICA DO CUIDADO	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6 REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, será apresentada a definição do conceito de sindemia, introduzido por Merrill Singer, e, em seguida, abordaremos a filosofia e a ética ecofeminista de Karen Warren. O objetivo desta pesquisa consiste em estabelecer correlações por meio da perspectiva ecofeminista, explorando a lógica de dominação e as estruturas conceituais opressoras como possíveis influenciadores das causas sindêmicas, que explora a associação de doenças e suas relações com fatores sociais e a violência estrutural. Por último, será feita uma reflexão sobre a ética sensível ao cuidado ser suficiente, ou não, enquanto arcabouço conceitual, em gerar inspirações e recomendações na busca de questões éticas que podem surgir numa sindemia.

Warren escreve:

Como filósofa profissional, meu interesse primário está no ecofeminismo como posição filosófica. Este livro é uma decorrência desse interesse. Ele parte da convicção de que a filosofia ecofeminista tem um potencial e poder enormes para gerar insights e recomendações para qualquer teoria, prática ou política que seja feminista, ecofeminista ou ambiental (WARREN, 2000, p. 18).

Warren demonstra como uma abordagem ética ecofeminista pode ser benéfica para entender e resolver dilemas éticos relacionados às questões ambientais, e explica por que as visões de ética ecofeminista e filosofia ecofeminista que sustenta são teoricamente consistentes. Na ética sensível ao cuidado, valores como interesse próprio, e direitos, por exemplo, são características moralmente relevantes.

Influenciando os movimentos ambientalistas e feministas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 em várias regiões do mundo, os ecofeminismos analisam as interconexões entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza explicando as relações históricas causais entre o capitalismo, militarismo, apropriação de terras, neocolonialismo, mudanças climáticas, exploração da mão de obra do trabalhador e a falácia do progresso exploratório predatório infinito (WARREN, 2000).

Apesar do crescente interesse e críticas sobre seu alcance explicativo, o ecofeminismo continua resistindo e se adaptando há mais de cinquenta anos. Recebe destaque tanto na militância prática das lutas sociais quanto no campo teórico. Em constante atualização, revela-se cada vez mais relevante para os desafios contemporâneos (WARREN, 2000).

As instabilidades de um sistema antropocêntrico são reveladas à medida que aumentam as injustiças sociais e a degradação ambiental, o que, por sua vez, fatalmente prepara um campo perfeito para as erupções sindêmicas. As perspectivas ecofeministas vão em busca de

soluções sinérgicas ao fomentar uma democracia participativa, o equilíbrio dos ecossistemas e a soberania alimentar, além de buscarem por uma moralidade que valorize os princípios do cuidado, da empatia e do respeito, para que possamos sobreviver aos desajustes instaurados, em reciprocidade com os ecossistemas naturais (WARREN, 2000).

Serão mencionadas outras teorias ecofeministas e suas particularidades conceituais a fim de examinar as questões da dominação patriarcal ocidental, ao fazer esta relação entre a exploração das mulheres e da natureza, recuperando a autonomia e direitos de sujeitos que sempre foram subjugados pelas estruturas conceituais opressoras através da lógica de dominação. Adicionalmente, pretende-se responder se algumas críticas teóricas a certas correntes ecofeministas procedem, a saber, se elas são essencialistas, ou corroboram a visão patriarcal de considerar a natureza como sendo algo essencialmente feminino.

Espera-se aproximar os fundamentos teóricos de alguns ecofeminismos para analisar o conceito de sindemia revelando como as principais causas das disparidades de saúde estão fortemente relacionadas a fatores debilitantes econômicos, sociais e ambientais.

No capítulo um, será abordada a questão de saúde enquanto direito humano básico e considerações sobre o antropoceno¹ (embora considerar o ser humano de forma genérica já não seja mais preciso para indicar o impacto causado na terra, mas sim o sistema econômico) com foco na saúde humana. Ainda dentro do capítulo sobre sindemia, apresenta-se o tema do reducionismo e fragmentação do cuidado e abordagens que não separem as doenças dos contextos de desigualdade e disparidade em que ocorrem.

Deste modo, busca-se compreender a relação entre a violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade e os sistemas econômicos não sustentáveis e injustos. Também será abordado como as estruturas emergentes do patriarcado tradicional capitalista intensificam a violência contra as mulheres e a degradação ambiental.

O capítulo dois será falado sobre interseccionalidade, conceito cunhado pela professora de direito e ativista feminista Kimberlé Crenshaw, que destaca como diferentes formas de opressão (como aquelas relacionadas a gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outras) se sobrepõem e interagem, criando experiências muito particulares de discriminação e desigualdade.

1 De acordo com Sandler "Há, (...) dois sentidos descritivos diferentes do "Antropoceno": um que envolve uma designação científica formal e outro que não. Então, quando a pergunta é feita: "Estamos no Antropoceno?" a resposta depende do sentido descritivo que está sendo usado. É indubitável que os seres humanos exercem uma enorme influência sobre o ambiente não humano e, como resultado, estão deixando uma marca na história natural da Terra. No entanto, é (no momento em que escrevo) uma questão em aberto a ser resolvida em grande parte pelos fatos científicos se isso é suficiente para designar um novo período de tempo geológico" (SANDLER, 2017, p. 413)
"Em 2024, em uma votação, um comitê de cientistas da união internacional de Ciências Geológicas (IUGS) rejeitou a ideia de que estamos no antropoceno". <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637351-rejeicao-do-antropoceno-vira-novela-e-causa-comocao-entre-cientistas>

O último capítulo trata de reflexões e conjunto de caminhos ou possibilidades que o ecofeminismo de Karen J. Warren pode apontar para o enfrentamento de dilemas éticos ambientais em crises sindêmicas, através de uma ética sensível ao cuidado, que assume atitude de empatia, cuidado e respeito não só na esfera doméstica, mas também dentro do campo da saúde pública e do meio ambiente.

Vale observar que muitas traduções realizadas ao longo deste trabalho, em especial no capítulo que trata das sindemias, assim como boa parte das citações diretas, são traduções próprias. Estas foram cuidadosamente feitas para manter a fidelidade ao texto original e assegurar a clareza as informações e ideias apresentadas.

2 DESORDENS SINDÊMICAS E SUAS CONEXÕES COM AS ESTRUTURAS SOCIAIS E DESEQUILÍBRIOS ECOLÓGICOS

Para viver conscientemente temos que nos engajar em uma reflexão crítica a respeito do mundo em que vivemos e conhecê-lo mais intimamente.

(bellhooks)

Uma abordagem sinérgica ou multidimensional para resolução de problemas ecológicos e sociais é necessária na perspectiva ecofeminista, bem como para as sindemias, por isso neste capítulo será explorada a definição de sindemia para, em seguida, apresentar uma análise e aproximação com o ecofeminismo, que será introduzido no capítulo seguinte.

Este capítulo está dividido em 10 subtemas que compõem o campo de definição das sindemias, a saber: desordens sindêmicas e suas conexões com as estruturas sociais e desequilíbrios ecológicos; Insegurança alimentar e HIV; desnutrição e pobreza; supersindemias; violência estrutural; aspectos sinérgicos das sindemias e sua relação com a violência estrutural; aquecimento global; determinantes sociais de saúde; saúde enquanto direito e sindemias no antropoceno.

Cunhado pelo antropólogo e médico Merrill Singer na década de 1990, o termo “sindemia” foi cuidadosamente escolhido e ele expressa muito bem seu significado:

No caso de sindemia, a primeira das duas palavras (e suas denotações e conotações que as acompanham) que compõem este neologismo é sinergia, derivada da palavra grega *synergos*, que significa dois ou mais agentes trabalhando juntos para criar um efeito maior do que a soma de cada um trabalhando sozinho, uma definição bastante exata para o que acontece em uma sindemia. O segundo é *demic*, um sufixo verbal derivado da palavra grega *demos*, ou “pessoas”. É usado em “sindemia” como têm sido anteriormente usado em três conceitos básicos de saúde pública: epidemia, uma classificação de doença que literalmente significa "sobre o povo" e é usada para descrever saltos maiores do que o esperado na frequência de uma doença em uma determinada população; pandemia, uma epidemia que espalha-se por várias populações ou mesmo em todo o mundo, como AIDS; e endêmico, uma doença que está estabelecida em uma população e permanece ano após ano (SINGER, 2009, p. 28).

O conceito surge a partir de um estudo sobre o entrelaçamento da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV) e a violência em cidades estadunidenses. Basicamente, refere-se à agregação de duas ou mais epidemias simultâneas ou grupos de doenças em uma população com interações biológicas e sociais que agravam o prognóstico e a carga da doença.

Essa re-conceitualização é fundamental na contribuição da quebra de ciclos de problemas de saúde especialmente em populações desfavorecidas. Ela explora a concorrência de doenças, como abuso de substâncias (drogas), doenças infecciosas crônicas e a relação com fatores sociais (desigualdades). Também está relacionada com a desvalorização das iniciativas públicas para a solução de problemas sociais e médicos combinados. A sindemia, então, pode fornecer um arcabouço conceitual considerável, para englobar todas estas problemáticas multidisciplinares (SINGER, 2009).

Singer descreve que o primeiro uso registrado do termo epidemia foi pelo poeta grego Homero há aproximadamente 2,500 anos em "A Odisseia". O termo aparece com um significado médico em uma coleção de escritos da época de Hipócrates que descrevem seu método.

Para os autores desses documentos, uma epidemia era uma coleção de sintomas peculiares a um local específico, como a tosse conhecida por ocorrer durante todo o inverno na ilha de Cós. Na Idade Média, o termo era usado para se referir a doenças nomeadas que ocorreram em diferentes épocas e lugares. Com o surgimento da teoria dos germes, epidemias específicas estavam ligadas a patógenos específicos (SINGER, 2009, p. 55).

Com o desenvolvimento do conhecimento sobre os patógenos, as epidemias foram especificamente relacionadas com cepas microbianas, virais, fúngicas ou parasitárias particulares, atribuídas a surtos específicos. Com o tempo, o uso do termo ampliou-se, durante a segunda metade do século XX, também para descrever o aumento do número de casos de doenças não infecciosas como o câncer, o uso de drogas ou obesidade (MARTIN & MARTIN - Granel, 2006, apud SINGER, 2009).

O conceito de sindemia, por sua origem, foi utilizado pela primeira vez em coincidência com o termo SAVA (*Substance, Abuse, Violence, and AIDS*). Foi o primeiro conjunto de epidemias analisadas sindemicamente na literatura de saúde e usado para ilustrar a natureza desse fenômeno multifacetado de saúde. A sindemia SAVA engloba um aspecto significativo da vida de populações em estado de vulnerabilidade (pessoas em situação de rua ou pessoas em cumprimento de pena prisional, por exemplo). Tanto durante a infância como na vida adulta, formas particularmente graves de violência cotidiana (conflitos por tráfico de drogas, incidentes de assédio policial, falta de abrigo confiável, etc) são encontradas nesta população. Ao avaliar a conjuntura de SAVA revela-se tanto as complexidades da sindemia quanto a multidisciplinaridade necessária para compreendê-la (SINGER, 2009).

Outro fator importante sobre o conceito, diz respeito à relação da interação entre dois tipos de doenças, onde uma facilita a expressão da outra. Pessoas portadoras do vírus HIV (vírus da imunodeficiência humana) e que vivem em situação de vulnerabilidade, tem

uma maior chance de progressão da doença (AIDS), com o aparecimento de diversas infecções oportunistas como herpes, tuberculose, pneumonias, citomegalovírus, diarreias de diversas origens, etc. Na perspectiva sindêmica, as infecções oportunistas desencadeiam expressão agravada e progressão de outras doenças como câncer, desnutrição, etc. (SINGER, 2009).

Richard Wilkinson e Kate Pickett, pesquisadores da área da epidemiologia são conhecidos por seu trabalho sobre desigualdade social e seus impactos na sociedade. Em sua obra proeminente, *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger (2009)*, descreve como sociedades que buscam maior igualdade social tendem a experimentar melhorias em vários aspectos, como saúde e educação. A perspectiva fornecida por seu trabalho lança luz sobre como a distribuição justa e equalitária de recursos promove o bem-estar social, demonstrando que nações com acentuada disparidade de renda entre seus extratos sociais têm maior probabilidade de enfrentar desafios de saúde, sociais e econômicos, em contraste com aquelas que buscam uma distribuição mais equitativa de recursos. Em resumo, suas análises evidenciam a interconexão crucial entre questões de saúde, desigualdade e distribuição de recursos em contextos sociais complexos (Wilkinson & Pickett, 2015).

Os autores defendem que existe uma variação social na saúde que perpassa toda a sociedade, e a nossa posição relativa em relação aos outros desempenha um papel crucial. Investigar esse gradiente implica compreender as razões pelas quais os indivíduos menos favorecidos economicamente tendem a apresentar os piores indicadores de saúde. Pessoas que ocupam cargos profissionais considerados desprestigiados economicamente têm mais propensão a desenvolverem obesidade, terem hipertensão, tabagismo, e praticar menos atividades físicas (Wilkinson & Pickett, 2015).

Segundo os autores, no desenvolvimento das sociedades, as questões relacionadas à saúde e aos problemas sociais continuam estreitamente vinculadas à distribuição de renda. Não é à toa que à medida que as nações ascendem acima da linha de pobreza, observa-se uma mudança nos padrões de mortalidade, afastando-se de doenças como tuberculose, cólera e sarampo, que anteriormente eram responsáveis pelas principais causas de óbito. Com isso podemos concluir que à medida que descemos na escala social, tem-se uma deterioração na saúde, indicando que condições precárias de saúde e incidências de violência são mais prevalentes em sociedades caracterizadas por maior desigualdade.

O desenvolvimento industrial (partido do pressuposto que o progresso sem fim, no estilo colonizador era possível para todos) trazia a promessa de universalizar um estilo de vida de produtividade e crescimento infinito, sendo que isso representava um grande avanço para as economias em todo mundo. Porém a degradação ambiental, desigualdades e pobreza

geradas com essa falsa promessa não foram levadas em consideração ao longo da história. Essas implicações muitas vezes não são tratadas com a seriedade necessária, quando as estratégias de crescimento econômico e políticas públicas sociais são discutidas.

Acentuadas diferenças entre ricos e pessoas em situação de vulnerabilidade estão associadas a uma série de problemas que afetam negativamente o tecido social e o desenvolvimento econômico. Além disso, disparidades materiais mais pronunciadas entre indivíduos resultam em distâncias sociais mais amplas. Acentua-se a propensão para julgamentos de superioridade e inferioridade, onde o *status* torna-se um componente fundamental nas avaliações recíprocas (Wilkinson & Pickett, 2015).

Existe uma disparidade alarmante no consumo de energia entre os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e os países em desenvolvimento. Ela evidencia não apenas a desigualdade de acesso aos recursos, mas também os impactos desproporcionais que esse consumo tem sobre o meio ambiente e as comunidades em situação de vulnerabilidade. Essa discrepância não apenas reflete uma distribuição desigual de recursos, mas também ressalta a urgência de abordar questões de justiça social e ambiental.

Maria Mies, socióloga e feminista alemã conhecida por seu trabalho pioneiro no campo dos estudos feministas e da crítica ao capitalismo, ilustra a afirmação acima, ao defender que:

Se, por exemplo, percebemos que 6% da população mundial que vive nos EUA consome anualmente 30% de toda energia fóssil produzida, então, obviamente, é impossível para o resto da população mundial, da qual cerca de 80% vive nos países pobres do Sul, consumir energia na mesma escala (MIES, 2021, p. 131).

Fica clara (devido aos limites materiais de onde se originam os recursos e com relação ao nível de consumismo) a impossibilidade para o Sul global alcançar esse paradigma de modelo de crescimento econômico constante. Assim as diferenças socioeconômicas entre os pólos se amplificam cada vez mais.

Em suma, o sistema de mercado mundial vigente, orientado para o crescimento e o lucro sem fim, não consegue ser mantido a menos que ele possa explorar colônias externas e internas: natureza, mulheres e outras pessoas. Mas também precisa de pessoas que nunca digam: “é suficiente” (MIES, 2021, p. 134).

Assim, torna-se para estes tempos necessária a busca pela existência de um equilíbrio ecológico que supere os desequilíbrios entre produzir, consumir e preservar. Este ajuste pode acontecer de diversas maneiras, entre as quais, por meio de comunidades autossuficientes que se autoabasteçam, através de uma perspectiva de subsistência, desviando dos antigos

caminhos da exploração de colônias. Esta impressão será desenvolvida mais adiante no subcapítulo sobre 4.7 (o modelo destrutivo das monoculturas), mas a citação acima introduziu o tema. A perspectiva de subsistência mencionada indica um modo de vida mais sustentável, no qual as comunidades procuram satisfazer suas necessidades básicas, sem esgotar os recursos naturais ou sem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Wilkinson & Pickett também falam sobre o fato de que sociedades mais igualitárias geralmente apresentam melhores indicadores de saúde. Uma das principais conclusões dos autores em *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger* é que o fator crucial na determinação da mortalidade e saúde de uma sociedade não é a riqueza individual, mas sim a uniformidade com que essa riqueza é distribuída. Quanto mais equitativa for a distribuição de riqueza, o acesso e a distribuição de alimentos, melhor tende a ser a saúde dessa sociedade.

A insegurança alimentar é outro fator que se relaciona as sindemias. É esperado que a falta de acesso a alimentos nutritivos leve à falta de vitaminas, minerais e proteínas essenciais. Conseqüentemente, aumenta-se o risco de uma série de problemas de saúde, incluindo doenças crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares e obesidade.

2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E HIV

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os números de casos de HIV/AIDS, que assolam a África Subsaariana ainda atualmente são exorbitantes. A epidemia abala várias populações nas quais a desnutrição também atinge proporções de uma epidemia. É evidente como a desnutrição acaba exacerbando a infecção por HIV/AIDS ao interferir diretamente na capacidade individual e comunitária de lidar com a doença (SINGER, 2009).

A insegurança alimentar é um componente significativo que pode agravar e ser agravado por outras condições de saúde em uma sindemia. Além de todos os impactos e suas conseqüências fisiológicas, ansiedade e estresse são desencadeados devido à incerteza sobre a disponibilidade de alimentos. A persistência do estresse está relacionada a diversos problemas de saúde mental, como depressão, que, por sua vez, podem piorar as condições de saúde preexistentes. O sistema imunológico enfraquecido devido a desnutrição alimentar, torna as pessoas mais suscetíveis a outras infecções.

A desnutrição e o HIV são as duas causas mais comuns de disfunção imune adquirida em todo o mundo. O padrão de supressão do sistema imunológico causado pela desnutrição é semelhante em muitas formas para os efeitos imunológicos da infecção pelo HIV (SINGER, 2009, p. 108).

Existe um número crescente de pesquisas relacionadas às interações sindêmicas que ocorrem entre a infecção por HIV e desnutrição. As duas condições (desnutrição e HIV) concomitantes agravam e fazem uma à outra progredirem. Uma nutrição inadequada abala e reduz o desenvolvimento de anticorpos. E o bom funcionamento do sistema imunológico está diretamente relacionado ao aporte nutricional adequado.

Importante citar alguns números que justificam a visão de Singer de trabalhar em torno da AIDS na perspectiva sindêmica: Inicialmente o autor traz o relato sobre recente pesquisa realizada na África do Sul onde mais de 50 por cento das crianças infectadas por HIV estavam abaixo do peso e exibiam atrofia corporal e que mais de 60 por cento apresentavam sinais de que sofriam de deficiências de múltiplos micronutrientes (HENDRICKS, ELEY E BOURNE, Apud SINGER, 2009).

Segundo a narrativa de UNAIDS e Organização Mundial da Saúde de 2017, a AIDS é a principal causa de morte em alguns lugares, como a África subsaariana, tornando esta doença uma das pandemias mais mortais da história registrada. Além disso, 36,9 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo, Isso equivale a 5 mil novos casos todos os dias. Destas, 1,8 milhão são crianças com menos de 15 anos de idade. A cada dia, quase 7.000 pessoas se tornam infectadas com HIV e mais de 5.700 morrem com diagnóstico da AIDS. Uma das principais causas de mortalidade em todo o mundo decorre de sua interação sindêmica com várias outras doenças (hepatite, tuberculose, malária, leishmaniose, herpes, etc).

Merril Singer destaca, por meio da sindemia SAVA, a presença de uma interface biopsicossocial significativa no cenário contemporâneo. Sua definição inicial não apenas esclarece o conceito, mas também oferece uma ferramenta valiosa para visualizar conexões transdisciplinares. Ao abordar as epidemias de HIV, a análise transcende as características individuais, mergulhando em questões de saúde pública e suas implicações mais amplas.

É comum confundir a causa de uma doença com o agente biológico responsável por uma infecção específica. Embora parasitas, bactérias ou vírus sejam componentes essenciais na compreensão de diagnósticos, eles não são suficientes para explicar surtos epidêmicos particulares. É imperativo direcionar o olhar para os fatores políticos subjacentes à epidemiologia da doença. Nesse contexto, a perspectiva sindêmica busca romper com conceituações monocausais, reconhecendo a necessidade de abordagens mais abrangentes e contextualizadas (SINGER, 2009).

Na abordagem sindêmica, doenças, violência, as conjunturas sociais e ambientais estão tão entrelaçadas umas às outras e cada fator é significativamente moldado pela presença dos demais que, se tentarmos entendê-los como coisas separadas será difícil concebê-los com precisão, uma vez que seus componentes são profundamente interativos.

Alguns dos principais elementos que contribuem para essa sindemia na região da África subsaariana incluem o acesso limitado a antirretrovirais e prevenção do HIV, como preservativos, isso é um fator importante na disseminação contínua do vírus. O estigma em relação à doença também pode ser uma barreira na busca por tratamento e apoio, tornando mais difícil a prevenção e o controle da epidemia. A alta prevalência de DSTs, na região também pode aumentar o risco de contrair o HIV, as lesões nas mucosas que as DST's causam, facilitando a entrada do vírus no organismo. Esses elementos estão interconectados e podem gerar um ciclo de vulnerabilidade. Isso faz com que a epidemia de HIV/AIDS na África subsaariana seja um exemplo marcante de uma sindemia, onde as condições de saúde, fatores sociais, econômicos e comportamentais estão ligadas e têm efeitos mútuos na propagação da doença e no bem-estar nas comunidades.

Singer relata que, em média, três novas doenças humanas são identificadas a cada dois anos, com um novo patógeno sendo descrito na literatura de saúde a cada semana. A Organização Mundial da Saúde registra uma série de doenças infecciosas que aparentemente estavam desaparecidas e hoje estão ressurgindo em sua lista internacional de vigilância, incluindo cólera, difteria, febre amarela, entre outras. Também é preocupante a configuração sindêmica de espécies patogênicas resistentes ao tratamento. Os constantes processos de mutação, seleção natural e também o uso indevido de recursos farmacológicos, o uso indiscriminado de antibióticos fora do ambiente hospitalar, estão reduzindo a capacidade do arsenal existente de antimicrobianos para controlar algumas doenças, como a tuberculose, que novamente, se torna uma ameaça para algumas populações (SINGER, 2009).

A diminuição na adesão às políticas de vacinação também contribuíram para o surgimento de várias doenças mais antigas, como sarampo e coqueluche, que antes eram amplamente controladas. Indivíduos podem deixar de se vacinar devido à desconfiança nos sistemas de saúde. Isso pode ser influenciado pela desinformação sobre os procedimentos de vacinação e as temerárias “fakenews” e outros fatores relacionados à falta de credibilidade nas vacinas e nos sistemas de saúde. Para abordar essa hesitação, é fundamental que se realizem campanhas educacionais básicas que ressaltam a importância da vacinação para reduzir a desinformação gerada por uma pseudociência na maioria das vezes difundida pelas mídias sociais.

Sabemos que dentre as implicações significativas para o surgimento de agrupamento de doenças e intercâmbio sinérgicos estão os padrões acelerados de aquecimento global, perda de espécies e diminuição da biodiversidade, as várias transformações causadas pela poluição que modificam ecossistemas, etc. Inerente a essa discussão está a certeza de que é preciso

adotar um modelo sistemático que reconceitualize e integre a saúde humana, interespecies e ambiental (SINGER, 2009).

2.2 DESNUTRIÇÃO E POBREZA

Enraizada na pobreza, a desnutrição é uma desordem social que contribui para o aumento e agravamento da carga de doenças. A exportação de alimentos das nações mais pobres para as mais ricas, mesmo em meio a crises alimentares, por exemplo, é uma expressão não rara de violência estrutural.

Neste contexto, é relevante contextualizar sobre a Revolução Verde, período de transformação na agricultura que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, pela difusão de tecnologias agrícolas. Um dos resultados dessa modernização no paradigma agrícola foi o aumento da produção de alimentos, especialmente na Ásia e na América Latina sobretudo em países menos desenvolvidos. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial, não se pode negar que a Revolução Verde também trouxe consigo diversas questões negativas, incluindo a utilização intensiva de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas usados com o intuito de aumentar a produtividade das culturas.

No caso do Brasil, essas políticas foram implementadas durante o período militar, associado ao chamado "milagre econômico", visto como um dos principais objetivos do governo da época para impulsionar o crescimento econômico do país. Além disso, foi implementada seguindo os padrões globais, com a criação de políticas públicas para incentivar os agricultores a adotarem o novo modelo. Entre essas políticas, destacam-se o crédito subsidiado vinculado à compra de insumos como agrotóxicos e fertilizantes, a criação de institutos de pesquisa nacionais e estaduais para apoiar o novo modelo, o treinamento de professores que disseminassem esse novo modelo de agricultura e a implementação de serviços de extensão rural para levar a tecnologia até os agricultores (OCTAVIANO, 2010).

O método predominante adotado pelos países durante a Revolução Verde foi o da monocultura. Sabe-se que o plantio intensivo de uma única espécie vegetal em vastas áreas propicia o surgimento de pragas invasoras e outros problemas abordados na seção 4.7 (modelo destrutivo das monoculturas). Essas práticas geraram preocupações ambientais e sociais, como a concentração da produção agrícola em grandes propriedades e o deslocamento e desvalorização de pequenos agricultores.

O exemplo brasileiro destaca claramente a dicotomia entre o progresso econômico e a persistência dos problemas sociais. Entre 1970 e 1985, a produção de alimentos essenciais para a população aumentou em apenas 20%, enquanto a produção de produtos de exportação,

como cacau e soja, cresceu exponencialmente, variando de 119% a 1.112%. Apesar de o Brasil ocupar atualmente uma posição de destaque entre os exportadores de alimentos, essa realidade contrasta com a existência de milhões de pessoas subnutridas no país. Este exemplo foi definido pelo pesquisador José Maria Gusman Ferraz, pesquisador em agroecologia pela Universidade de Córdoba, na Espanha, associado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (OCTAVIANO, 2010).

Segundo a avaliação de Ferraz sobre os impactos da Revolução Verde, além de não resolver os problemas de falta de nutrição e fome, a Revolução Verde também aumenta a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e a dependência de sementes específicas para o plantio em larga escala, o que afeta a cultura dos pequenos agricultores, que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas práticas. Isso resultou em um aumento do êxodo rural e concentração populacional nas cidades, levando a um aumento da favelização. A maior parte do lucro da atividade agrícola passou a ser direcionada para a agroindústria, deixando os produtores rurais com margens estreitas e levando a um aumento do endividamento (OCTAVIANO, 2010).

Pedro Abel Vieira Júnior, pesquisador no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e também pesquisador da Embrapa, analisa de forma crítica os impactos da Revolução Verde. Ele reconhece que houve ganhos significativos na produção agrícola, mas destaca que esses ganhos vieram acompanhados de grande degradação ambiental. Além disso, os produtores rurais não foram os principais beneficiários dos lucros extraordinários gerados pela suposta melhoria da produtividade da terra, mão de obra e capital (OCTAVIANO, 2010).

Por outro lado, José Maria Gusman Ferraz argumenta a favor de um novo modelo que leve em consideração a ecologia e a sustentabilidade. Ele defende a adoção de um pensamento sistêmico para repensar o sistema produtivo, algo viável através da agroecologia. Destaque para a importância de valorizar e apoiar a agricultura familiar, que produz os alimentos consumidos diariamente, seguindo os princípios agroecológicos. Ele acredita que essa abordagem pode direcionar a agricultura para um caminho com impactos sociais positivos e verdadeiramente sustentável (OCTAVIANO, 2010).

Pedro Abel Vieira Júnior argumenta que o Brasil e a Índia foram significativamente beneficiados economicamente pela adoção do novo sistema e pela modernização da agricultura. Ele atribui parte desse sucesso ao desenvolvimento de tecnologias específicas para a agricultura tropical no Brasil. Isso resultou na liderança do país em tecnologia para a produção agrícola nos trópicos. A disseminação dessas tecnologias em todo o Brasil a partir da década de 1990 impulsionou o desenvolvimento agrícola, expandindo as fronteiras de

produção e aumentando a produtividade em culturas como soja, milho e algodão. Esse período da história brasileira é muitas vezes chamado de "Era do Agronegócio" (OCTAVIANO, 2010).

Para Ferraz, a ideia de que os alimentos geneticamente modificados (transgênicos) resolveriam o problema da fome é equivocada, semelhante ao argumento utilizado na época da Revolução Verde. Ele argumenta que a Revolução Verde, ao contrário do que se esperava, não acabou com a fome e ainda causou problemas sociais e ambientais. Ele acredita que o modelo atual está se esgotando e que a introdução de plantas transgênicas, com o uso de agrotóxicos, é uma tentativa de prolongar esse modelo (OCTAVIANO, 2010).

Sabemos que o problema da fome global não se deve à escassez de alimentos, mas sim à distribuição desigual de renda. Ferraz destaca que, organizações como a ONU afirmam que há comida em quantidade mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial de forma adequada. No entanto, o autor questiona se os órgãos reguladores estão realmente avaliando as consequências trabalhistas, ambientais e de saúde pública e animal da abordagem “pró-revolução verde”. Ele também levanta a questão se essa nova fase resultará não apenas em um aumento na produção, mas também no acesso equitativo aos alimentos.

2.3 SUPERSINDEMIAS

A introdução do termo “supersíndemia” pelo pesquisador Singer, expande ainda mais nosso entendimento das complexas interações entre fatores que perpetuam a violência estrutural. A supersíndemia descreve a crescente prevalência de doenças emergentes e reemergentes, bem como a disseminação de doenças infecciosas, e aponta para a influência direta de fatores como o aquecimento global, a degradação ambiental e conflitos armados. Todos esses elementos estão intrinsecamente ligados às mesmas estruturas de desigualdade que perpetuam a violência estrutural (SINGER, 2009).

Surge assim a preocupação com o potencial surgimento de supersíndemias, destacando a interconexão entre diferentes síndemias que, inicialmente independentes, podem desenvolver interações sinérgicas e amplificar os desafios de saúde pública a outro nível.

2.4 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

O termo violência estrutural é definido por Singer como “relações de desigualdade social que aumentam o sofrimento humano a um nível que merece ser visto como uma forma de brutalidade socialmente sancionada” (SINGER, 2009, p.140).

É uma importante fonte de complicações de saúde/doenças. Porém é um tipo de violência invisibilizada pois está no dia-a-dia das instituições dominantes, portanto não explicitamente detectável. Geralmente, a violência estrutural é legalizada e tolerada, se não, negligenciada, diferentemente de formas de violência física, onde os agressores são punidos e aprisionados. Os resultados dos efeitos da violência estrutural são até mesmo naturalizados, culpabilizando as escolhas subjetivas dos indivíduos (SINGER 2019).

Esse tipo de violência raramente é apresentado publicamente como forma de agressão direta à saúde das populações vitimadas. Sabemos, por exemplo, que o acesso aos cuidados de saúde, o acesso à habitação e até o acesso a alimentos não são direitos constitucionalmente garantidos em muitos países. Quando o são, na verdade não são viabilizados enquanto políticas públicas que garantam sua funcionalidade prática.

Neste contexto fica mais evidente a avaliação do impacto gerado pela violência estrutural e sua influência no aparecimento das sindemias. Existem algumas definições importantes que a literatura faz sobre diferenças e injustiças sociais no acesso aos cuidados de saúde e estado de saúde. Uma destas, realizada por Whitehead e Dahlgren, fala sobre as desigualdades em saúde como um conjunto de distinções que podem ser medidas pelas diferenças entre grupos populacionais com base na etnia, idade, sexo, status socioeconômico ou localização. Como eles usam o termo desigualdade, ela é sobre diferenças mensuráveis em termos de morbidade e mortalidade entre grupos e indivíduos. Como um termo equivalente, disparidade de saúde é utilizada pelos autores como divergência de oportunidade entre grupos populacionais e acesso inadequado à alimentação, moradia adequada e serviços de saúde (WHITEHEAD E DAHLGRENW, 2006).

Singer identifica uma das fragilidades do conceito da violência estrutural, pois agrupa diferentes configurações de denominação. Seu valor como conceito analítico, no entanto, reside na atenção que chama para diversas estruturas impostas (que se entrecruzam) para um resultado comum de sofrimento social e precariedade no estado de saúde.

A disparidade de condições de saúde existe de maneira global, embora seja mais grave e acentuada em algumas regiões, como nos países do sul global. Algumas informações são relevantes para serem citadas neste contexto: segundo o levantamento do Development Programme das Nações Unidas (DPNU) de 2020, a extrema pobreza (que significa viver com menos de US \$1,90 por dia) deverá aumentar pela primeira vez em mais de duas décadas. Essa recessão global em parte foi causada pela COVID-19, conflitos e mudanças climáticas. Isso significaria 150 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema. O relatório ainda cita que grande parte deste grupo considerado, o novo grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade no mundo, 82% vivem em países considerados de renda média, como o

Brasil, um dos países líderes em desigualdade em termos de distribuição de renda (DPNU, 2020).

Singer segue fazendo associações entre a posição socioeconômica e o estado de saúde de populações:

- A pobreza está associada ao aumento da mortalidade por causas múltiplas, variando por localização social e geográfica, mas consistente ao longo do tempo e do espaço.
- Quanto mais tempo as pessoas passam na pobreza e em lugares pobres, mais cedo elas tendem a morrer.
- Privação de saúde na infância influencia os padrões de doença na idade adulta (SINGER, 2009, p. 142).

A discriminação racial, expressão de violência estrutural, também traz consequências significativas para a saúde individual e coletiva, como será abordado a seguir.

No Brasil, por exemplo, embora a opressão racial seja negada muitas vezes, ainda que oficialmente no nível popular, pesquisas indicam que “as estruturas do racismo estão explicitamente presentes na experiência cotidiana” (GOLDSTEIN, apud SINGER, 2009).

Tullet et al. fazem em sua pesquisa realizada com populações negras do Caribe, com idades entre 20 e 55 anos, uma associação direta entre o aumento do estresse psicossocial e da pressão arterial. Mostram também como o racismo está associado a níveis aumentados de obesidade e depressão, independente do índice de massa corporal. Esses pesquisadores levantaram a informação de que a discriminação racial, a pobreza e outros fatores estressores podem ser desencadeadores de uma série de cascatas de anormalidades metabólicas relacionadas também à hipertensão arterial. Assim, a pesquisa conclui que a pigmentação real da pele não está diretamente associada à hipertensão, como ainda se afirma, mesmo em literaturas acadêmicas (TULL *et al.*, 1999).

Singer traz que, além do HIV / AIDS, o estresse é um dos fatores considerados mais importantes proveniente da violência estrutural e da desigualdade social na saúde. Respostas ao estresse em curto prazo por exemplo, o estado de luta ou fuga que libera energia nos músculos quando uma ameaça é percebida, evoluíram com a necessidade de sobrevivência, que ajuda o corpo a reagir rapidamente quando um perigo é percebido; no entanto, o estresse persistente causado pela exposição prolongada a estressores sociais, como discriminação ou outros maus-tratos, é altamente destrutivo e pode levar mesmo que indiretamente a danos no sistema imunológico, incluindo a supressão da capacidade imune celular dependente de células T. Como resultado, as populações atingidas, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas ameaças por um longo período de tempo, aumentaram a vulnerabilidade ao

agrupamento de doenças, interação de doenças e uma ou mais sindemias letais (SINGER, 2009).

A violência estrutural tem um impacto ainda maior na vida humana devido a algumas das estratégias autodestrutivas que as pessoas adotam para lidar com o sofrimento social decorrente de toda essa estrutura sistemática opressora. Entre esses métodos, estão: abuso de drogas, álcool e outros comportamentos de risco que podem oferecer alívio imediato. A questão requer o reconhecimento da violência estrutural como principal ingrediente da experiência vivida.

Estudos sobre a influência no estado de saúde por localização geográfica demonstram como o ambiente sócio físico em que as pessoas vivem, suas experiências comunitárias, incluindo a noção consciente de perigo, estresse, ameaças, alienação de seu ambiente social local - é um fator crítico determinante do seu comportamento. Assim sendo, o uso abusivo de drogas psicotrópicas pelas pessoas adoecidas, estão relacionadas a falta de opções em meio à miséria. Essa seria uma estratégia adaptativa em meio às lesões constantes causadas pela violência estrutural (BUDRYS, 2003 apud SINGER, 2007).

Como parte integrante da violência estrutural, as desigualdades sociais permeiam intensamente as interações sociais e psicológicas, impactando profundamente a saúde, o comportamento das pessoas e o modo como as relações se constituem. A compreensão da desigualdade muitas vezes é simplificada ao se concentrar apenas em situações extremas de injustiça ou pobreza. É importante reconhecer que nossas respostas psicológicas aos vários níveis de desigualdade social são profundamente arraigadas, envolvendo sentimentos de dominação, submissão, superioridade e inferioridade. Essa dinâmica exerce uma influência marcante na forma como percebemos e interagimos uns com os outros (Wilkinson & Pickett, 2015).

Estudos comprovam que pessoas que vivem em áreas com maior desigualdade de renda têm uma probabilidade maior de enfrentar transtornos mentais. Embora as discussões sobre os impactos psicológicos da desigualdade frequentemente se concentrem em soluções e tratamentos individuais, é essencial reconhecer a dimensão política dessas questões, a fim de abordar as raízes sociais estruturais do problema. Além disso, há uma correlação direta entre o aumento da desigualdade e o crescimento das taxas de criminalidade. Parte da solução mais eficaz para lidar com os impactos, inclusive os psicológicos, da desigualdade é reduzir a própria disparidade econômica. Ao promover um aumento no bem-estar e na qualidade de vida para todos, podemos enfrentar não apenas os problemas materiais, mas também os desafios psicológicos associados à desigualdade (Wilkinson & Pickett, 2015).

É importante compreender que a sensação de deterioração no bem-estar social e na qualidade das relações sociais não é inevitável e irreversível. Ao reconhecer os efeitos da desigualdade, ganhamos a capacidade de pensar em estratégias que possam moldar politicamente o bem-estar de sociedades inteiras, tornando possível reverter o cenário para um ambiente mais equitativo e saudável.

2.5 ASPECTOS SINERGÉTICOS DAS SINDEMIAS E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Sabe-se que a interação de condições sociais e configurações interativas de doenças fazem parte da formação de uma sindemia. O caso SAVA mostra como o sofrimento físico ou emocional (causado por um ambiente violento, discriminação ou pobreza, por exemplo) está relacionado também a doenças infecciosas estando juntos no contexto de um conjunto particular de condições. Os autores trazem como exemplo, que crianças imersas em ambientes violentos, por exemplo (com agressão física doméstica, ou mesmo barulhos de armas de fogo) tem quase três vezes mais chances de serem diagnosticadas com asma, portanto são mais propensas a usar medicação broncodilatadora (WRIHGT& STEIBACH, 2001 apud SINGER, 2009).

Com o exemplo acima e outros a seguir, Singer nos demonstra como as questões relacionadas à saúde individual estão intimamente ligadas a aspectos sociais e, portanto, comunitários, e como doenças físicas geram uma demanda emocional importante, impactando diretamente em aspectos constituintes da saúde mental. Portanto, um estresse emocional pode ser somatizado em sintomas corporais. Não menos significativa, a experiência emocional, que se forma como reflexo do ambiente em que o indivíduo está inserido, pode tornar-se um fenômeno biológico impactando na formação de sindemias tanto quanto a doença vista como orgânica (SINGER, 2009).

Singer traz alguns exemplos de casos sindêmicos relacionados respectivamente a síndromes concomitantes de doenças renais e cardíacas e as interações entre essas duas formas de doenças crônicas em populações sedentárias. Também há uma associação do maior número de casos deste tipo de doença entre populações com menor status socioeconômico, dietas nutricionalmente mais pobres e o ambiente social mais perigoso e estressante.

Existe uma crescente gama de pesquisas nos últimos 20 anos, incluindo os últimos relatórios da OMS que indicam que pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade (alimentar, falta de acesso à água potável, saneamento básico e instabilidade residencial) estão mais propensas a enfrentarem doenças, estresses de múltiplas ordens como desemprego,

marginalização, exposição a toxinas provenientes de indústrias, violência, culminando numa menor expectativa de vida. Além disso, a disparidade social tende a estar associada às dificuldades de acesso às redes de cuidados à saúde (SINGER, 2009).

É bastante evidente que a crise sanitária afeta a todos, porém em graus e de diferentes maneiras. As pessoas que apresentam uma maior vulnerabilidade econômica e material, desprestigiadas do ponto de vista da escala hierárquica social, são justamente as pessoas que têm uma maior propensão a desenvolverem comorbidades pela série de fatores acima expostos. Além disso, o fator industrial de sistemas alimentares processados, incentivados pelo agronegócio, também é responsável pelas deficiências alimentares, o que contribui para que as pessoas fiquem mais debilitadas do ponto de vista imunológico como anteriormente mencionado.

As principais causas da degradação ambiental incluem a desertificação resultante do desmatamento, a perda de terras produtivas devido à pecuária e à mineração, bem como a invasão violenta de terras e florestas. Além disso, as monoculturas industriais também contribuem significativamente para os problemas ambientais. Estudiosos do tema recomendam fortemente abordar essas questões para superar a atual crise ambiental e prevenir novos casos sindêmicos.

2.6 AQUECIMENTO GLOBAL

O aquecimento global é responsável por inúmeras alterações climáticas, como por exemplo, tempestades intensas, graves inundações, aumento no nível do oceano, aumento na frequência e gravidade de incêndios etc. Em meio a este contexto são de extrema relevância as considerações sobre a ética ambiental, na medida em que permeiam praticamente todas as atividades e escolhas humanas tanto no ambiente público como no privado (SANDLER, 2017).

O aquecimento global é antropogênico e, à medida que avançamos no século XXI, parece cada vez mais provável que seja uma força importante que molda muitos aspectos do nosso futuro, incluindo a nossa saúde. Juntamente com outras formas de degeneração - como a redução de peixes e animais marinhos, o branqueamento dos recifes de coral, morte de leitos de ervas marinhas e manguezais, poluição por plásticos, poluição atmosférica radioatividade e despejo tóxico - e a distribuição global de commodities tóxicas vendido ao público, o aquecimento global provavelmente se tornará um motor mundial da produção sindêmica (SINGER & BAER, 008, apud SINGER, 2009, p.190).

Os resultados do aquecimento global criam condições para que novas interações entre doenças surjam e contribuem para a propagação de inúmeras doenças, algumas das quais com pleno potencial de se transformar em ecossindemias de proporções históricas. Algumas doenças já foram propagadas, como os exemplos que Singer traz: doença - portadores de roedores e espécies de vetores - incluindo os responsáveis pelo surto de hantavírus no sudoeste dos EUA em 1993 e peste pneumônica na Índia no ano seguinte - assim como a propagação dos carrapatos que carregam a doença de Lyme e moscas que transmitem a leishmaniose visceral.

Existem outros tipos de resultados sindêmicos relacionando o impacto humano no meio ambiente. Uma ecossindemia descoberta há pouco tempo, por exemplo, é resultado do produto da exposição a partículas microscópicas de combustível diesel (bombeadas para a atmosfera por veículos movidos a diesel). Pessoas com níveis altos de lipoproteína de baixa densidade (LDL), (conhecido popularmente como colesterol ruim), tem uma elevação significativa do risco de sofrerem ataque cardíaco e acidente vascular cerebral, pela interação sinérgica entre poluentes do diesel e o colesterol LDL (SINGER, 2009).

Não restam dúvidas entre os cientistas climáticos, ambientais e de saúde que a intensificação das mudanças climáticas gera impactos no bem-estar e na saúde das populações. Desde eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos até o aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores e agravos relacionados à qualidade do ar e da água, os efeitos são vastos e abrangentes. Exacerbando ainda mais as desigualdades sociais e de saúde já existentes.

Faz parte dos direitos humanos básicos que todos tenham condições mínimas que atendam às necessidades nutricionais, o abastecimento de água potável e abrigo. A estabilidade climática é um suporte fundamental de vida, pois somos dependentes de um ar limpo, e de um solo fértil. Somos ambientalmente vulneráveis e dependentes, ainda que nossa relação com o ambiente não se limite à dependência por recursos. A diversidade biológica pode enriquecer significativamente a vida humana quando no estabelecimento de relações éticas. Isto envolve questões profundas sobre modos de viver e nossos sistemas sociais e políticos (SANDLER, 2017).

2.7 DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE

O sistema de produção econômico é contribuinte imediato das crises sindêmicas, que por sua vez impactam diretamente nos determinantes sociais de saúde. Daí vem o desafio de compreender a estrutura das iniquidades de modo a assegurar políticas públicas que

proporcionem melhores condições de vida e a participação popular no processo de identificar e reduzir as desigualdades sociais.

Os determinantes sociais da saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) são fatores que se relacionam às maneiras em que uma pessoa vive e trabalha. No Brasil, é um conceito muito usado no campo da saúde pública, que busca compreender os fenômenos saúde-doença como processos socialmente determinados no contexto das relações entre fatores étnicos, raciais, econômicos, ambientais, culturais, psicológicos e outros aspectos tais como alimentação, renda, moradia, escolaridade e emprego (SINGER, 2009).

Assim, como visto anteriormente, é muito superficial avaliar os fatores relacionados à saúde/doença, somente pelos sinais e sintomas que culminaram num diagnóstico clínico, pois existem aspectos multidimensionais emaranhados que compõem o processo de saúde das populações, tanto do ponto de vista da coletividade bem como individual.

A socióloga, filósofa feminista alemã Maria Mies, em sua obra *Ecofeminismo* (1993), escrito juntamente com Vandana Shiva, abordam questões urgentes como a crise habitacional, o aumento da pobreza, especialmente entre mulheres e crianças, o crescente índice de criminalidade nas grandes cidades, e o avanço de vícios. Mies nos convida a uma reflexão sobre essas complexas dinâmicas sociais:

Lemos diariamente sobre a crise habitacional, e o aumento da pobreza, especialmente entre mulheres e crianças, o aumento da criminalidade nas grandes cidades, o aumento no uso de drogas e de outros vícios, incluindo o vício de compras. Depressão e suicídio estão disparando em muitas sociedades afluentes, e a violência direta contra mulheres e crianças parece estar crescendo- tanto a violência doméstica e pública quanto o abuso sexual; a mídia está cheia de relatos de todas as formas de violência (MIES, 2021, p.132).

A autora destaca a alarmante tendência de aumento da depressão e suicídios em sociedades consideradas afluentes, revelando uma faceta obscura dos desafios psicossociais enfrentados por comunidades ao redor do mundo. De maneira igualmente impactante, Mies aborda a crescente violência direta contra mulheres e crianças, seja no âmbito doméstico ou público, abrangendo desde a violência doméstica até o abuso sexual.

Sobre este aspecto social da doença, Singer fala sobre a revelação da estrutura das relações sociais que moldam o fazer da doença, bem como dos papéis sociais, comportamentos e localizações.

Movendo-se do biológico para a etiologia social, o tornar social da doença inclui a avaliação das condições sociais (incluindo características do ambiente físico, como poluição do ar ou a água que refletem as condições sociais) que colocam direta ou indiretamente os indivíduos com maior risco

de adquirirem doenças, na qualidade e acesso aos cuidados de saúde (diferenças baseadas em classe social ou etnia, por exemplo), a biologia da desigualdade (desnutrição ao longo da vida levando à baixa estatura, por exemplo), e a construção social da biomedicina como prática, como instituição e como ideologia social (SINGER, 2009, p. 138).

O autor transita do biológico para a esfera da etiologia social. A perspectiva do "tornar social da doença" delinea um panorama complexo no qual as condições sociais englobam a qualidade e o acesso aos cuidados de saúde. A ideia de "biologia da desigualdade" introduz uma perspectiva temporal, indicando que experiências vivenciadas ao longo da vida, como a desnutrição, podem ter consequências persistentes, refletindo-se, por exemplo, até mesmo em estatura reduzida. Isso ressalta a necessidade crucial de avaliar não apenas as condições de saúde atuais, mas também as trajetórias de vida, reconhecendo como estas moldam de maneira duradoura o estado de saúde de pessoas adultas. Como já citado anteriormente, esta abordagem sublinha a complexidade das influências sociais na saúde, destacando que compreender o contexto temporal é essencial para desenvolver intervenções que sejam apropriadas.

Em seu livro, *A exploração da saúde Nêmeses da Medicina*, Ivan Illich (1976) trata da essência da iatrogênese social, sendo esta uma penosa desarmonia entre o indivíduo situado dentro de seu grupo e o meio social que tende a se organizar no seu entorno. A dor nesses casos é essencialmente alopaticada (abordagem comumente usada na medicina convencional ocidental para tratar doenças ou sintomas diversos de saúde), sendo a profissão médica quem vai decidir quais são os sofrimentos verdadeiros e autênticos.

A sociedade reconhece e valida este julgamento profissional depositando nele sua confiança. Em um meio "medicalizado", o sofrimento pode desorientar o indivíduo sem que ele tenha outros recursos senão se entregar ao tratamento. Nenhuma intervenção pessoal pode mais aliviar o sofrimento e assim se retira a autonomia da busca do desenvolvimento e realização do ser (ILLICH, 1975).

Filósofos importantes como Deleuze e Guattari, trazem que condições mentais extremas como esquizofrenia, por exemplo, podem muito bem não ser ocasionadas por condições biológicas, mas, sim, políticas. O autor Oliver James argumenta nesta mesma linha, sobre a correlação entre o aumento das taxas de distúrbios mentais e o modelo capitalista neoliberal.

Quando se tornou aceitável que uma quantidade tão grande de pessoas, e uma quantidade especialmente de jovens estejam doentes? A epidemia da doença mental nas sociedades capitalistas deveria sugerir que, ao invés de ser o único sistema que funcione, o capitalismo é inerentemente disfuncional, e o custo para que ele funcione é demasiado alto". Os

indivíduos culpam a si mesmos antes de culparem as estruturas sociais, estruturas estas que em todo caso foram induzidos a acreditar que de fato não existem. Ilusão de sermos exclusivamente responsáveis pelas nossas próprias misérias, e portanto a merecemos (FISHER, 2020, p. 37).

Fisher sindemicamente politiza a questão da saúde mental ao chamar atenção para a causalidade social do sofrimento psíquico. A possibilidade de que enfermidades psicológicas tenham uma possível origem na natureza social é pouco considerada atualmente pela ontologia médica dominante. “A bioquimicalização dos distúrbios mentais é estritamente proporcional a sua despolitização. Considerá-las um problema químico e biológico individual é uma vantagem enorme para a argumentação capitalista”, ressalta Fischer. É claro que toda doença mental tem sim sua instância bioquímica e neurológica, mas isso não diz nada sobre sua causa. Por este motivo, a tarefa de repolitizar a saúde mental é urgente, também argumenta o autor (FISHER, 2020).

De acordo com [Richard Levins](#), podemos ver isso no padrão de hormônios de reação ao estresse, que variam com a localização social de uma pessoa. Ele relata que pesquisas recentes realizadas em Harvard mostraram que, entre grupos de adolescentes do ensino médio, todos os quais estão indo igualmente bem academicamente, as crianças da classe trabalhadora apresentaram aumentos prolongados no cortisol sob qualquer tipo de estresse. Ou seja, a fisiologia dos jovens da classe trabalhadora é variada de acordo com sua localização social. Com isso, podemos perceber que o funcionamento do corpo humano é uma fisiologia socializada e diferentes hierarquias sociais criam diferentes relações com o meio ambiente (LEVINS, 2021).

[Levins](#) coloca que a concentração desses múltiplos fatores debilitantes aumentam significativamente a probabilidade de que interações sindêmicas patogênicas ocorrerão, expondo esta população a cargas adicionais de situações sindêmicas. Os esforços para compreender e explicar o surgimento de novas epidemias, que não consideram a relevância das condições sociais e a estrutura das relações sociais, estão negligenciando os determinantes mais críticos de saúde.

2.8 SAÚDE ENQUANTO DIREITO HUMANO BÁSICO

Todo ser humano tem direito à saúde, proclama a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Além da saúde, outros direitos humanos fundamentais foram incluídos nessa Declaração, como igualdade, liberdade e fraternidade. Podemos relacionar esses direitos, no contexto da saúde. Isso implica que ninguém deve ser discriminado no acesso aos

serviços de saúde e que estes devem ser distribuídos de maneira justa e equitativa independentemente do gênero, sexo, origem étnica, econômica ou social.

A tarefa do Estado é ser esse mediador que viabiliza meios para a implementação da Declaração Universal de Direitos Humanos transformada em políticas públicas e garantia de direitos. Porém aqui há um grande problema de contradições estruturais, entre valores e interesses econômicos.

Este modelo conceitual, aliado a direitos absolutos é em alguns casos criticado pelas ecofeministas, como será abordado no subcapítulo deste tema. Apesar disso, o modelo teórico apresentado por Warren comporta a defesa de um direito humano básico à vida como um direito universal.

Existem esforços da Organização Mundial da Saúde no sentido de lançar iniciativas e propostas que unifiquem a saúde pública e os direitos humanos, por estarem integralmente conectados. Com o objetivo de abordar as disparidades em saúde que resultam de fatores ambientais, sociais e econômicos, a OMS estabeleceu a comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, a CDSS. Esta comissão destaca o reconhecimento dos determinantes sociais da saúde, que incluem questões de direitos humanos, como água potável, acesso à educação, habitação, e igualdade de gênero. Outra estratégia está relacionada à promoção da saúde mental como um direito humano fundamental, destaca a importância da inclusão e respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais, como facilitar o acesso a tratamento.

Esses são só alguns exemplos, mas existem outras estratégias adotadas pela OMS que indicam a noção de que uma exposição sindêmica é em grandes proporções aumentadas sem o reconhecimento da sinergia entre a saúde pública e os direitos humanos (SINGER, 2009).

Não há dúvidas de que distúrbios e doenças continuarão a afetar os organismos e os seres vivos. Ou seja, as sindemias farão parte do futuro do planeta e parte disso será determinado pelas escolhas e atividades humanas relacionadas à política e as questões estruturais de forma geral.

A vontade e o compromisso de encontrar e usar essa compreensão local, nacional e internacionalmente é o que é urgentemente necessário para garantir um futuro justo e saudável. Micro-soluções, como educação em saúde, tratamento de casos de doenças individuais, atendimento ao paciente e cuidados intermediários, como desenvolvimento e disseminação de novas vacinas e outras intervenções médicas, são essenciais para responder a algumas epidemias (SINGER, 2009, p. 220).

A crescente conscientização sobre doenças sindêmicas e o conhecimento de suas dinâmicas, causas biossociais e consequências, promovem algumas das ferramentas

necessárias para limitar a carga das interações de doenças e proporcionar impulsos para políticas mais abrangentes e equitativas que promovam uma qualidade de vida mais segura.

De forma detalhada, Singer examina uma série de exemplos de sindemias, traçando todo seu contexto social e histórico: A sindemia da fome irlandesa de 1741; A sindemia de cólera de Gibraltar de 1865; A sindemia de escarlatina de Massachusetts de 1800; A sindemia de gripe global de 1918; As sindemias entre os nativos americanos na fronteira americana; As sindemias da migração mórmon; As sindemias da guerra (SINGER, 2009) etc. Não vem ao caso detalhar cada uma devido a proposta deste trabalho, embora seja evidente seus impactos e consequências ao longo da história.

Brevemente citarei o exemplo da Peste Negra que levou à morte cerca de 50 milhões de pessoas na Europa entre 1347 e 1353. Singer cita uma pesquisa, realizada a não muito tempo, na qual os autores fizeram uso de restos esqueléticos de 490 vítimas da Peste Negra para testar o grau de virulência da doença em suas vítimas. Esses pesquisadores encontraram lesões ósseas sugestivas de infecções anteriores e outros problemas de saúde nos esqueletos dos indivíduos de sua amostra, indicando que a epidemia tendia a tirar a vida daqueles que já estavam com a saúde comprometida. Os pesquisadores fizeram referência à desnutrição em alguns de seus achados. Isso pode levantar a hipótese de que a peste negra tenha sido uma sindemia agravada pelo déficit no sistema imunológico associado ao estado nutricional concomitantemente à infecção bacteriana (DE WITTE E WOODAPUD SINGER, 2009).

Esse exemplo histórico enriquece nossa compreensão das sindemias e também lança luz sobre a interseção entre condições de saúde pré-existentes e o impacto de uma epidemia. A hipótese de que a Peste Negra foi uma sindemia relacionada a déficits no sistema imunológico, associados ao estado nutricional precário, ressalta a interdependência entre fatores sociais, ambientais e de saúde. A conexão entre desnutrição e agravamento das consequências da infecção bacteriana revela as nuances intrincadas que permeiam as dinâmicas complexas das sindemias ao longo da história. Este exemplo histórico ressoa como um lembrete da importância de considerar uma abordagem abrangente e multifatorial no estudo e enfrentamento das doenças sindêmicas.

Uma grande problemática ligada ao tema da sindemia, visto que a violência estrutural é, muitas vezes, um dos principais determinantes da distribuição de doenças, é que a grande maioria dos profissionais de saúde não são treinados para fazer cuidados e prescrições de saúde que levem em consideração questões estruturais. Incorporar uma perspectiva sindêmica deveria estar mais presente e em circulação nas abordagens da medicina e na saúde pública a fim de compreender as inter-relações das condições de saúde e doença (SINGER, 2009).

2.9 SINDEMIAS NO ANTROPOCENO

O termo Antropoceno, usado por Crutzen em 2000, se refere a época geológica durante a qual a atividade humana seria a maior força que molda o clima e os ecossistemas da Terra. Vencedores do prêmio Nobel, o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer, defenderam a ideia de este ser o termo mais adequado para representar o período atual ao invés de Holoceno. Devido ao impacto expressivo do modo de vida dos seres humanos sobre os processos ecológicos e geológicos da Terra, os humanos teriam se tornado “*uma força geológica substancial [atuante] por muitos milhares, talvez milhões de anos*” (CRUTZEN, STOERMER, 2000, p. 18).

De acordo com Steffen, o que torna este momento diferente daqueles do passado é o caráter global do problema – a atividade humana em qualquer parte [anywhere] afeta todas as localidades [everywhere] por meio de mudanças sistêmicas. As mudanças no passado afetaram substancialmente a condição do ambiente em localidades específicas. As de agora afetam fluxos biogeoquímicos em escala global, ameaçando o funcionamento do sistema da Terra como um todo de formas ainda não completamente compreendidas, o que acarreta maiores chances de surpresas (STEFFEN et. al. 2004, p. 131).

O antropoceno também envolve uma reavaliação sobre a relação da humanidade com a natureza, por exemplo, ao apresentar a ideia de que o ser humano tem um status especial ou superior na considerabilidade moral sobre outros reinos. Sendo assim, questões sobre que tipo de criatura somos e o lugar que ocupamos no mundo são levantadas, se dirigindo ao campo da ética ambiental. A ética ambiental faz com que repensemos a natureza da responsabilidade ética, assim como desenvolver recursos para analisar e endereçar problemas de múltiplos agentes e causas difusas (SANDLER, 2017).

Muitas escolhas aparentemente mundanas, sobre decisões de como se alimentar, por exemplo, estão diretamente ligadas a questões ambientais e suas implicações e consequências culminam em mudanças climáticas, poluição e todos outros encadeamentos de fatores já mencionados anteriormente.

Considerando o conceito de antropoceno, com o foco na questão da saúde humana, Singer avalia sindemias provocadas pelas alterações crescentes no ecossistema, dentro do contexto do modelo biossocial denominado ecosáude.

O campo da ecologia de doenças surgiu nos últimos anos para compreender a interação dos organismos tanto no micro quanto no macronível. É também conhecida como epidemiologia de campo ou epidemiologia ecológica por estudar as relações entre os seres humanos e outros organismos vivos, os patógenos e o ambiente em que vivem. Este campo de

estudo desempenha um importante papel no controle de surtos de doenças na prevenção bem como na gestão de recursos naturais e na conservação da biodiversidade.

Assim, a ecologia das doenças busca compreender como fatores ecológicos, o ambiente natural, a biodiversidade, as interações entre espécies e as mudanças climáticas, influenciam a ocorrência, a disseminação e a persistência de doenças. Parte de uma tendência crescente e que vem ainda aumentando significativamente nos últimos anos em resposta aos desafios de saúde e doenças emergentes, à resistência microbiana aos antibióticos, ao crescimento da população humana e de espécies animais criadas para o consumo humano, ao triste crescimento da taxa de extinção das espécies, ao aumento exponencial da queima de combustíveis fósseis em escala planetária, à utilização de agrotóxicos em larga escala, etc.

Dentro desse ambiente, de acordo com Singer, pesquisadores de ecossaúde têm como objetivo avaliar as múltiplas interações que ocorrem entre os componentes do ecossistema, as economias políticas locais e globais e as crenças e práticas culturais que influenciam a natureza, concentração e impacto dos problemas de saúde.

Como os múltiplos entrelaçamentos de doenças geradas pela infecção HIV/AIDS, a maior sindemia na história humana, deixa claro, como os impactos das interações de doenças na vida podem ser profundos. Se, como sugeriu Marx, o objetivo não é apenas compreender o curso da história, mas mudá-lo. Então as lições aprendidas no estudo da sindemia, podem ser, igualmente profundas (SINGER, 2009, p. 159).

De acordo com Singer, a não consideração merecida na abordagem de questões como as violações dos direitos humanos, aquecimento global, degradação ambiental, violência e guerras torna incalculável e garantido o enorme custo humano para os próximos anos e gerações.

Acima foi falado brevemente sobre o conceito do Antropoceno, porém quando se considera o impacto das atividades humanas no meio ambiente, deve-se considerar a noção do Capitaloceno, (termo derivado do Antropoceno), que enfatiza a participação do sistema econômico capitalista como um dos principais responsáveis pelas mudanças ambientais.

Além disso, algumas críticas ao conceito de Antropoceno apontam que ele pode simplificar demais a responsabilidade pelos danos ambientais, ao sugerir que toda a humanidade é igualmente responsável, quando na verdade são certos grupos e países que têm uma culpa desproporcional na crise ambiental.

Jason W. Moore, sociólogo e historiador econômico, formulou a ideia de "Capitaloceno" para caracterizar uma fase distinta na história ambiental. Nessa perspectiva, o capitalismo é reconhecido como uma força primordial que desempenha um papel central na reconfiguração da natureza e do ambiente global. Moore aprofunda essas ideias de maneira abrangente em sua obra "*Capitalism in the*

Web of Life" (2015) explorando a complexa interação entre o sistema capitalista e as questões ambientais. Em sua análise, ele transcende a tradicional dicotomia entre natureza e sociedade, oferecendo uma abordagem crítica que destaca as intrincadas conexões entre o capitalismo e as transformações ambientais².

O Capitaloceno argumenta que o foco na busca de lucro incessante, acumulação de capital e consumo insustentável, é uma força central que impulsiona o abuso dos recursos naturais, levando conseqüentemente a degradação ambiental em suas mais diversas manifestações.

O aquecimento global é uma das principais manifestações das mudanças climáticas e é amplamente impulsionado pela atividade humana, mais precisamente dizendo, uma característica distintiva do Capitaloceno. A relevância desses conceitos destaca a necessidade de ações e políticas que mitiguem os impactos ambientais e avancem em direção a um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

O Capitaloceno destaca como as relações de produção capitalistas estão intrinsecamente ligadas à destruição ambiental e à exploração das pessoas, especialmente das comunidades marginalizadas. Neste contexto é de extrema relevância compreender e discutir a interseccionalidade, conceito introduzido por Kimberlé Crenshaw, que introduziu este debate em 1989. Em seus trabalhos, ela explorou como as mulheres negras nos EUA enfrentavam discriminação que não poderia ser plenamente compreendida apenas pelo prisma do sexismo ou do racismo separadamente. Em vez disso, Crenshaw destacou a complexa interação entre essas formas de opressão para aprofundar a compreensão sobre suas experiências (Crenshaw, 2002).

Ao considerar a interseccionalidade no contexto do Capitaloceno, podemos perceber como as comunidades marginalizadas são desproporcionalmente afetadas pelos efeitos prejudiciais do capitalismo sobre suas próprias vidas. Isso pode incluir a análise de como a poluição afeta de forma desigual as comunidades racializadas, ou como as mulheres enfrentam desafios únicos relacionados à sua saúde reprodutiva e como as pessoas de baixa renda são mais suscetíveis aos impactos econômicos adversos das mudanças climáticas. Em suma, a interseccionalidade nos convida a entender como as estruturas de poder e opressão se entrelaçam e se manifestam nas crises contemporâneas. As mazelas do capitalismo são acentuadas nos grupos fragilizados, ao fazer com que pessoas que sofrem situações de

2 Antropoceno ou Capitaloceno? *"Seria o homo sapiens a causa da destruição do planeta? Em novo livro, Donna Haraway, Jason Moore e outros propõem um passo adiante: concentrar o foco no sistema que produz a "natureza barata" e a extinção de culturas, linguagens e vidas"*. (MOORE, 2022). Disponível em <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2022/09/Moore-Antropoceno-ou-Capitaloceno-from-2016-Outros-Palavras-2022.pdf>.

vulnerabilidade fiquem presas a ambientes e locais desprivilegiados e não consigam sair pelas estruturas impostas, pela falta de opções e oportunidades.

2.10 INTERSECCIONALIDADE

Embora conceitos interseccionais possam ser encontrados em obras de autoras de épocas passadas, a ênfase atual na interseccionalidade na ética feminista é principalmente atribuída às feministas negras. Elas foram as precursoras na promoção da interseccionalidade e sua integração nos debates feministas contemporâneos (WARREN, 2019). Em uma corrente filosófica tradicionalmente dominada por homens brancos, retratar a feminilidade como uma mera contraposição à masculinidade, dentro de um modelo de gênero binário, revela-se como uma perspectiva estreita e limitada. Estudiosos que exploram a interseccionalidade ressaltam que as identidades de gênero não se limitam a categorias binárias (WARREN, 2019). Essas mulheres pensadoras enriquecem nossa compreensão ao afirmar que não existe uma definição única e universal de feminilidade que se aplica a todas as mulheres. Elas sugerem que as vivências pessoais das mulheres e de indivíduos de todos os gêneros podem ser desvalorizadas ou ignoradas de forma injusta devido a uma visão dominante de feminilidade influenciada por características como ser branca e cisgênero (WARREN,2019).

Nesse sentido, as abordagens interseccionais questionam a validade de conceitos binários simplistas, como "masculinidade/feminilidade", os quais tendem a generalizar as posições sociais das pessoas privilegiadas. Em suma, a interseccionalidade é vista como "a principal forma de compreender a interação entre sistemas de opressão que influenciam nossas diversas identidades e posições sociais em estruturas de poder e privilégio". Isso oferece uma nova maneira de examinar narrativas de exclusão dentro do âmbito da teoria feminista (WARREN, 2019).

A associação de múltiplos sistemas de subordinação tem sido descrita de várias maneiras: como discriminação composta, cargas múltiplas, ou até como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma abordagem que procura entender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela focaliza especialmente como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios contribuem para criar desigualdades fundamentais que moldam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes sociais e outros grupos. Além disso, a

interseccionalidade explora como ações e políticas específicas resultam em opressões que se manifestam ao longo desses eixos, desempenhando um papel dinâmico ou ativo no processo de desempoderamento (Crenshaw, 2002).

De acordo com Warren, Kimberlé descreve a interseccionalidade como uma experiência que abrange a interação de diferentes aspectos da identidade, resultando em práticas opressivas e danos específicos que surgem dessas intersecções.

Por exemplo, quando os homens negros, mas nenhuma mulher, foram autorizados a trabalhar no chão de fábrica da General Motors, e as mulheres brancas, mas não quaisquer pessoas negras, foram autorizadas a trabalhar no grupo de secretariado da General Motors, então as mulheres negras foram discriminadas como mulheres negras. Ou seja, não lhes era permitido ter qualquer emprego na General Motors por viverem numa intersecção de categorias de identidade que são tratadas separadamente na lei (Crenshaw 1989, apud WARREN, 2019).

A interseccionalidade se manifesta na prática, evidenciando como políticas discriminatórias podem afetar indivíduos de maneira distinta quando ocupam posições que intersectam múltiplas categorias de identidade. Neste exemplo, tanto homens negros quanto mulheres brancas têm acesso a certas oportunidades de emprego na General Motors, porém a discriminação surge quando se trata de mulheres negras, que são excluídas de ambas as oportunidades. Fica evidente como as estruturas sociais e legais frequentemente não reconhecem ou consideram as experiências e desafios únicos enfrentados por aqueles que pertencem a grupos marginalizados em diversos aspectos de sua identidade. Essa análise sublinha a importância de considerar as intersecções de raça e gênero e outras formas de identidade.

A visão de Crenshaw sobre a interseccionalidade como um problema inclui confrontar a tradicional omissão das experiências das mulheres negras e apresentar essas experiências e abordagens como contrapontos à ideia de que a discriminação ocorre exclusivamente em um único eixo de identidade. A interseccionalidade é buscada com o objetivo de ampliar a compreensão das diferenças e reconhecer as experiências daqueles que historicamente foram marginalizados ou negligenciados, em vez de simplesmente serem citados (WARREN, 2019).

De acordo Crenshaw, nos últimos anos, devido ao engajamento das mulheres em diversas conferências globais e nas esferas das organizações de direitos humanos, surgiu um acordo de que os direitos humanos das mulheres não deveriam se restringir apenas a situações em que enfrentam desafios e vulnerabilidades semelhantes aos dos homens (Crenshaw, 2002)

Quando mulheres eram sujeitas a detenção, tortura, ou quando eram privadas de seus direitos civis e políticos, de maneira similar aos homens, tais violações eram claramente reconhecidas como violações dos direitos humanos. No entanto, quando mulheres sofriam abusos como estupro ou violência doméstica enquanto sob custódia, ou quando tradições as excluíaam do processo de tomada de decisões, suas distinções em relação aos homens muitas vezes resultavam em uma visão secundária desses abusos em termos dos princípios fundamentais dos direitos humanos (Crenshaw, 2002).

Anteriormente, a disparidade entre mulheres e homens foi usada como argumento para marginalizar os direitos das mulheres e, de maneira mais ampla, para legitimar a desigualdade de gênero. No entanto, hoje em dia, a distinção das mulheres aponta para a obrigação de qualquer instituição de direitos humanos de integrar uma perspectiva de gênero em suas tomadas de decisões (Crenshaw, 2002).

Considerando que a discriminação racial muitas vezes é influenciada pelo gênero, visto que as mulheres podem experimentar formas de discriminação e outros abusos dos direitos humanos de maneira distinta dos homens, a necessidade de incluir o aspecto de gênero destaca como homens e mulheres são impactados de maneiras diferentes pela discriminação racial e outras formas de intolerância relacionadas. Assim, a integração do gênero na análise do racismo não apenas evidencia a discriminação racial contra as mulheres, mas também possibilita uma compreensão mais profunda das maneiras específicas pelas quais o gênero influencia a discriminação enfrentada tanto por homens quanto por mulheres (Crenshaw, 2002).

É verdade que todas as mulheres enfrentam algum grau de discriminação de gênero, mas também é verdade que outros aspectos de suas identidades sociais, como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade e orientação sexual, desempenham um papel crucial na forma como diferentes grupos de mulheres experimentam a discriminação. Essas características distintivas podem gerar desafios e vulnerabilidades únicas para subgrupos específicos de mulheres, afetando algumas mais do que outras (Crenshaw, 2002).

Assim como as vulnerabilidades relacionadas ao gênero não podem mais ser usadas como desculpa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres como um todo, também não podemos permitir que as diferenças entre mulheres obscureçam certos problemas de direitos humanos ou que algumas sejam privadas de igual cuidado e atenção sob o regime predominante dos direitos humanos (Crenshaw, 2002).

Tanto a lógica da integração de gênero quanto o atual foco no combate ao racismo e outras formas de intolerância destacam a necessidade de incluir a raça e outras diferenças no

trabalho com uma perspectiva de gênero por parte das instituições de direitos humanos (Crenshaw, 2002).

Para garantir que todas as mulheres sejam beneficiadas com a expansão da proteção dos direitos humanos com base no gênero, é necessário prestar atenção às diferentes maneiras como o gênero se entrelaça com diversas identidades e como essas interseções contribuem para a vulnerabilidade específica de grupos de mulheres variados. Muitas vezes, as experiências particulares de mulheres pertencentes a grupos étnicos ou raciais específicos são negligenciadas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, o que resulta em uma compreensão incompleta de sua vulnerabilidade interseccional. Portanto, é essencial reconstruir esse entendimento a partir do zero para abordar adequadamente essas questões (Crenshaw, 2002).

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nas interseções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o "tráfego" que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações, os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 7).

Esta metáfora de intersecção ilustra como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam grupos marginalizados, especialmente mulheres racializadas. Ao destacar como esses sistemas de poder se sobrepõem e se cruzam, podemos perceber a complexidade das experiências de desempoderamento enfrentadas por esses grupos. O problema da interseccionalidade não se limita à falta de abordagem completa de um único tipo de discriminação, mas reside no fato de que uma série de violações de direitos humanos é obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados.

Exemplos notáveis de opressão interseccional são frequentemente os mais trágicos, como a violência contra mulheres baseada na raça ou etnia. Essa violência pode ser vista como uma subordinação interseccional intencional, em que o racismo e o sexismo presentes nessas violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, resultando em uma violação explícita de gênero. Tragédias recentes em diversos países ilustram que a violência étnica contra mulheres não é um problema relegado ao passado. Essa vulnerabilidade específica não se limita apenas a conflitos armados, mas também se manifesta em outros contextos. Por exemplo, os trágicos incidentes de estupro motivados por questões raciais muitas vezes são precedidos por outras formas de opressão interseccional, como a disseminação de propaganda racista ou sexista direcionada às mulheres para justificar a agressão sexual contra elas. Essa propaganda sexualizada também pode ter efeitos prejudiciais em outras formas, como contribuir para a desconfiança em relação às mulheres que buscam proteção das autoridades, especialmente quando se trata de mulheres racializadas e pobres, que enfrentam obstáculos significativos para verem os perpetradores de violência sexual levados à justiça (Crenshaw, 2002).

Atos de discriminação intencional não se restringem apenas à violência sexual. Em diversas áreas, como emprego e educação, as mulheres enfrentam discriminações e outras formas de opressão simplesmente por não serem homens e por não pertencerem aos grupos étnicos e raciais dominantes na sociedade. Isso representa uma forma de discriminação composta, na qual, com base em sua raça, as mulheres são excluídas de empregos considerados "femininos", ao mesmo tempo em que são excluídas de empregos designados para homens devido ao gênero. Além disso, elas são especificamente excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não existem ocupações disponíveis para candidatas com tal perfil étnico-racial e de gênero (Crenshaw, 2002).

Na área da educação, mulheres pertencentes a grupos étnico-raciais específicos podem enfrentar exclusão de oportunidades educacionais ou ter acesso a menos anos de estudo em comparação com os homens de seu grupo ou com mulheres pertencentes à elite. Relatórios recentes destacam exemplos dessa disparidade: na Bósnia, meninas albanesas são frequentemente excluídas do sistema educacional, enquanto na Índia, meninas dalit enfrentam significativamente menos oportunidades de educação, com taxas muito altas de evasão escolar (Crenshaw, 2002).

Um exemplo de problema interseccional pode ser observado quando políticas públicas, aparentemente neutras em relação a gênero ou marginalização, se entrelaçam com outras estruturas sociais, resultando em efeitos de subordinação. Um caso ilustrativo, é o impacto das políticas de ajuste estrutural nas economias em desenvolvimento sobre as

mulheres. Muitos críticos apontaram as consequências de gênero dessas políticas, reconhecendo a sobrecarga adicional imposta às mulheres. Geralmente, são as mulheres que sofrem as consequências adicionais da redução dos serviços anteriormente fornecidos pelo Estado. Por exemplo, quando há cortes nos recursos para cuidados com jovens, doentes e idosos, essas necessidades não atendidas recaem majoritariamente sobre as mulheres, que tradicionalmente assumiram essas responsabilidades. Além disso, as estruturas de classe determinam quais mulheres realizarão esse trabalho fisicamente e quais pagarão outras, muitas vezes mulheres economicamente desfavorecidas, para prestarem esses serviços. Como resultado, mulheres em situação de vulnerabilidade acabam tendo que arcar com o ônus de cuidar da família de outras pessoas, além da sua própria. As consequências do ajuste estrutural, especialmente quando a desvalorização da moeda reduz os salários, colocam essas mulheres em uma posição econômica que as obriga a assumir ainda mais trabalho, geralmente com características de gênero, enquanto as mulheres da elite podem garantir esses serviços através do mercado (Crenshaw, 2002).

Como o exemplo sugere, as consequências da subordinação interseccional não precisam ser intencionalmente produzidas. As políticas de ajuste estrutural desencadeiam certas dinâmicas que acabam afetando as mulheres de diferentes maneiras, embora essas decisões não sejam intencionalmente discriminatórias e nem sejam fruto de políticas totalmente nacionais. A tomada de decisões por instituições distantes do local do problema pode criar fardos monumentais para a vida de mulheres social e economicamente marginalizadas de todo o globo. À medida que os efeitos de decisões tomadas à distância fluem através de estruturas de subordinação justapostas e atingem a base, o peso do fardo sobre os ombros das mulheres torna-se mais intenso. Por consequência, o arrocho que ocorre em algumas economias pode funcionar como um estrangulamento econômico e social para aqueles sujeitos menos capazes de redistribuir as consequências de políticas de austeridade impostas de cima para baixo. O ônus desse processo não atinge o topo da pirâmide, mas a sua base, um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça (Crenshaw, 2002, p. 11).

Os esforços para aprofundar a compreensão dos problemas relacionados à interseccionalidade estão experimentando uma mudança notável, passando de uma falta de visibilidade para uma consciência um pouco mais generalizada entre membros de órgãos revisores de tratados internacionais, formuladores de políticas públicas, ativistas de ONGs e outros atores. Abordar esse problema de forma eficaz requer que os protocolos interseccionais priorizem uma análise contextual. Isso significa adotar uma abordagem que comece por entender como as mulheres experienciam suas vidas, antes de se expandir para considerar as várias influências que moldam as experiências e oportunidades das mulheres marginalizadas. É essencial compreender como políticas e práticas podem impactar suas vidas de maneira

distinta daquelas mulheres que não enfrentam os mesmos conjuntos de desafios enfrentados pelas mulheres marginalizadas.

Para garantir uma compreensão mais ampliada da subordinação interseccional, é necessário, segundo a autora, desenvolver novas metodologias que revelem como diferentes estruturas de subordinação se entrelaçam, já que é improvável que esses problemas se manifestem de forma clara como resultado de várias vulnerabilidades. A conscientização sobre a dimensão interseccional desses problemas pode ser promovida pela adoção de uma abordagem de "fazer outras perguntas", como proposto pela teórica feminista Mari Matsuda. Segundo Matsuda, uma condição pode ser percebida apenas como resultado do racismo, por exemplo, mas ao fazer outras perguntas, como "Onde está o sexismo nisso? Qual é a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo?", outros aspectos podem ser revelados. Além disso, para ampliar ainda mais essas investigações, poderíamos indagar: "De que maneira esse problema é influenciado pelas consequências históricas do colonialismo?" (Crenshaw, 2002).

Os problemas decorrentes dessas interseções raramente se manifestam de forma clara devido a várias vulnerabilidades sobrepostas. A adoção de uma abordagem de "fazer outras perguntas", como sugerido por Mari Matsuda, pode promover a conscientização sobre a dimensão interseccional desses problemas.

Ao questionar além das manifestações óbvias de opressão, como o racismo, e considerar outras formas de subordinação, como o sexismo, a classe e o heterossexismo, podem revelar aspectos mais profundos das experiências vivenciadas. Além disso, ao investigar como os problemas são influenciados pelas consequências históricas do colonialismo, podemos compreender melhor a complexidade das estruturas de poder e privilégio.

3 EXPLORANDO POSSIBILIDADES ECOFEMINISTAS PARA AS CRISES SINDÊMICAS - UMA PERSPECTIVA INSPIRADA POR KAREN WARREN

Como foi mencionado anteriormente, desafios ambientais e questões de justiça social se entrelaçam cada vez de forma mais profunda no complexo cenário do século XXI. Crises sindêmicas, cada vez mais frequentes e intensas demandam abordagens que integrem causas sociais, ecológicas e feministas.

Por este motivo, este capítulo se propõe a adentrar no ecofeminismo, e compreender como a união das vozes da ecologia e do feminismo, podem oferecer uma perspectiva única e crítica sobre as crises derivadas do patriarcado.

Um elemento crucial no paradigma feminista é compreender o patriarcado e seus desdobramentos. Em termos amplos, refere-se à expressão e estabelecimento da dominação masculina sobre mulheres, família e sociedade, bem como à extensão e consequências dessa dominação sobre as mulheres na sociedade como um todo. Essa definição implica que os homens detêm o poder em todas as instituições fundamentais da sociedade, enquanto as mulheres são marginalizadas desse acesso e subordinadas às suas decisões.

Ao longo deste capítulo, buscarei também, compreender os fundamentos teóricos do ecofeminismo de Karen J. Warren. Para iniciarmos tal percurso, é preciso esclarecer o que é o ecofeminismo e de que maneira empregamos tal definição. Será realizada uma breve apresentação de algumas teóricas ecofeministas que iniciaram questionamentos dos valores patriarcais sobre a sexualidade, identidade e gênero.

Em 1974, a feminista francesa Françoise d'Eaubonne foi quem pela primeira vez fez o uso do termo *ecological feminism*. A partir de então, deu-se início ao movimento político que incentivava uma revolução ecológica através da capacidade feminina de promover tal movimento em direção a uma mudança do paradigma vigente. Existem diversas concepções e diferentes vertentes dos ecofeminismos (dependendo da aproximação com outros movimentos políticos ou regiões geográficas) (MIES, 2003).

Essa perspectiva ecofeminista não apenas reconhecia a interligação entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental, mas também enfatizava a capacidade das mulheres de liderar uma transformação em direção a uma sociedade mais íntegra e sustentável. Ao compreender a relação entre a exploração da natureza e a subjugação das mulheres, o ecofeminismo catalisou um movimento político que visava uma abordagem abrangente para questões sociais, ambientais e de gênero. A variedade de interpretações e abordagens dentro do ecofeminismo evidencia sua adaptabilidade às diversas realidades políticas, culturais e ambientais em todo o mundo.

O feminismo ecológico (ecofeminismo) é a posição de que existem importantes conexões – históricas, experienciais, simbólicas, teóricas – entre o domínio das mulheres e a dominação da natureza, uma compreensão do que é crucial tanto para o feminismo quanto para a ética ambiental. Defendo que a promessa e poder do feminismo ecológico é que ele fornece uma estrutura distinta tanto para reconceber o feminismo e desenvolver uma ética ambiental que leva a sérias conexões entre a dominação das mulheres e a dominação natureza. Faço isso discutindo a natureza de uma ética feminista e as maneiras pelas quais o ecofeminismo fornece uma ética feminista e ambiental. Concluo que qualquer teoria feminista e qualquer ética ambiental que não leve a sério as interconexões de dominação das mulheres e da natureza são, na melhor das hipóteses, incompletas e na pior das hipóteses, simplesmente inadequadas (WARREN, 2005.p 253).

Os ecofeminismos têm sido objeto de estudo de muitas pesquisadoras e por isso, tem avançado enquanto perspectiva ou teorias políticas que contribuem ricamente para a compreensão dos fenômenos e crises socioambientais que se tornam cada vez mais complexos e intensificados. Levando em conta o atual estado da crise climática, sanitária, humanitária e social, o pensamento feminista expande aspectos conceituais (como, por exemplo, visões ecologicamente informadas para conceituar política) que foram sistematicamente ignorados ao longo da história.

Durante a década de 1980, o ativismo das mulheres em uma variedade de movimentos sociais – os movimentos ambientais, de paz, de libertação animal e de justiça ambiental – se uniram e surgiu uma nova forma de ativismo, o ativismo político ecofeminista. Na década de 1990, esse ativismo político deu origem a uma diversidade de ecofeminismos: liberal, marxista, socialista, radical, cultural/espiritual e ecofeminismo social (WARREN, 2015. p.1).

Warren enfatiza que cada ecofeminismo está fundamentado em uma perspectiva política diferente – anarquismo, ecologia social, liberalismo, marxismo, socialismo, feminismo radical, política indígena e espiritual, por isso, a correta utilização do termo é no plural fazendo jus à exaltação de suas multiplicidade e diversidades enquanto busca de alternativas às práxis ecológicas e sociais.

3.1 A FILOSOFIA ECOFEMINISTA DE KAREN WARREN

A filosofia ecofeminista de Warren, aborda a questão do significado dos conceitos de mulher e natureza serem socialmente e culturalmente construídos. A autora deixa claro que a intersecção do feminismo, do ambiente natural e da ciência são necessárias para caracterizar uma ética ecofeminista. As perspectivas locais e indígenas também constituem uma parte relevante de sua proposta teórica.

A versão da filosofia ecofeminista defendida por Warren se baseia em seis premissas básicas para sua formulação, a saber:

(1) existem importantes conexões entre a dominação injustificada das mulheres, de outros humanos e outros terrestres; (2) a compreensão da natureza dessas conexões é necessária para qualquer compreensão adequada da opressão das mulheres e da opressão da natureza; (3) a filosofia feminista deve incluir visões ecofeministas sobre as interconexões entre mulheres, “Outros” humanos e “Outros” terrestres; (4) soluções para questões de gênero devem incluir visões ecofeministas sobre as conexões entre mulheres e natureza; (5) soluções para os problemas ecológicos devem incluir insights ecofeministas sobre as interconexões entre mulheres e natureza; (6) A filosofia e a prática ecofeminista devem fornecer soluções proativas, criativas e que afirmem a vida e comunidades, incluindo comunidades ecológicas.” (WARREN, 2005, p.253).

Warren aborda a opressão introduzindo primeiro um vocabulário para grupos injustificadamente dominados. Ela usa o termo “Outros” para significar tanto “Outros humanos” (como mulheres, negros, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade) quanto “Outros da terra” (como animais, florestas etc). Então, essa categoria linguística de “Outros” introduz as conexões entre aqueles que são injustificadamente dominados. A inovação fundamental reside na capacidade de categorizar o grupo a ser subjugado como fundamentalmente distinto daquele que exerce a dominação. Essa distinção torna-se particularmente evidente quando o grupo subjugado é composto por membros de uma tribo estrangeira, figurativamente rotulados como "outros".

No livro *Ecofeminist Philosophy (2000)*, depois de apresentar as 6 premissas, Warren indica:

A versão da filosofia ecofeminista que defendo surge e responde à interseção de três áreas de preocupação sobrepostas: feminismo (e todas as questões que o feminismo levanta sobre mulheres e outros Humanos Outros); natureza (o ambiente natural), ciência (especialmente a ecologia científica), desenvolvimento e tecnologia; e perspectivas locais ou indígenas. (WARREN, 2000, p. 44)

De acordo com Warren, podemos entender isso visualmente usando o conceito do diagrama de Venn, que oferece uma visão ampla das várias categorias de fatores que se

sobrepõem e são cruciais para abordar questões interligadas envolvendo mulheres, outros grupos humanos e a natureza. Essa representação destaca que quaisquer políticas ou práticas que não estejam incluídas nas áreas onde esses elementos se sobrepõem, como indicado pelos asteriscos, seriam consideradas inadequadas ou inaceitáveis de acordo com a perspectiva filosófica ecofeminista que ela apresenta (WARREN, 2000).

Por exemplo, políticas ou ações que prejudicam a capacidade de subsistência das mulheres rurais na Índia, ao substituir florestas nativas por plantações de eucalipto em larga escala, estão fora da área onde os elementos do diagrama se sobrepõem (ou do escopo das considerações válidas). Tais medidas ignoram as necessidades das mulheres locais, que desempenham um papel crucial na gestão das economias domésticas e dependem das florestas para sua sobrevivência. Da mesma forma, projetos de desenvolvimento e tecnologia do Primeiro Mundo impostos às comunidades do Terceiro Mundo, que interferem nas práticas agrícolas sustentáveis locais, também estariam fora da área onde os elementos do diagrama se sobrepõem. Esses projetos falham em incorporar as visões e experiências das comunidades locais na tomada de decisões, negligenciando as preocupações feministas e locais com a sustentabilidade dessas comunidades. Qualquer política ou ação que contribua para o desmatamento na Amazônia é igualmente inadequada, pois não considera as preocupações ambientais e ecológicas relacionadas à destruição desse ecossistema (WARREN, 2000).

3.2 ALÉM DA HEGEMONIA: DESAFIANDO DUALISMOS OPOSTOS DE VALOR NA BUSCA POR UMA COEXISTÊNCIA RESPEITOSA.

De acordo com Warren, o movimento feminista tomou forma e ganhou força no final da década de 60, sendo uma reação aos comportamentos da sociedade patriarcal que historicamente ditava os valores vigentes com estruturas conceituais opressoras (que é constituída por uma série de características como, por exemplo, os dualismos opostos hierarquizantes, sendo estes conceitos-chave nessa teoria. São frequentemente representados como classismo, racismo, heterossexismo, etc. Os dualismos opostos hierarquizantes destacam como as sociedades frequentemente estabelecem hierarquias e oprimem grupos com base em binarismos:

Cultura *versus* natureza: Nesse dualismo, a cultura é associada ao masculino, à razão, à dominação e à exploração, enquanto a natureza é associada ao feminino, à passividade, à

submissão e à exploração. Isso leva à exploração e degradação da natureza, pois ela é vista como algo a ser controlado e explorado pelos seres humanos, que historicamente têm sido predominantemente do sexo masculino (WARREN, 2000).

Mente *versus* corpo: O corpo é considerado “mão de obra”, instrumento executor de trabalho, assim, é inferior a mente que comanda e ordena atividades abstratas. Essa lógica é frequentemente usada para justificar a opressão e exploração do corpo, que por sua vez é muitas vezes associado ao feminino. Isso pode se manifestar na reificação do corpo das mulheres e na negação de suas escolhas frente aos direitos reprodutivos (WARREN, 2000).

Humanos *versus* não humanos: Os seres humanos são vistos como superiores a todas as outras formas de vida e, portanto, têm o direito de destruir e usar outras espécies e o meio ambiente em benefício próprio. Essa visão antropocêntrica frequentemente resulta em abusos ambientais, de outros seres vivos e na extinção e exploração de outras espécies (WARREN, 2000).

O ecofeminismo argumenta que esses dualismos estão intimamente interconectados sustentando sistemas de dominação, exploração e opressão tanto das mulheres quanto da natureza e outros seres viventes. Superar os dualismos opostos de valor pode ser um importante passo para enfrentar as crises sistêmicas ao reconhecer, por exemplo, que uma visão hierárquica da humanidade em relação à natureza frequentemente contribui para práticas insustentáveis. Outro fator importante implica em reconhecer e respeitar a diversidade de experiências e culturas. Isso é crucial para que comunidades possam ser reconhecidas e fortalecidas em seu modo de existência.

3.2.1 Dualismos opostos de valor

Conforme acima citado, uma das características das estruturas conceituais opressoras é o dualismo oposto de valor, sustentado por uma lógica de dominação que por sua vez promoverá os dualismos hierárquicos. Entre os dualismos de valor hierárquico temos: razão *versus* natureza; masculino *versus* feminino; racionalidade *versus* animalidade; humano *versus* natureza não humana; eu *versus* o outro; mente *versus* espírito.

De acordo com Val Plumwood (filósofa e ecofeminista australiana conhecida por suas contribuições significativas para a ética ambiental e os estudos feministas), os dualismos são formas alienadas de diferenciação, na qual o poder interpreta e constrói a diferença em termos de um reino inferior. Os pares de cada um dos lados se inter relacionam: mulheres e natureza estão próximas (inferiores, subordinadas, sem poder) enquanto os lados opostos se distanciam.

Alexis de Tocqueville pensador político e historiador, ao abordar a questão da escravidão em suas obras sobre a exclusão de negros e índios, argumentava que a perpetuação da escravidão era possível devido à percepção dos negros como "outros", ou estranhos. Ele sugeria que a empatia só surge em relação àqueles que consideramos semelhantes a nós. Tocqueville via o preconceito como uma forma de desigualdade imaginária, destacando que a discriminação ocorre quando as pessoas são vistas como diferentes, alimentando a manutenção de sistemas desiguais.

Assim, surge uma dinâmica na qual os que detêm mais poder dominam os que têm menos poder, estabelecendo e mantendo vantagens através do controle exercido pelos grupos dominantes. Todo o sistema de dominação resulta na manutenção de várias formas de opressão, como sexismo, racismo, especismo, capacitismo e heterossexismo.

A renomada antropóloga cultural e escritora cujo trabalho aborda questões de gênero, sexualidade, poder e cultura, Christine J. Cuomo, faz sua crítica aos dualismos afirmando que é necessário realizar uma dissociação entre a lógica da dominação e os dualismos afirmando que as dicotomias existem naturalmente e descrevê-las não é algo problemático. A questão seria não conceber as coisas de forma dualística (CUOMO, 1992).

Cuomo, assim, defende que os dualismos são construídos para manter uma estrutura de poder e uma falsa concepção de realidade. A dicotomia masculino/feminino serve para caracterizar e delimitar o comportamento em termos de gênero, quando ambos, homens e mulheres, podem ter características de um ou outro gênero (CUOMO, 1992).

Warren enfatiza esta crítica, ressaltando que o problema se encontra na relevância moral das diferenças, que justifica e leva à construção das hierarquias. Assim para Warren, sem a lógica da dominação o dualismo de valor não é intrinsecamente problemático, mas sim hierarquizá-los a fim de gerar opressão.

3.2.2 Relacionando os dualismos do ecofeminismo e das zoonosias

Existe um dualismo inerente na visão de mundo ocidental, aponta Singer, que separa a mente, supostamente incorpórea (e toda implicação em termos de experiência cognitiva e emocional) do corpo físico no qual essa mente estaria alojada. Dessa forma, continua o autor, a medicina ocidental tende a separar os fatores emocionais possíveis desencadeadores de doenças psicossomáticas das causas materiais de doenças, como patógenos e até mesmo outros fatores físicos ambientais, como falta de saneamento básico, água potável contaminada, ar poluído por produtos residuais da produção industrial, etc.

Dados históricos e causais são usados para demonstrar que, de forma similar, o dualismo mente/corpo pode ser considerado uma das fontes de dominação das mulheres e da natureza. Algumas ecofeministas sugerem que o androcentrismo seria a causa da destruição ambiental e deste dualismo. Existem, entretanto, divergências sobre o fundamento dessas conexões históricas e suas origens. Plumwood argumenta que a dominação injustificada da natureza tem sua origem histórica na tradição do racionalismo da filosofia clássica grega, ou seja, sugere que o dualismo de valor humano/natureza presente neste racionalismo, deu origem a outros dualismos prejudiciais, por exemplo emoção/razão, espírito/corpo (ROSENDO, 2015).

Para Plumwood, a conectividade conceitual entre androcentrismo e degradação ambiental, pode ser encontrada no dualismo de valores hierarquicamente organizados que se concentram na razão e na racionalidade em oposição aos reinos físicos, e do “corpo da natureza”. Warren vincula essa tese de Plumwood à sua ideia de uma estrutura conceitual opressiva e sexista (ROSENDO, 2015).

Estaria essa mesma lógica androcêntrica vinculada à forma de explicações reducionistas sobre o processo de saúde/doença?

A racionalização científica que surgiu a partir do século XVII, pode trazer algum entendimento ou pistas sobre isso quando é fortemente associada à tentativa do Estado de exercer controle sobre a força de trabalho e o corpo dos trabalhadores. Analogias para os estudos anatômicos foram extraídos dos ambientes de produção: os membros eram comparados a alavancas, o coração a uma bomba, os olhos a lentes e as mãos a martelos e assim por diante. A ideia de máquina estava se tornando o modelo dominante de comportamento social. O desenvolvimento da "máquina humana" representou um avanço tecnológico crucial, sendo o marco mais significativo no progresso das forças produtivas durante o período da acumulação primitiva, como será abordado posteriormente (FEDERICI, 2017).

A mecanização do corpo não apenas implicou na supressão de desejos, emoções e outros comportamentos considerados inadequados. Também envolveu o desenvolvimento de novas habilidades no indivíduo, que surgiram como características distintas do corpo e que se tornaram agentes de sua própria transformação (FEDERICI, 2017).

Esta discussão fornece um contexto para avaliar o impacto que a violência estrutural pode ter sobre o aparecimento de zoonoses em populações subordinadas, como ilustrado na seção seguinte.

3.3 ENTENDENDO A LÓGICA DE DOMINAÇÃO ATRAVÉS DAS ESTRUTURAS CONCEITUAIS OPRESSORAS

As estruturas conceituais opressoras configuram um modo sistemático, caracterizado por instituições, comportamentos e formas de pensamentos que legitimam a dominação das mulheres perante os homens, concedendo a eles, maior poder e privilégios sociais.

Com relação às estruturas conceituais (conjunto de crenças básicas socialmente construídas), Warren as aponta como importantes conexões quando se fala de dominação das mulheres e da natureza. Muitas estruturas sociais explicam, justificam e mantêm relações de dominação e subordinação das mulheres pelos homens, sendo, pois, opressivas. Entretanto as estruturas conceituais não são necessariamente opressoras, mas sim, a partir do momento que passam a ser afetadas pelo viés machista vão manter as relações de subordinação dominadoras (WARREN, 2000).

Warren classifica cinco características que compõem as estruturas conceituais opressoras, sendo estas:

1) Dualismos opostos de valor: composto por características opositoras e excludentes, ao invés de complementares, valorizando uma característica em detrimento de outra. Por exemplo, o dualismo de gênero frequentemente valoriza o masculino em detrimento do feminino.

2) Pensamento de valor hierárquico: A ideia de hierarquia de valores atribui maior status e mérito moral aos que estão no topo da hierarquia, enquanto diminui o valor dos que estão na base. Isso implica que um elemento é considerado mais importante que o outro e, portanto, é colocado em uma posição superior.

3) O exercício do poder de dominação descreve a dinâmica em que os que estão no topo da hierarquia social exercem controle e opressão sobre os que estão na base. Isso implica na exploração das mulheres e do meio ambiente por aqueles que ocupam posições de poder, geralmente homens em sociedades patriarcais.

4) A concessão de privilégios às classes superiores às custas das classes inferiores está ligada à disparidade na distribuição de recursos, poder e prestígio. Enquanto as classes superiores desfrutam dos benefícios, as classes inferiores enfrentam as consequências negativas dessa desigualdade.

5) Lógica de dominação: A lógica de dominação desempenha um papel essencial na estrutura opressora, servindo como um sistema de pensamento que valida a relação de subjugação. Ela é o mecanismo através do qual as ideias e estruturas de poder são legitimadas. Sociedades e culturas constroem narrativas e discursos que legitimam a supremacia de um

grupo sobre outro, muitas vezes apoiadas em sistemas de valores que justificam a exploração do grupo dominado pelo grupo dominante. Por exemplo, essa lógica pode ser evidenciada em argumentos que defendem a exploração da natureza para atender às necessidades humanas. Do mesmo modo, ela pode ser encontrada em discursos que justificam a subordinação das mulheres, sugerindo que elas são naturalmente inferiores ou destinadas a papéis específicos na sociedade (WARREN, 2005).

A autora ainda relata que, historicamente, dentro da cultura ocidental dominante, existe uma estrutura conceitual patriarcal que sanciona o argumento sobre a lógica de dominação:

Primeiro, sem uma lógica de dominação, uma descrição de semelhanças e diferenças seria apenas isso - uma descrição de semelhanças e diferenças. Considere a afirmação “Os seres humanos são diferentes das plantas e rochas na medida em que os humanos podem (e plantas e rochas não podem) remodelar consciente e radicalmente transformar comunidades”. Não se obtém nenhuma distinção moralmente relevante entre humanos e não humanos, ou um argumento para a dominação das plantas e rochas por humanos (WARREN, 2005, p. 256).

Seguindo a mesma formalização conceitual, Warren descreve da seguinte maneira o argumento A:

(A1) Os humanos têm, diferentemente das plantas e rochas que não têm, a capacidade de mudar de forma consciente e radical a comunidade em que vivem.

(A2) Os que têm a capacidade de mudar consciente e radicalmente a comunidade em que vivem são moralmente superiores a tudo o que lhes falta esta capacidade.

(A3) Assim sendo, os humanos são moralmente superiores às plantas e rochas.

(A4) Para qualquer X e Y, se X é moralmente superior a Y, então X teria uma moralidade justificada em subordinar Y.

(A5) Assim, os humanos teriam justificativa moral para subordinar plantas e rochas. (WARREN, 1990).

Desse modo, dá-se a lógica da dominação, (A4) que é o pano de fundo nas discussões ecofeministas de opressão.

Muitas ecofeministas afirmam que, historicamente, (ao menos na cultura ocidental dominante) uma estrutura conceitual patriarcal sanciona o seguinte argumento B, também trazido por Warren, na mesma formalização conceitual:

(B1) As mulheres são identificadas com a natureza e com o domínio do físico; homens são identificados com a parte “mental” abstrata humana.

(B2) Tudo o que é identificado com a natureza e parte física é inferior a tudo o que se identifica com o “humano” e o reino do mental;

(B3) Assim, as mulheres são inferiores aos homens.

(B4) Para qualquer X e Y, se X for superior a Y, então X tem a justificativa em subordinar Y.

(B5) Os homens teriam a justificativa para subordinar as mulheres (WARREN, 1990).

O argumento B justifica o estabelecimento do patriarcado dentro de uma tradição filosófica e intelectual ocidental dominante.

As feministas afirmam, como fato histórico, que dentro da filosofia da cultura ocidental dominante assume-se como verdade (B1) e (B2).

Algumas ecofeministas, porém, ou negam ou não afirmam (B2), e negam (B1) quando (B1) é usado para apoiar qualquer outra afirmação estritamente histórica sobre o que foi afirmado ou assumido como verdadeiro dentro da cultura patriarcal – por exemplo, quando (B1) é usado para afirmar que as mulheres são identificadas com o reino da natureza e o físico. Assim, de uma perspectiva ecofeminista, embora historicamente são reivindicações sancionadas,

(B1) e (B2) são devidamente vistas como problemáticas, precisamente pela forma como funcionou historicamente em uma estrutura conceitual e cultura patriarcal para sancionar as dominações das mulheres e da natureza.

Uma vez que todas as feministas (incluindo as ecofeministas) se opõem ao patriarcado, a conclusão dada em (B5), todas as feministas (incluindo as ecofeministas) devem se opor ao menos à lógica da dominação, premissa (B4), em que argumento B se baseia – qualquer que seja o status do valor de verdade de (B1) e (B2) fora de um contexto patriarcal (WARREN, 2005, p. 258).

A crítica ecofeminista do argumento B, mostra sua amplitude: é uma crítica às estruturas conceituais patriarcais, não só dos três pressupostos sobre os quais este argumento para a dominação das mulheres e da natureza repousa, a saber, as suposições em (B1), (B2) e (B4); é também uma crítica estrutural que colocam os homens em condições superiores às mulheres, alegando de alguma forma a inferioridade moral das mulheres, usando essa suposta diferença para justificar a subordinação das mulheres aos homens.

Acabar com a opressão sexista ou outros sistemas de opressão (como por exemplo, racismo, classismo, heterossexismo) que são mantidos por uma lógica de dominação, faz parte da crítica feminista - seja uma crítica do imperialismo, da supremacia branca, ou da estrutura conceitual patriarcal opressiva. O ecofeminismo explica como e por que o feminismo deve ser

expandido e adaptado como um movimento para acabar com o “naturismo” (termo que Warren usa ao se referir à dominação injustificada da natureza ou aos não humanos). Isso é explicitado pelo seguinte argumento C:

(C1) O feminismo é um movimento para acabar com o machismo.

(C2) Mas o sexismo está conceitualmente ligado ao naturismo³ (através de um quadro conceitual opressivo caracterizado por uma lógica de dominação).

(C3) Assim, o feminismo é (também) um movimento para acabar com o naturismo. (WARREN, 1990, p.6).

Perceber uma conexão através da estrutura conceitual opressiva entre o naturismo e o sexismo, fazendo com que o feminismo se transforme em feminismo ecológico, ou ecofeminismo. Para Warren, considerar moralmente os não humanos faz parte dos princípios constituintes de uma ética ambiental. Ela argumenta que, por este motivo, as feministas devem se opor à exploração especista e ambiental (WARREN, 1990).

Desde os estágios iniciais do movimento feminista, ativistas e pensadoras reconheceram a importância do corpo para entender as raízes da dominação masculina e a construção da identidade social das mulheres. Quando o corpo da mulher é percebido como um símbolo das funções reprodutivas e é apropriado pelos homens e pelo estado, tornando-se um meio para a produção de mão-de-obra, isso resulta em uma série de normas e regulações sexuais, padrões de beleza e formas de punição.

A autora Anne McClintock, acadêmica e escritora conhecida por seu trabalho na área de estudos culturais, gênero, e pós-colonialismo, em seu livro *Couro Imperial* (1995), relata como o corpo feminino servia de referência direta em nomenclaturas e desenhos nos mapas que foram utilizados para exploração de terras coloniais especialmente na África. Essas terras estavam ocupadas por mulheres que deveriam ser dominadas e “domesticadas”. Analisa como o imperialismo afetou não apenas as relações de poder entre nações colonizadoras e colonizadas, mas também como influenciou a construção das identidades de gênero e sexualidade.

A autora argumenta que a exploração e colonização das terras distantes muitas vezes eram representadas de maneira metafórica e sexualizada, e que as noções de masculinidade e feminilidade desempenharam um papel importante na justificação e na manutenção do império. Essas ideias e representações impactaram as identidades de gênero e sexualidade não apenas nas colônias, mas também nas metrópoles colonizadoras. Desta forma, Anne McClintock relata sobre uma hierarquização de povos e terras como mais ou menos evoluídos

3 Termo que Warren usa ao se referir à dominação injustificada da natureza ou aos não humanos.

e civilizados e, portanto, mais ou menos passíveis de serem dominados (MC CLINTOCK, 2010).

Como citado anteriormente, Warren e outras ecofeministas, por exemplo, Ariel Salleh, compartilham da ideia de que a dominação da natureza e das mulheres é resultado de uma cultura capitalista eurocêntrica, a mesma força geradora das crises ecológicas. Para essa compreensão também é importante abordar a questão de gênero e como ela se relaciona nas divisões comportamentais entre os sexos e seu impacto nos relacionamentos e construções sociais.

3.4 COLONIALISMO E CAPITALISMO: DINÂMICAS DE EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA

Segundo as afirmações de Joan Wallach Scott, presentes no artigo *Gender and the politics of history*, o termo gênero possui marcações que são inter-relacionadas: gênero é um elemento constitutivo de um relacionamento social baseado em diferenças percebidas entre sexos. Abarca as respectivas divisões comportamentais que os sexos sofrem do grupo social ao qual pertencem, a fim de determinarem sua identidade, caráter e função no espaço sócio-físico, sendo nas sociedades ocidentais e algumas outras, um princípio organizador que gera privilégios e hierarquias. É interessante ressaltar, que, apesar de historicamente presente na prática social, o debate sobre o gênero é algo um tanto recente (SCOTT, 1998).

Entende-se que características sexuais são determinadas biologicamente, enquanto o gênero é moldado por influências e processos históricos. É o conceito de gênero que predominantemente demarca o papel designado às mulheres na estrutura da sociedade ocidental. Por exemplo, a maternidade, função biológica da mulher, contrasta com a expectativa socialmente construída de que as mulheres devem assumir o papel exclusivo de cuidadoras.

Certas estudiosas feministas como por exemplo a socióloga Oyeronke Oyewme também traz exemplos sobre questões de gênero trazendo casos da sociedade Yorubá na Nigéria. Ela traz que a distinção anatômica se torna uma diferença em essência que determina as condutas individuais na sociedade ocidental diferentemente da sociedade Yorubá, onde a organização das relações se constitui baseada na senioridade. Assim, Oyewme traz à tona questões sobre a construção histórica e cultural do gênero, em como são construídas as relações de poder e como podemos fazer para romper esse padrão gerando mais relações de cooperação e reconhecimento. Podemos ver com este exemplo que a supremacia masculina não era uma característica universal, ao observar sociedades em que as disparidades de gênero

não se traduzem necessariamente em relações de dominação ou submissão, como é o caso dos Yorubas. Além disso, o trabalho específico feito por mulheres e homens difere muito em culturas distintas. Observar e estudar a percepção de outras culturas é de muita importância, pois mostra como a suposição de que existe uma fórmula padrão para a divisão sexual do trabalho pode ser relativa, apesar de extremamente relevante e predominante no contexto apresentado neste trabalho.

Portanto, para este estudo, é crucial examinar o contexto histórico, especialmente aquele que prevaleceu no ocidente. Assim sendo, a primeira forma de divisão sexual do trabalho parece ter raízes em diferenças biológicas entre os sexos, especialmente aquelas ligadas à reprodução, como a capacidade de amamentar. A importância vital do leite materno como fonte essencial de nutrição para a sobrevivência sugere que, em estágios iniciais da evolução humana, a dedicação das mulheres às tarefas reprodutivas era crucial para o bem-estar e até mesmo para a sobrevivência do grupo. Nesse contexto, é plausível que as mulheres tenham concordado com uma divisão do trabalho que enfatize esse papel materno (LERNER, 2019).

Crenças, valores e tradições que sustentavam essa prática começaram a se desenvolver dentro das culturas. No entanto, é fundamental compreender que aceitar uma explicação inicialmente baseada em fatores biológicos não implica que a subsequente divisão sexual do trabalho, centrada na maternidade, seja inerentemente "natural". Em total concordância com a autora, o entendimento dessa dinâmica evolutiva não deve ser interpretado como uma justificativa para a manutenção inquestionável das estruturas tradicionais de gênero (LERNER, 2019).

É evidente que para as mulheres, a conexão entre ter e criar filhos é culturalmente determinada e sujeita a influências sociais. Com base em observações etnográficas, Simone de Beauvoir especulou que essa divisão inicial do trabalho foi a raiz da desigualdade entre os sexos, relegando a mulher à imanência e ao trabalho diário, repetitivo e aparentemente interminável, enquanto o homem foi impulsionado para a bravura e transcendência (LERNER, 2019).

Outro fator significativo destacado por Claude Lévi-Strauss foi o comércio de mulheres, um fenômeno observado em sociedades tribais em diversas partes do mundo. Isso foi identificado como um fator crucial na subordinação das mulheres e alavancou o trabalho escravo.

Crianças também se tornam um recurso econômico, ao perceberem que assim como as mulheres, desempenharam papéis cruciais nos processos de produção nas sociedades que se desenvolveram com foco na agricultura do arado (LERNER, 2019).

Nesse período, a sociedade patriarcal já tratava como posse o potencial reprodutivo das mulheres. Isso se manifestava através do controle no comércio de mulheres, controle sobre seu comportamento sexual e a aquisição de propriedade privada envolvendo mulheres. É notável que o controle sobre a reprodução e a sexualidade feminina antecede o surgimento da propriedade privada. Sem considerar as mulheres como sujeitos reificados, isto é, transformados em objetos com características socioculturais historicamente determinadas, a origem da propriedade privada e do Estado permaneceria inexplicada (LERNER, 2019).

Entre os poucos registros históricos da relação entre as mulheres e a acumulação primitiva, evidencia-se a criação de uma nova ordem patriarcal, na qual as mulheres se tornavam subordinadas à força de trabalho masculina, que por sua vez, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2017).

A disparidade de poder entre mulheres e homens, juntamente com a ocultação do trabalho não remunerado das mulheres sob a máscara da suposta inferioridade natural, possibilitou ao capitalismo ampliar consideravelmente a parcela não remunerada do trabalho feminino. Assim, a acumulação primitiva foi, acima de tudo, uma acumulação de desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si, inclusive alienando-os de si mesmos. Os trabalhadores do sexo masculino colaboraram nesse processo, buscando manter seu poder em relação ao capital por meio da desvalorização e disciplina das mulheres, crianças e populações colonizadas pela classe capitalista (FEDERICI, 2017).

A transição do feudalismo para o capitalismo foi primordial na compreensão da história das mulheres. Novas formas de dividir a força de trabalho, especialmente entre as proletárias foram impostas. Assim a função reprodutiva foi ressignificada durante este período. A transição de comunidades agrícolas para centros urbanos e, subsequentemente, para a formação de Estados por meio de intervenções quase sempre violentas, é frequentemente denominada como a "revolução urbana" ou a "ascensão da civilização" (LERNER, 2019).

A não universalização da submissão feminina, foi tema de análise de Friedrich Engels principalmente na obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" de (1884). Destaca a transição da propriedade coletiva primitiva para a propriedade privada descrevendo o desenvolvimento da propriedade privada como precursor para submissão feminina e como os vínculos familiares foram moldados pelas relações de produção existentes em uma determinada sociedade.

As contribuições de Engels foram relevantes para a compreensão sobre o papel das mulheres na sociedade e na história, ainda que muito criticado, por refletir de certa maneira os valores machistas de sua época. Mesmo sendo sua análise limitada, seus estudos continuam a

auxiliar na compreensão das interconexões entre a opressão de gênero, as relações de classe e as estruturas sociais (LERNER, 2019).

Lerner destaca como relevante a contribuição de Engels à medida que ao conectar as relações entre os sexos nas mudanças das relações sociais, ele rompeu com o determinismo biológico dos tradicionalistas que por sua vez, consideravam a submissão das mulheres algo natural, como que determinado por Deus, e assim inquestionável e portanto imutável. Se a diferença entre os sexos é criação divina, que como resultado faz a divisão sexual do trabalho existente, não há injustiça e culpados pela dominação masculina. Essa explicação determinista, estende-se da idade da pedra até os dias atuais, com a afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na superioridade natural do homem é natural e portanto continua tão válida até hoje quanto era nos primórdios da sociedade humana.

Definiu-se assim o casamento monogâmico formado na sociedade do início do Estado como a “submissão de um sexo pelo outro, a proclamação de um conflito entre os sexos desconhecido por completo até então em épocas pré-históricas”. E acrescentou de forma significativa: A primeira oposição de classes a aparecer na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher em casamento monogâmico, e a primeira opressão de classes coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino (LERNER, 2019, P. 49).

Essa dinâmica culminou em uma estrutura hierárquica de gênero, na qual os homens frequentemente detêm controle sobre as esferas públicas, enquanto as mulheres são predominantemente limitadas às responsabilidades do trabalho doméstico invisibilizado. Assim, a opressão de gênero e a exploração econômica tornam-se parte integrante do sistema capitalista.

A estrutura da família se formaliza na monogamia e no patriarcado com o desenvolvimento do Estado, onde o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres foi transformado em um serviço privado. Nessa dinâmica, a esposa passou a ocupar o papel principal de criada, sendo excluída de qualquer participação significativa na produção social. Consequentemente, a mulher experimentou uma degradação, sendo relegada à servidão, transformada em uma subalterna dos desejos do homem e reduzida a um mero instrumento de reprodução para a força de trabalho (LERNER, 2019).

Com o surgimento do Estado, o trabalho doméstico feminino foi privatizado, relegando as mulheres a um papel de subalternas e excluindo-as da esfera da produção social. Essa dinâmica resultou na degradação da mulher, que foi reduzida à servidão e submissão aos desejos masculinos, além de ser vista como um mero instrumento de reprodução para a força de trabalho. Com isso é possível perceber como a estrutura patriarcal da família tem sido

fundamental ao longo da história na perpetuação da desigualdade de gênero, restringindo o poder e a autonomia das mulheres ao longo do tempo.

Os excedentes do pastoreio, eram apropriados pelos homens, tornando-os propriedade privada. A família monogâmica é necessária para garantir aos homens e seus herdeiros a propriedade privada adquirida. Aí entra o controle sobre a sexualidade das mulheres como garantia de legitimidade da prole assegurando seu direito à propriedade (LERNER, 2019).

A monogamia foi instituída não apenas como uma forma de organização familiar e modelo de organização do estado das sociedades e do Estado, mas também como um mecanismo de controle sobre a sexualidade feminina, garantindo a legitimidade da descendência e, conseqüentemente, a transmissão da propriedade aos herdeiros masculinos. Esse contexto revela como as relações de poder de gênero foram historicamente entrelaçadas com sistemas econômicos e sociais, perpetuando a subordinação das mulheres e a concentração de riqueza nas mãos dos homens.

A violência desempenhou um papel crucial como o principal meio econômico durante a fase de acumulação primitiva. Isso ocorreu porque o avanço do desenvolvimento capitalista exigiu um aumento substancial na riqueza acumulada pela elite dominante europeia, bem como no número de trabalhadores submetidos à sua autoridade (LERNER, 2019).

Antes que o sistema econômico capitalista pudesse se estabelecer e perpetuar como um ciclo prolongado de reprodução do capital, impulsionado pela geração contínua de mais-valia, era essencial acumular uma quantidade suficiente de capital para iniciar esse processo.

A acumulação significativa de capital ocorreu principalmente nas colônias durante os séculos XVI e XVII. Não se tratou, em grande parte, de uma acumulação através do comércio "ético" dos capitalistas mercantis, mas, em vez disso, foi alcançada predominantemente por meio de práticas como pilhagem, pirataria, exploração de trabalho forçado e escravidão (LERNER, 2019).

Segundo Lerner, a análise predominante entre acadêmicos indica que a instituição da escravidão tem suas raízes na guerra e conquista, representando assim a primeira forma institucionalizada de hierarquia e dominação na história da humanidade.

De acordo com a filósofa Tânia Aparecida Kuhnen, desde a passagem histórica da sociedade primitiva para a sociedade de classes, houve violentos processos de manipulação ideológica para rotular as pessoas em comportamentos funcionais à exploração do trabalho, nos quais a subordinação de gênero e a classificação racial e étnica eram elementos centrais. Assim, por meio de diferentes modos de produção na história das sociedades de classes, o patriarcado persiste como uma estrutura hierárquica que estruturou a vida e as relações humanas (KUHLEN, 2022).

Importante citar a ideologia eugenista, surgida na primeira metade do século XIX, que trouxe contribuições que fundamentam uma ideologia racista e sexista fomentando as bases da lógica de dominação.

A teoria da evolução de Darwin teria fornecido a base para o darwinismo social, atribuindo “atraso no desenvolvimento” dos povos colonizados ao fato de estarem em estágios inferiores do processo evolutivo. Assim, as sociedades “superiores” (anglo saxões ou raça nórdica) estariam mais aptas a se desenvolverem pelo mecanismo seletivo natural de sobrevivência(MIES,2021).

Segundo Mies, características sociais eram interpretadas como sendo naturais e hereditárias, como a pobreza, por exemplo. A sociobiologia, surgida nos EUA, fornece uma nova vestimenta a esta ideologia ostensivamente racista, onde governos e a classe dominante não davam suporte a medidas e programas de bem estar social, explicando a desigualdade social como biologicamente determinada (MIES, 2021).

Para legitimar o desenvolvimento dessa arte de destruição, mulheres, natureza e colônias tiveram roubadas sua qualidade “humana”. Elas se tornaram espírito sem matéria, matéria prima. O objetivo desses processos de subordinar a natureza, as mulheres e as colônias, e tratá-las como matéria passiva e sem espírito a ser dissecada e recombinada de acordo com o desejo do engenheiro homem foi e é a otimização do trabalho humano para a produção de riqueza material. Esse objetivo define o que é valioso e o que não é, o que deve ser selecionado e o que deve ser eliminado. Assim, pessoas brancas são consideradas mais valiosas do que pessoas latinas, asiáticas e negras; homens são considerados mais valiosos do que mulheres; os donos dos meios de produção são considerados mais valiosos do que aqueles que trabalham nesses meios. Tudo o que foi considerado menos valioso foi definido como “natureza”; tudo o que foi avaliado como superior foi definido como “humano”. E o ser humano por excelência, é o homem branco, ele tem o direito de governar toda a “natureza” e promover sua própria criação: a “cultura” (MIES, 2021, p. 296).

A desumanização das mulheres, tratadas como matéria-prima passiva, é necessária para atender aos interesses do engenheiro homem ao manipular a natureza em prol de metas econômicas. Essa lógica hierárquica, que privilegia determinados grupos em detrimento de outros, é responsável por manter desigualdades sociais, étnicas e de gênero. A diferenciação entre o que é considerado valioso e o que é negligenciado influenciam as percepções sociais e políticas, perpetuando a supremacia branca, masculina e de classe.

O selvagem é transformado em algo civilizado pela figura masculina. Trata-se de levar o processo racional de domínio para todos os campos. Por trás da lógica de dominação

masculina, o poder masculino, racional adquire um caráter regenerativo por assegurar a paz posterior a destruição (KUHNNEN, 2022).

O civilizado, neste caso, refere-se a um sentido negativo de domesticação ou subjugação de um ser considerado de natureza inferior, que necessita de intervenção e correção. É neste contexto de instrumentalização do outro animal, de sua cultura e modo de vida (agora mais humano) que se justifica o desenrolar do processo civilizatório, bem como do imperialismo e do colonialismo.

3.5 MILITARISMO E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM AS SINDEMIAS

Maria Mies em seu artigo *Colonização e acumulação primitiva de capital*, publicado originalmente em 2020 fala sobre o brutal domínio dos capitalistas mercadores europeus sobre os povos da África, Ásia e América, frequentemente justificado sob o pretexto de uma missão civilizadora das nações cristãs. Nessa fundamentação, pode-se observar uma ligação entre o processo de 'civilização', exemplificado pela perseguição e 'disciplina' das mulheres europeias durante a caça às bruxas, e a 'civilização' imposta aos povos 'bárbaros' nas colônias. Ambos os grupos eram caracterizados como selvagens, que necessitavam de domesticação, perigosos, exigindo, segundo essa perspectiva, a aplicação de força e tortura para subjugar sua resistência ao roubo, expropriação e exploração (MIES, 2020).

O surgimento do militarismo, em conjunto com a demanda por uma extensa força de trabalho para empreendimentos públicos, conduziu à prática de transformar prisioneiros em escravos, dando origem à institucionalização da escravidão e, por conseguinte, à estruturação de classes na sociedade. Todos esses processos interativos contribuíram para fortalecer a supremacia masculina nos âmbitos público, privado e nas relações exteriores.

Evidências históricas indicam que a escravização teve início e foi refinada inicialmente com mulheres capturadas em contextos de guerra, sendo posteriormente reforçada por práticas estabelecidas de comércio de mulheres. Inicialmente, prisioneiros eram executados, enquanto mulheres e homens eram poupados para servir aos captores. É relevante observar que os escravos homens não apenas surgiram posteriormente, mas também em menor número em comparação às escravas mulheres (LERNER, 2019).

A prática de estuprar mulheres de comunidades conquistadas persistiu como uma estratégia de guerra desde o segundo milênio a.C. até os dias atuais. Esta prática social, semelhante à tortura de prisioneiros, resistiu a avanços no "progresso", a reformas

humanitárias e a considerações éticas mais refinadas. É uma prática intrínseca e fundamental para as estruturas das instituições patriarcais, sendo inseparável delas (LERNER, 2019).

A escravização sexual das mulheres representa, pois, um estágio no desenvolvimento e na formação das instituições patriarcais. A invenção cultural da escravidão é fundamentada tanto na criação de símbolos que subjagam as mulheres quanto na conquista real dessas mulheres. Ao subjugar mulheres dentro do próprio grupo e, posteriormente, mulheres prisioneiras, os homens compreenderam o poder simbólico do controle sexual, dando forma a uma linguagem simbólica para expressar domínio e estabelecer uma classe de pessoas escravizadas no aspecto psicológico. Através da experiência de escravizar mulheres, os homens desenvolveram técnicas e formas de escravização que lhes permitiram institucionalizar essa dominação absoluta onde até as crenças cosmológicas foram sendo transformadas, evidenciando-se na troca de divindades femininas pelo masculino (LERNER, 2019).

De acordo com Lerner, a institucionalização da escravidão foi moldada de modo a incorporar a própria concepção de "mulher". As mulheres, cujas funções sexuais e reprodutivas foram objetificadas em transações matrimoniais, encontraram suas posições definidas de maneira análoga à consolidação das posições de classe dos homens, as quais eram delineadas por suas relações com a propriedade e os meios de produção.

Uma vez submetidas ao comércio, as mulheres eram desumanizadas, transformadas em meros instrumentos à disposição dos homens, assemelhando-se a mercadorias. Esse processo de reificação ocorria à medida que as mulheres eram conquistadas e protegidas, enquanto os homens, por sua vez, tornavam-se reificadores ao conquistarem e protegerem. A estigmatização de pertencer a um grupo passível de dominação reforçava a distinção inicial. O precedente de considerar as mulheres como um grupo inferior possibilita a transferência desse estigma para qualquer grupo que pudesse ser subjogado. A subordinação doméstica das mulheres estabeleceu o modelo a partir do qual a escravidão evoluiu como uma instituição social (LERNER, 2019).

Lerner ainda coloca que quando um grupo é designado como escravizado, carregando consigo essa marca social, torna-se um elemento que fortalece a justificação da prática da escravidão tanto na mentalidade do grupo dominante quanto na mentalidade do grupo subjogado. Quando este estigma é internalizado, esse processo se estende por várias gerações e requer o isolamento intelectual desse grupo, fazendo com que a escravidão seja percebida como algo "natural" e, conseqüentemente, aceitável (LERNER, 2019).

Conforme Lerner declara, a submissão das mulheres de tribos conquistadas não apenas simbolizava o prestígio para nobres e guerreiros, mas também proporciona aos conquistadores

uma fonte tangível de riqueza, através da comercialização ou troca dos produtos do trabalho escravo e da prole resultante da reprodução das mulheres escravizadas. Dessa forma, a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres eram constantemente objetificadas.

Em um estágio crucial da história, a mulher africana foi sujeita à degradação e exploração sexual pelos colonizadores ingleses. Neste contexto, surgiram teorias que propagavam a suposta superioridade racial do homem branco e difundiam a estigmatização das mulheres africanas como seres "bestiais". Essas idéias serviram para justificar e perpetuar a subjugação dessas mulheres durante o período colonial (MIES, 2020).

Federici em seu livro *Caliban and the Witch: Women, the Body, and Primitive Accumulation* lançado em 2004, também traz importantes revelações de como a perseguição às supostas bruxas foi uma ferramenta para estabelecer uma nova ordem patriarcal na qual os corpos femininos, seu labor, suas faculdades sexuais e reprodutivas foram subjugados pelo Estado e convertidos em recursos econômicos (FEDERICI, 2017).

Não exagero dizer que as mulheres no geral eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos "índios selvagens" na literatura produzida depois da conquista. O paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era sempre o extermínio (FEDERICI, 2017, P. 203).

A demonização dos indígenas justificava sua escravização e exploração de recursos, enquanto na Europa, as mulheres eram atacadas para legitimar a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle reprodutivo. A resistência, tanto das mulheres quanto dos povos indígenas, era punida com diferentes formas de tortura e extermínio, destacando a brutalidade empregada para manter estruturas de poder desiguais e exploradoras.

Pode-se perceber com este paralelo, como a narrativa cultural foi instrumentalizada para subjugar diferentes grupos ao longo da história.

O avanço da Alemanha como uma potência industrial líder era amplamente percebida, naquela época, como dependente da posse de colônias. Mies cita a figura de Reichskanzler Paul von Hindenburg expressando sua visão ao afirmar que a presença de colônias era crucial para garantir o acesso a matérias-primas. Ele argumentou que, sem essas matérias-primas, a indústria ficaria comprometida, afetando negativamente o padrão de vida e a prosperidade da

nação alemã. Portanto, Hindenburg enfatizou explicitamente a necessidade da exploração das colônias como uma medida essencial para sustentar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida na Alemanha.

A exploração fundamentava-se na teoria de que as populações consideradas "nativas" não haviam alcançado o mesmo nível de avanço das raças consideradas superiores, como os mestres brancos. Sob essa perspectiva, o colonialismo era percebido como o meio necessário para impulsionar o desenvolvimento econômico nessas regiões tidas como menos desenvolvidas, contribuindo para o progresso global ao melhorar as condições de produção (MIES, 2020).

Mies chama atenção para a construção das relações de produção patriarcal capitalistas. Uma delas é a ligação entre a perseguição das bruxas na Europa, a ascensão da nova burguesia e da ciência moderna, e a subordinação da natureza.

A caça às bruxas entre os séculos XII e XVII controlava e perseguia mulheres independentes, como camponesas e artesãs, pois representavam uma ameaça para a ordem emergente (MIES, 2020).

Um fato importante é que o dinheiro obtido com a apropriação ilegal de propriedades, execução e o confisco dos bens das mulheres, alimentavam o processo de acumulação de capital, usado no financiamento de guerras e construção de infraestruturas, embora fosse omitido nos cálculos históricos segundo Mies.

Mies ainda traz como exemplo que a ciência da época, representada entre outros, por Francis Bacon, usava métodos similares aos perseguidores de bruxas, empregando tortura e violência para extrair segredos. Bacon comparava a inquisição da natureza ao interrogatório de bruxas, defendendo a violação da terra para descobrir seus segredos.

Segundo Mies, o método científico de Bacon, Kepler, Galileu, Pascal, Descartes, entre outros, que foi utilizado como base da ciência moderna, unificou conhecimento e poder, vinculando muitas invenções tecnológicas à guerra. A classe dominante que se beneficiou desse domínio patriarcal sobre mulheres e natureza foi a crescente classe de comerciantes protestantes e capitalistas, contribuindo para a destruição da autonomia feminina e transformando a natureza em um reservatório de recursos para exploração lucrativa (MIES, 2020).

A coincidência entre a crise socioeconômica e a perseguição às bruxas foi destacada por Henry Kamen. Ele observou que durante o período de significativo aumento nos preços, especialmente entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, ocorreu um aumento expressivo no número de acusações e perseguições relacionadas à caça às bruxas. (FEDERICI, 2017).

As classes dominantes, viviam num estado de temor frente às revoltas populares e consideravam que “as bruxas” abrigavam pensamentos malignos os quais expressavam em forma de mágicas, contribuindo para a crise econômica e perda de bens. “A batalha contra a magia” sempre acompanhou o desenvolvimento do capitalismo, até os dias de hoje (FEDERICI, 2017).

É possível interpretar que a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria na Europa representou um ataque à resistência que elas exerciam contra a propagação das relações capitalistas, bem como contra o poder que detinham em virtude de sua sexualidade, controle sobre a reprodução sexual, contraceptivos e habilidades curativas. Nesse contexto, é notável o impacto que a perseguição às mulheres rotuladas como bruxas teve nos métodos que elas empregavam para gerenciar a procriação. Esses métodos eram frequentemente denunciados como ferramentas malignas, o que resultou na sua deslegitimação e criminalização. Além disso, esse período histórico formalizou o controle do Estado sobre o corpo feminino, tornando-o um pré-requisito crucial para a sujeição das mulheres à reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

A violência desempenhou um papel essencial como principal impulsionadora econômica durante a fase de acumulação primitiva. Isso se deve ao fato de que o avanço do desenvolvimento capitalista demandava um substancial aumento na riqueza acumulada pela elite dominante europeia, assim como na quantidade de trabalhadores subjugados à sua autoridade.

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais (FEDERICI, 2017, P. 330).

Nesse contexto, é evidente que a perseguição às mulheres identificadas como bruxas teve consequências devastadoras nos métodos que elas utilizavam para gerenciar a procriação. Essas práticas eram frequentemente condenadas como malignas, resultando na sua deslegitimação. Além disso, esse período histórico formalizou o controle estatal sobre o corpo feminino, tornando-o um requisito fundamental para subjugar as mulheres ao papel de reprodução da força de trabalho.

Por trás das perseguições às bruxas estava o avanço do capitalismo rural, que englobou a abolição de direitos consuetudinários e marcou o surgimento da primeira onda de inflação na Europa moderna. Esses acontecimentos resultaram no aumento da pobreza, da escassez alimentar e do deslocamento social (FEDERICI, 2017).

O empobrecimento, as rebeliões e o aumento da criminalidade são elementos estruturais da acumulação capitalista, na medida em que o capitalismo precisa despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor sua dominação (FEDERICI, 2017).

A preocupação dos economistas europeus foi evidente em relação à reprodução da população, mais especificamente, no contexto da discussão sobre a extensão da força de trabalho naquela época. A questão do trabalho tornou-se particularmente urgente no século XVII, quando a população na Europa começou a declinar, levantando preocupações sobre um possível colapso demográfico semelhante ao observado nas colônias americanas nas décadas após suas conquistas (FEDERICI, 2017).

Enquanto a resposta à crise populacional na Europa foi a subjugação das mulheres à reprodução, na América, onde a colonização destruiu 95% da população nativa, a resposta foi o tráfico de escravos, capazes de prover à classe dominante europeia uma quantidade imensa de mão de obra (FEDERICI, 2017, P. 206).

Na Europa, a subjugação das mulheres à reprodução foi uma abordagem que visava, de certa forma, enfrentar o declínio populacional, consolidar a família como unidade reprodutiva e assegurar a transmissão de propriedades. Na América, a destruição significativa da população nativa levou à necessidade de mão de obra para explorar os vastos recursos recém descobertos. O tráfico de escravos africanos emergiu como uma resposta brutal, proporcionando à classe dominante europeia uma fonte abundante de trabalho, cuja exploração sustentou a economia colonial. Ambas as estratégias revelam a exploração sistemática dos corpos e do trabalho, evidenciando como as respostas à crise populacional foram moldadas pelos interesses econômicos e pela busca de poder das potências colonizadoras.

O Estado implementou um conjunto de medidas pró-natalistas que constituíram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Foram aprovadas leis que incentivam o casamento e puniam o celibato, conferindo nova importância à família como instituição-chave para a transmissão de propriedade e reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

A principal ação do Estado para restaurar a proporção populacional desejada envolveu uma verdadeira hostilidade em relação às mulheres, visando claramente dismantlar o

controle que exerciam sobre seus corpos e reprodução. Qualquer forma de controle de natalidade e sexualidade não procriativa foi demonizada (FEDERICI, 2017).

Esta dinâmica de intervenção estatal na vida reprodutiva das mulheres, revelou como políticas governamentais reforçaram o controle patriarcal sobre seus corpos. Ao demonizar qualquer forma de controle de natalidade ou expressão sexual não procriativa, o Estado não apenas desvaloriza a autonomia das mulheres sobre suas escolhas reprodutivas, mas também perpetuou normas de gênero que as mantiveram em uma posição de submissão e restrição. Essa preocupante abordagem reflete as incessantes tentativas de manipular e reprimir a sexualidade feminina em nome de interesses demográficos capitalistas, ignorando completamente o direito das mulheres de decidir livremente sobre seu próprio corpo e destino.

Os europeus haviam trazido morte às américas. As estimativas do colapso populacional que afetou a região depois da invasão variam. No entanto, os especialistas, de forma quase unânime, comparam seus efeitos a uma espécie de “holocausto americano”[...]Essa foi uma crise populacional sem precedentes. As estatísticas, realmente atrozes, contam apenas uma parte da história. A morte recaiu sobre os “pobres”. Em geral não foram os ricos que morreram quando as pragas ou a varíola arrasaram as cidades, mas os artesãos, os trabalhadores e os vagabundos (FEDERICI, 2017, P. 167).

Assim pode-se começar a compreender como se iniciou o processo de exploração, subjugação violenta de mulheres e natureza pelo Estado, Igreja e a classe dominante, através da exploração colonial e da subordinação das mulheres na Europa. Este percurso está intrinsecamente ligada à conquista e colonização de outras terras e povos, que como sabemos, foi realizada através de extrema violência e derramamento de sangue, gerando cicatrizes profundas na história de populações vulneráveis e mulheres, além de profundos desordens no ecossistema, conflitos sociais e políticos. O surgimento de novas doenças físicas e psíquicas foi outra consequência inevitável e previsível desse processo.

A intensidade da violência e exploração direcionada à natureza parece estar diretamente relacionada à violência exercida pela sociedade industrial, tanto em escala global quanto nas experiências individuais das mulheres. Notavelmente, a economia capitalista, ao explorar a natureza para seus fins, negligenciou ao longo da história os custos ambientais associados à regeneração e preservação, da mesma forma como ainda desconsidera o valor do trabalho doméstico, relacionados ao cuidado reprodutivo. Ambos os aspectos, a exploração ambiental e a subvalorização do trabalho feminino, revelam lacunas críticas nas abordagens econômicas, ecológicas e sociais.

Para que ocorra uma apropriação de recursos naturais para sustentar o modelo econômico patriarcal, pessoas em situações de vulnerabilidade são deslocadas de seus locais e meios de subsistência. Seguindo o mesmo raciocínio, Mies coloca que a matéria prima do colonizador são os povos de países estrangeiros, as mulheres e a natureza. Sem sua subordinação para fins de exploração e apropriação predatória do paradigma do progresso infinito, não existiria. Como previamente destacado, o capitalismo sempre precisou de exploração de mão de obra e matéria prima das colônias para sua existência e sustentação. Assim sendo, as mulheres tiveram papel crucial na sustentação do patriarcado ao efetuar seu trabalho invisível como o trabalho doméstico, reprodutivo e nas áreas do cuidado, por exemplo.

Desnaturalizar o sistema colonizador-patriarcal-capitalista, é reconhecer que este foi criado e mantém-se em constante construção através da exploração de terras e da natureza, enquanto essas são gradualmente degradadas. Ao analisar esse fato através da ótica ecofeminista fica evidente como os processos de civilização e desenvolvimento foram responsáveis pela degradação do mundo natural.

3.6 CONEXÃO ENTRE AS MULHERES E A NATUREZA

Como visto anteriormente, Warren argumenta que o sistema de dominação patriarcal sobre as mulheres e sobre a natureza possui a mesma lógica, interconectando-se de várias maneiras. Especificamente, Warren elenca dez tipos de interconexões entre a exploração das mulheres e a natureza: histórica (tipicamente causal), conceitual, empírica, socioeconômica, linguística, simbólica, literária, espiritual e religiosa, epistemológica, política e interconexões éticas. Embora essas relações sejam cruciais para o tema do ecofeminismo, não caberia nesta pesquisa, adentrar em cada um dos itens.

Aprofundando mais especificamente na conexão entre as mulheres e a natureza, no artigo *The Power and Promise of Ecological Feminism*, publicado originalmente em 1990, Warren coloca que existe uma identificação histórica do homem com a mente, a cultura e a razão, enquanto a mulher está associada ao corpo, ao mundo físico, às emoções e à natureza. A imagem da natureza seria algo feminino e oposto a identidade que é a razão ordenadora. As mulheres e a natureza tornam-se objeto de uso, manipulação e subjugação em meio a lógica de dominação patriarcal. Assim, ambas têm seu espaço e existência plena negado mediante sua incorporação e apropriação ao modo de ser e à cultura de identidade da mente que domina estes corpos/territórios (WARREN, 1990).

Sabe-se que esta divisão mente/corpo é, em grande parte, uma construção social e filosófica que remonta a séculos de pensamento patriarcal. A mente, muitas vezes associada à razão e à cultura, foi historicamente vista como superior ao corpo (mulher), que era frequentemente associado às emoções e à natureza.

Mesmo parecendo repetitivo, é importante deixar claro alguns conceitos como o do essencialismo de gênero⁴, que considera que as características consideradas “masculinas” são superiores às consideradas “femininas”. Esta é uma forma de essencialismo de gênero. Essa visão implica que a natureza feminina está ligada à emoção, à sensualidade e à natureza, enquanto a natureza masculina está associada à racionalidade, à cultura e à civilização. Entretanto é importante ressaltar que são essas mesmas associações que têm sido usadas para justificar a subjugação e opressão das mulheres ao longo da história.

A crença de que há características ou traços inerentes e imutáveis associados a um grupo particular, como mulheres ou a natureza, que definem a identidade desse grupo de maneira fundamental, tem sido criticado e amplamente debatido, pois as identidades de gênero e a relação com a natureza são mais complexas e variáveis do que o essencialismo sugere ao simplificar a um universalismo nuances de uma “essência feminina”. Além disso, reforça a divisão binária em categorias masculinas e femininas.

Certa parcela das representantes do ecofeminismo⁵, não concordam com a tese de que a natureza possa ser considerada como um assunto inerentemente feminino uma vez que isto reforça a visão machista do “lugar da mulher” enquanto ser fértil e cuidadora da manutenção da vida, o que caracterizaria o ecofeminismo como um sistema essencialista.

Outras autoras, como por exemplo a antropóloga Célia Nyamweru (2003), advertem contra fazer afirmações gerais sobre as mulheres e suas relações com a natureza, questionando se realmente as mulheres sofrem mais com a degradação ambiental do que os homens, como por exemplo na cultura Mijikenda, um povo agricultor no Quênia, onde ela desenvolveu sua pesquisa. Nyamweru questiona o fato de as mulheres serem mais ligadas espiritualmente ao mundo natural, criticando o fato do essencialismo reduzir as mulheres do terceiro mundo a uma generalidade simbólica; por serem vistas como “mais próximas da natureza”. Assim, protesta e relativiza sobre o alcance do ecofeminismo em determinados contextos.

4 De forma recorrente, a questão do essencialismo aparece nas discussões ecofeministas. Vandana Shiva afirma que a feminilidade, enquanto valor, deve ser reconhecida e considerada na busca de soluções às crises ecológicas. Defende que as mulheres, em virtude do “ser mulher” são mais solidárias com o meio ambiente e mais propensas a administrar seus recursos de maneira sustentável do que os homens. Este seria o princípio postulado do essencialismo, que considera mulheres e natureza conectadas por valores intrínsecos. De forma semelhante, Ariel Salleh argumenta que a profunda experiência de conexão com a natureza das mulheres deve ser levada em consideração para o pensamento ecofeminista (DAVION, 2001).

5 Bárbara Holland-Cunz, professora da Universidade de Frankfurt, em entrevista a KULLETTZ (1992)

A crítica ao essencialismo considera que a relação com a natureza é culturalmente construída. Esta é uma visão histórica materialista da natureza e das mulheres seguindo o paradigma da escola de pensamento construtivista. Considera-se que muitas ecofeministas são inspiradas por um naturalismo reificado onde as relações socialmente determinadas são vistas como biológicas, e onde a razão é substituída por imaginação ou intuição (CUNZ,1992).

bell hooks argumenta nesta mesma linha, como as mulheres muitas vezes são, desde a infância, ensinadas pela cultura patriarcal que os cuidados básicos de subsistência são práticas de amor. Isso não significa, porém, que sejamos mais equipadas emocionalmente do que o sexo masculino para fazer o trabalho doméstico (hooks, 2021).

Associar modos de ser, geralmente considerados inatos a comportamentos aprendidos que ajudam a sustentar a dominação masculina, agem como se essas diferenças não fossem carregadas de valores ou não fossem políticas, e sim intrínsecas ou místicas [...] Há todo um malabarismo para fazer parecer que as evocações místicas new age ao ying yang, à androgenia masculina e feminina, e por aí vai, não são os mesmos estereótipos machistas empacotados em uma embalagem mais sedutora (hooks, 2021, p. 187).

hooks aponta para a necessidade de desvincular a tendência de associar características tidas como inatas a comportamentos aprendidos que, na realidade, contribuem para manter a cultura de dominação masculina. O malabarismo mencionado sugere que, por vezes, tenta-se disfarçar estereótipos machistas através de abordagens mais atraentes, como as compreensões esotéricas da existência. Essas evocações podem incluir elementos como o *yin yang*, energias cósmicas, cristais ou até mesmo física quântica e outras ideias relacionadas à espiritualidade contemporânea. Em última instância, essa análise aponta para a urgência de reconhecer que, por trás de embalagens sedutoras, persistem padrões de pensamento que sustentam desigualdades de gênero e reforçam estereótipos.

Para concluir esta seção é notável que a representação das mulheres como associadas à natureza tem implicações profundas. Primeiramente, naturaliza a ideia de que as mulheres são biologicamente destinadas a desempenhar papéis específicos na sociedade, como cuidar dos filhos e do lar. Em segundo lugar, essa associação com a natureza justifica a exploração e a subjugação das mulheres, assim como a exploração e a destruição da natureza em si. Warren responde claramente sobre os prejuízos dessa associação, negando pois, a concepção essencialista da mulher nos ecofeminismos.

Embora, também seja correto afirmar que a lógica patriarcal de dominação envolve a apropriação do espaço e a negação da existência plena das mulheres, bem como da natureza. Isso se manifesta na forma como as mulheres historicamente foram excluídas da esfera

pública, restringidas a papéis domésticos e ignoradas nas esferas políticas e intelectuais. Da mesma forma, a natureza tem sido explorada e degradada em busca de ganhos econômicos, muitas vezes ignorando suas próprias formas de existência e valor intrínseco.

Warren chama atenção para a visão do filósofo Deane Curtin, afirmando que a crise da democracia tradicional também é uma crise ambiental. Destaca a importância da interconexão entre questões ambientais e de gênero. Ele traz a expressão de uma “democracia ecológica informada feminista”, onde enfatiza a importância de considerar as preocupações ambientais no contexto da tomada de decisões políticas e na estrutura da própria democracia. Isso implica que os princípios e valores relacionados à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente devem ser integrados nos processos de tomada de decisões e nas instituições democráticas. Com relação a parte "informada feminista" sugere que essa democracia ecológica incorpora também uma perspectiva de gênero e feminista. Isso significa que o sistema político e a tomada de decisões devem considerar as questões ambientais, tanto quanto as preocupações e perspectivas de gênero. Isso pode incluir a promoção da igualdade de gênero, a inclusão de vozes femininas e a consideração das formas pelas quais as questões ambientais afetam desproporcionalmente as mulheres. Sugere uma abordagem à democracia que busque abordar as crises ambientais e democráticas, ao mesmo tempo que incorpora considerações de gênero e feministas. Isso implica que a luta contra a crise ambiental e a crise da democracia deve ser informada por uma preocupação com a justiça de gênero e equidade.

Comunidades ecológicas democráticas são, em sua visão, comprometidas em exercer virtudes cívicas, que promovem a saúde de todos os seres humanos e do planeta.

Uma política de diferenças é, em grande parte, formadora de uma política de gênero. As políticas sociais e culturais que reconhecem e valorizam as diferenças individuais desempenham um papel importante na promoção da igualdade de gênero e na compreensão das complexidades das questões de gênero. Essa é uma abordagem que celebra as diversas identidades e experiências individuais, levando em consideração fatores como raça, etnia, orientação sexual, religião, habilidades físicas, classe social e, é claro, gênero. Reconhece que as pessoas são diversas e únicas, e que as desigualdades e injustiças podem surgir devido a não considerar essas diferenças. A política de gênero se concentra especificamente nas questões relacionadas às identidades de gênero, destacando as discriminações enfrentadas pelas pessoas com base em seu gênero. Ela procura alcançar a igualdade de gênero, que envolve a eliminação das disparidades de poder, acesso a recursos e oportunidades entre pessoas de diferentes gêneros. Uma política de gênero eficaz deve considerar a interseccionalidade, ou seja, a maneira como as identidades e experiências de uma pessoa podem se sobrepor e interagir.

3.7 O MODELO DESTRUTIVO DAS MONOCULTURAS

Ao contrário de *commodities* industriais e processos que são uniformes e homogêneos, uma ecopolítica é baseada nas multiplicidades e nas diversidades da natureza. Sobre a lógica da biodiversidade, Mies argumenta como a improdutividade das monoculturas estão associadas à mentalidade das estruturas dominantes que a produzem.

De acordo com esta lógica, quando a uniformidade é substituída pela diversidade a produtividade e as safras parecem ilusoriamente aumentar. Porém o que acontece de fato é o contrário, pois o significado da biodiversidade não é reducionista, mas relacional. A biodiversidade abrange uma variedade de formas de vida existentes na Terra. Não apenas a variedade de organismos vivos, mas também a diversidade genética dentro de cada espécie e a diversidade de ecossistemas, paisagens e processos ecológicos (MIES, 2021).

No contexto da biodiversidade, o termo "relacional" refere-se às conexões e dependências entre diferentes espécies e organismos em um determinado ambiente. Envolve a compreensão de como as diferentes espécies estão interligadas e como suas interações afetam a estabilidade e a saúde do ecossistema. Não se limita apenas à presença de várias espécies em um ecossistema. Isso inclui a análise de relações de predação, simbiose, polinização, ciclos de nutrientes e muitas outras interações ecológicas (MIES, 2021).

Portanto, o termo “relacional” no contexto da biodiversidade enfatiza a importância de considerar não apenas a diversidade de espécies, mas também as relações e interações entre essas espécies e como essas interações desempenham um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e na sustentabilidade dos ecossistemas. Isso é fundamental para a conservação e o manejo adequado da biodiversidade, já que compreender as relações ecológicas é essencial para proteger as espécies e seus habitats.

Novas doenças aparecem porque um modelo extremamente industrializado, globalizado e ineficiente de alimentação e agricultura está invadindo o habitat ecológico de outras espécies e manipulando animais e plantas sem respeitar sua integridade e seu próprio processo de evolução. Mies afirma que:

As simbioses e interconexões vivas, uma vez rompidas, não podem ser curadas e restauradas pela estética, pelos “museus da natureza” ou por qualquer tipo de reserva protegida. Somente se a natureza voltar a ser reconhecida como um ser vivo com quem precisamos cooperar de modo amoroso, e não for considerada uma fonte de matéria prima a ser explorada para produção de *commodities*, podemos ter esperança de acabar com a guerra contra a natureza e contra nós mesmos (MIES, 2021, p.265).

As rupturas nas simbioses e interconexões vivas não podem ser reparadas apenas por meio de estratégias estéticas ou áreas protegidas. A mensagem central da autora é um apelo à mudança de perspectiva em relação à natureza, buscando uma abordagem colaborativa e respeitosa, em contraposição a uma visão que a trata como fonte de recursos exploráveis.

A cooperação amorosa implica no incentivo à biodiversidade, práticas agrícolas regenerativas e cuidado com os ecossistemas. A visão de que a natureza é mais do que uma fonte de *commodities* pode orientar políticas que promovam a segurança alimentar, preservando os recursos naturais de maneira equitativa e garantindo acesso adequado à alimentação para todos. Essa mudança de perspectiva é essencial para superar desafios relacionados à fome, proporcionando soluções que respeitem a integridade da natureza e promovam um equilíbrio sustentável entre a humanidade e o ambiente (MIES, 2021).

O recente relatório da Oxfam, “O Vírus da Fome se Multiplica”, mostrou que em 2021 mais de 20 milhões de pessoas atingiram níveis extremos de insegurança alimentar, sendo que um total de 155 milhões de pessoas estão distribuídas em 55 países subdesenvolvidos.

A transição para monoculturas comerciais não apenas contribui para a perda de biodiversidade, mas também expõe comunidades vulneráveis à insegurança alimentar. A fome, nesse contexto, emerge como uma consequência visível de uma crise mais profunda relacionada à exploração insustentável dos recursos naturais e à priorização de interesses comerciais sobre a segurança alimentar local.

Rob Wallace, epidemiologista especialista em agroecologia, aborda em alguns de seus escritos como a agricultura industrial envolve práticas (como confinamento de animais, uso excessivo de antibióticos, criação de monoculturas) que podem criar condições propícias para o surgimento e disseminação de doenças zoonóticas, como gripes aviárias e até mesmo pandemias como a COVID-19. Ele também discute como a produção de alimentos para animais de criação, como o gado, frequentemente envolve a produção em grande escala de rações e grãos, o que tem implicações tanto para a saúde humana quanto a animal.

Desta forma, o epidemiologista exemplifica como o capitalismo industrial, muito bem representado pela Monsanto, manipula e transforma sementes originais, aplicando todos os tipos de artifícios para manter o aumento do lucro e do monopólio sobre os bens naturais, como é o caso dos transgênicos. O agricultor se vê obrigado a comprar essas sementes através destas indústrias. Wallace afirma que “Ao tornar a natureza capitalista, o capitalismo passa a ser considerado algo natural”.

3.8 SOBRE O REDUCIONISMO E A FRAGMENTAÇÃO DO CUIDADO

Como visto anteriormente, na medicina tradicional ocidental, as doenças geralmente são abordadas como entidades distintas, isoladas dos contextos sociais em que ocorrem. Em populações desfavorecidas, o acúmulo de fatores de risco se entrelaça com problemas sociais complexos, levando a cargas excessivas de doenças e intervenções com pouca eficácia. Por esse motivo, são necessárias abordagens distintas que não separem as doenças dos contextos de desigualdade e disparidade de saúde em que se desenvolvem. A abordagem sindêmica presta atenção às forças que unem aflições presentes. Propõe uma reflexão acerca da saúde pública no entendimento do surgimento de doenças como consequências de fatores multifacetados e interseccionais que ocorrem entre a saúde comunitária, derivada de questões que envolvem estruturas, que fazem parte de toda uma composição do ambiente social.

Os ambientes sociais humanos, incluindo as estruturas de relações sociais (como desigualdade social e injustiça) e também condições ambientais sociogênicas (por exemplo, perigos do ambiente construído, vendas de commodities tóxicas, poluição, perda de espécies e mudanças climáticas) contribuem enormemente tanto para o agrupamento de doenças como para suas interações (SINGER, 2009, p. 23).

Sabe-se que em parte de sua obra, Warren reforça que o ecofeminismo tem como base, a crítica a certo conjunto de valores dominantes na sociedade patriarcal capitalista conforme visto anteriormente. Dentre esses valores, elas opõem-se à lógica reducionista, mecanicista que tem prevalecido em todas as esferas da sociedade ocidental.

Para corrigir essas falhas, o ecofeminismo propõe que passemos a considerar como protagonistas do nosso modo de viver, certos valores como o cuidado, a empatia e a amizade, que foram vistos como secundários justamente por serem julgados como princípios femininos, e, portanto, muitas vezes deixado de lado. Alguns desses valores que residem na base do ecofeminismo incluem justamente a noção de comunidade, cooperação mútua, contextualização ampla e uma ética sensível ao cuidado, que será visto no próximo sub item. Como cita Warren:

No nível da criatividade, as espiritualidades ecofeministas ajudam (ou poderiam) ajudar a criar comunidades mais saudáveis, firmes, cooperativas, assistenciais, não violentas e intencionais, organizadas de maneiras não dominantes para garantir que as necessidades básicas dos indivíduos e membros do grupo sejam atendidas (WARREN, 2000, p. 212).

Ao reconhecer a interconexão entre as questões ambientais, de gênero e espirituais, as espiritualidades ecofeministas oferecem uma perspectiva holística para reimaginar estruturas sociais. A ênfase na cooperação, cuidado mútuo e organização não dominante destaca a importância de construir comunidades que transcendam modelos tradicionais e se comprometam com a atenção às necessidades fundamentais de todos os membros. Essa abordagem reflete uma visão mais ampla e inclusiva, incorporando valores de equidade de gênero, respeito à natureza e cooperação, sugerindo um caminho para comunidades intencionais mais harmoniosas e centradas nas necessidades humanas essenciais.

É possível realizar uma aproximação com o conceito de sindemia de Singer, que tem em seu bojo a resistência à lógica reducionista e mecanicista que produz análises fracionadas e perde-se de vista a perspectiva sistêmica de um fenômeno. O ecofeminismo de forma semelhante, também valoriza a noção de comunidade, cooperação mútua e contextualização ampla. Singer propõe no âmbito da saúde, que as doenças sejam consideradas em seu contexto mais amplo e complexo, abordando os aspectos que tradicionalmente são ignorados pela medicina e ciência moderna. Isso inclui tanto considerar outras múltiplas doenças, como seu contexto comunitário, social, político e psicológico.

Utilizo o exemplo da obra de Kirmayer, *Dreams of a Final Theory* (2003) para demonstrar a forte conectividade mente/corpo, relacionada a problemas de saúde quando analisamos um separado do outro:

Weinberg relata um caso hipotético, onde uma revista médica publica dois artigos que discorrem sobre as diferentes causas de cura para a doença tuberculose linfóide. Ele lança a pergunta, a comunidade médica sobre qual causa achariam mais confiável. A primeira relaciona a cura à ingestão da canja de galinha; já a segunda faz alusão a uma antiga tradição popular onde a tuberculose poderia ser curada pelo toque de um rei (WEINBERG 1992, apud SINGER 2019).

Algo na canja de galinha, provavelmente relacionada a uma melhora da saúde física geral do paciente com consequente fortalecimento da resposta imunológica, pode ser eficaz contra a micobactéria que causa a tuberculose, assim, o autor afirma com confiança que a cura efetuada pela canja de galinha despertou maior interesse como resposta correta dos envolvidos no estudo. Por outro lado, facilmente os leitores duvidaram da capacidade do poder curativo do toque do rei sobre uma condição inequivocamente orgânica, além disso, não acreditariam que as micobactérias consideram o *status* social da pessoa que fez o toque. O autor segue relatando que a virulência ou as bactérias não podem simplesmente resumir a

causa de uma doença, sendo que a resposta imune do organismo hospedeiro é um fator determinante nesta questão.

Em suma, o que é crítico é a relação entre um patógeno e o sistema imunológico. Um sistema imunológico saudável supera a maioria das bactérias, vírus, fungos ou outras infecções. No entanto, um sistema imunológico comprometido – danificado, por exemplo, por dieta, uso de drogas ou uma infecção prévia ou concomitante (em outras palavras, por interação sindêmica) - pode não ser capaz de afastar uma micobactéria que leva à doença (SINGER, 2009, p. 139).

Daí vem a importância de saber sobre o *status* do sistema imunológico do hospedeiro e quais fatores estão sendo prejudiciais ou benéficos para tal. É relevante avaliar a capacidade de cura de um antibiótico ou mesmo do toque do rei. Os corpos humanos têm a capacidade de somatizar ou biologizar experiências, tornando importante o fato da “capacidade de cura” do toque do rei. Eventos são incorporados à biologia do corpo, à medida que são vivenciados à luz da significância das emoções atribuídas a eles.

Qualquer outra atividade terapêutica culturalmente constituída, não precisa ter um efeito direto em um agente infeccioso como uma micobactéria para ter real efeito na saúde. Em vez disso, pode ter uma influência indireta sobre a micobactéria pelo impacto que tem no corpo do hospedeiro, um corpo que se entrelaça em emoções, cognições, memórias e experiências, de maneira evidente, e não totalmente compreendida (SINGER, 2009, p. 139).

Como Singer coloca, as explicações reducionistas são oriundas da forma como a medicina tradicional ocidental trata o corpo. Contudo, o modelo mecânico ignora muitas vezes a complexidade que vai além de aspectos que se assemelham às máquinas (como por exemplo, da soma de partes compondo ordens e sistemas interativos).

Traumas vivenciados na infância podem ter resultados impactantes e duradouros no estado da saúde adulta. O mesmo vale para experiências positivas, assim como atos simbólicos podem resultar em efeitos substanciais na experiência de pessoas doentes (SINGER, 2009).

Observa-se ainda que assim como Warren, Singer também considera e valoriza o conceito de “local” sobre o “global”. Ele aponta que:

Todas as sociedades têm conhecimento local sobre o meio ambiente e sobre a natureza das doenças e suas causas e efeitos, e esse conhecimento pode coincidir, se sobrepor ou estar em desacordo com o conhecimento profissional ou oficial sobre o mesmo assunto. Na verdade, Latour (1979) e Wynne (1996) afirmam que todos os conhecimentos, mesmo o conhecimento autorizado, são locais no sentido de que emergem de um meio socioeconômico local e são moldados por fatores socioculturais e históricos locais. Do ponto de vista da saúde pública, a consideração das crenças sindêmicas populares como um componente de modelos explicativos populares de saúde e doença (Kleinman, 1978), podem ser de considerável importância na implementação de intervenções socialmente aceitáveis e culturalmente significativas para abordar condições sindêmicas (SINGER, 2009, p.20).

Warren diz que tomadas em conjunto as seis premissas que caracterizam sua versão da filosofia ecofeminista, essas afirmações sugerem que o objetivo principal do ecofeminismo é duplo: criticar sistemas e práticas de dominação interligados em termos de uma teoria da opressão e desenvolver teorias, práticas e comunidades (incluindo comunidades ecológicas) libertadoras, afirmadoras da vida, realistas e transformadoras (...) através do desenvolvimento de interconexões entre sistemas e seres vivos (WARREN, 2005). Deste modo, é possível aplicar esta abordagem a problemas sócio-ambientais concretos, que estão ligados a formação de sindemias, como o aquecimento global por exemplo.

A mudança climática global exacerba outras inúmeras questões ambientais, desde a conservação de espécies até segurança alimentar. Também levanta questões sobre sustentabilidade dos nossos atuais sistemas econômicos, modos de produção e estilo de vida. Também em como construímos nossas relações com o mundo natural. Existem considerações éticas imensuráveis, como justiça de futuras gerações associadas com como será mitigado e as adaptações relacionadas às consequências das mudanças ambientais [...] “porque é global e intergeracional, demanda por mudanças estruturais” (GARDINER 2006, apud SANDLER, 2017, P. 26).

Ao nos depararmos com questões específicas e individuais de saúde/doença, é crucial olharmos para o conjunto das questões sociais sofridas pelo indivíduo, que refletirá o princípio e a natureza das interconexões entre as partes, incluindo as formas intrincadas de como elas se reforçam e promovem umas às outras e assim cria-se uma teia complexa ampliada não só dos problemas sociais e de saúde que se entrelaçam, mas também ambientais, alimentares e éticos.

O olhar biomédico reducionista tradicional de uma doença dominava a compreensão e a abordagem sobre o pensamento de saúde ocidental ao longo do séc. XX, como resultado do

entendimento fragmentado e reducionista sobre um diagnóstico, como se cada doença fosse uma entidade distinta, separada do contexto biopsicossocial em que surgiu. Este tipo de abordagem pode ser útil em determinadas circunstâncias, como por exemplo ao isolar o agente patogênico para o desenvolvimento de fármacos ou em casos de procedimentos cirúrgicos, especialmente em condições agudas. Contudo, este tipo de entendimento até então dominante, não trata do fato de que uma doença não pode existir isolada de outros distúrbios e que as interações sinérgicas contribuem consideravelmente para o resultado de um diagnóstico, no curso, no tratamento e nos desdobramentos da doença. Distorce a realidade da natural conexão entre a saúde do ser individual e saúde dos corpos sociais (SINGER, 2009).

A abordagem médica tradicional tende a dar pouca atenção ao fato de que os ambientes sociais das pessoas são fundamentais para a compreensão da disseminação e agrupamento de doenças dentro e entre populações, expressão de doenças através de sinais e sintomas corporais, e a carga adicional de doenças entrelaçadas aos níveis individual e populacional (SINGER, 2009, p.18).

A fim de se estabelecer um tratamento protocolado muitas vezes ineficaz, toda complexidade humana é muitas vezes substituída pela leitura do diagnóstico em si: o leproso, o diabético, o deprimido; e assim toda sua completude é minimizada à doença em si mesma. Com isso se estabelece uma suposta ordem, controle e padronização, isolando o indivíduo de um enredamento simbiótico com o seu ambiente. Segundo Singer, as sindemias desempenham um papel fundamental na compreensão da história das doenças humanas e, por conseguinte, na narrativa da humanidade. O movimento de saúde ecológica busca, primariamente, restaurar o equilíbrio nas interconexões sociológicas e ecológicas. Torna-se imperativo afastar-se da abordagem que considera a causa de uma doença como estritamente biológica, não se limitando ao bacilo, vírus ou parasita em si. A verdadeira origem reside na conjuntura mais ampla, envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e ecológicos.

As causas da cólera ocorridas na Índia, que remontam a décadas da exploração britânica, levaram a destruição de indústrias têxteis locais outrora florescentes; a impossibilidade de manutenção de sistemas arcaicos de propriedade da terra e lavoura; a persistência do sistema de castas e a inacreditável pobreza, fome e aglomeração; a consequente incapacidade de arcar com o desenvolvimento de abastecimento de água seguro e sistemas de eliminação de esgoto; e, quase por acaso, a presença de vibriões de cólera (SINGER *et al.* TERRIS, 1979, p. 204).

Este exemplo mostra como são múltiplas as camadas de causas que contribuíram para a propagação da cólera na Índia. Décadas de exploração britânica, favoreceu um contexto propício para a disseminação e surtos de doenças. Além da persistência do sistema de castas contribuir para a marginalização de certas comunidades, dificultando o acesso a recursos básicos e serviços de saúde. Assim, a presença de vibriões de cólera na região foi apenas uma parte de um quadro mais amplo de uma série de problemas estruturais.

Mies aborda como a ciência reducionista foi dissecando o todo em infinitas partes, neste processo de análise e síntese, excluindo outras formas de conhecimento e saberes locais culturais. A mitologia deste reducionismo é protegida pelo interesse que a serve: a organização econômica e política. Isso significa que a abordagem reducionista pode estar alinhada com os objetivos de sistemas dominantes que buscam simplificar a complexidade da realidade para atender a objetivos específicos e interesses próprios.

A promessa da civilização industrial era melhorar a vida dissecando todas as simbioses, biológicas e sociais, bem como a simbiose que o indivíduo humano como tal representa. Essas simbiosis também são chamadas de sistemas ecológicos: a interdependência dos humanos, animais, plantas, mas também a ecologia social das pessoas que vivem juntas, de mulheres e homens, filhos e pais, gerações mais velhas e mais jovens (MIES, 2021, p.248).

A abordagem fragmentada da civilização industrial, “desmembra” as conexões simbióticas, não cumprindo a promessa de melhoria da qualidade de vida. Além disso, modelos fragmentados da realidade podem ser mais facilmente manipulados para atender às necessidades de sistemas de poder estabelecidos. Isso pode resultar na marginalização de formas de conhecimento que desafiam e questionam a visão dominante, perpetuando assim uma hierarquia de saberes que serve aos interesses daqueles no poder.

3.9 ÉTICA ECOFEMINISTA

Conforme anteriormente citado, o ecofeminismo tem como um de seus propósitos a ética ambiental (que objetiva guiar o modo como nos relacionamos com as questões ambientais). A ética ambiental passou a desenvolver-se enquanto disciplina do campo

filosófico em 1970, pelos crescentes impactos ambientais gerados pela industrialização e crescimento econômico.

Segundo Warren, não existe uma definição explícita de ética ecofeminista, mas esta segue os mesmos pressupostos da ética feminista. O feminismo dentro da ética ambiental (ecofeminismo) vai pregar o fim de todas as formas de discriminação seja com os humanos ou com o mundo não humano. Esta perspectiva explicitamente feminista falta em outras teorias éticas ambientais como por exemplo o consequencialismo, a deontologia e a ética de virtudes, que não são sensíveis às questões de gênero e não explicitam aspectos como cuidado, empatia e amizade (WARREN, 2005).

Importante novamente frisar que para os ecofeminismos as problemáticas ambientais e do patriarcado são causadas pela mesma lógica de dominação, estando assim, muito próximas. Por este motivo, a abordagem ecofeminista pode fornecer boas contribuições à teoria ética ambiental. E pelo mesmo motivo esta questão ainda será abordada neste trabalho.

Warren defende a ideia de que é a partir do reconhecimento da intersecção entre as formas de opressão que se objetiva aprofundar a investigação das contribuições do pensamento ecofeminista para conservação da natureza.

Existem quatro temas principais, que fazem parte de uma caracterização geral, em torno dos quais a ética ecofeminista de Warren gravita:

- 1) Crítica aos dualismos de valor, especialmente o dualismo cultura *versus* natureza;

- 2) Aspecto fundamentalmente relacional e interdependente de uma ontologia ecofeminista. Cuidar de si mesmo, por exemplo, envolverá mais do que a proteção dos direitos e liberdades individuais. Também envolverá a proteção do bem-estar ecológico de outros (incluindo a natureza) com quem nos relacionamos. Os próprios relacionamentos, e não apenas o status moral dos relatores nesses relacionamentos, têm valor moral e estão sujeitos à crítica moral. Isso significa que a forma como os humanos se relacionam com os outros (incluindo a natureza) é moralmente importante.

- 3) Inclusividade e contextualidade. O que envolve uma mudança na anterior centralidade de uma ética monista baseada em regras, princípios, direitos e deveres absolutos, imposições predeterminadas, para um foco pluralista em uma variedade de valores diversos, localizados em diferentes circunstâncias históricas e culturais.

4) Viés de gênero não neutro. Uma crítica ao não reconhecimento por parte das outras éticas ambientais, das variedades das conexões de dominação de mulheres-natureza (WARREN, 2005, p. 269).

Warren destaca quatro aspectos fundamentais da ontologia ecofeminista. Enfatiza a necessidade de superar dualismos simplistas e de reconhecer a interdependência de todos os seres, humanos e não humanos. Além disso, destaca a importância da inclusividade, contextualidade e ressalta o viés de gênero não neutro nas conexões de dominação entre mulheres e a natureza, apontando para a necessidade de reconhecimento e transformação dessas relações.

Warren considera importante, do ponto de vista histórico, o legado da ética da Terra do filósofo norte americano Aldo Leopold, mas ela inova e avança em direção a uma ética ecofeminista. Leopold resume sua proposta nos seguintes termos: “Uma coisa está correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. E é errada quando tende o contrário” (LEOPOLD, 2018, p. 241). O princípio retrata sucintamente a essência da Ética da Terra proposta por Leopold, destacando sua ênfase na preservação e no respeito pela integridade dos ecossistemas. Ao estabelecer que uma ação é correta quando contribui para a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, e errada quando prejudica esses aspectos, Leopold coloca o foco na interconexão e interdependência entre todos os seres vivos. Reconhece a importância de considerar não apenas os interesses humanos, mas também o bem-estar de toda a comunidade ecológica, refletindo uma perspectiva mais holística e de longo prazo na relação entre os seres vivos e a natureza.

A ética da terra possui como premissas básicas três princípios gerais:

- 1) É errado destruir a integridade e estabilidade da comunidade biótica;
- 2) humanos são co-membros da comunidade ecológica;
- 3) humanos devem amar e respeitar a terra.

De acordo com a ética da terra, a negação dessas três premissas passa a não representar uma ética ambiental completa e autêntica.

Já a visão racionalista, separa rigidamente a razão da emoção, colocando a razão como superior e universal, enquanto as emoções são relegadas ao domínio pessoal e até mesmo inferior, muitas vezes associadas a qualidades femininas. Esta abordagem desconsidera a interconexão entre os seres humanos e seu ambiente natural, priorizando uma visão objetiva e distante da natureza.

A ética da terra de Aldo Leopold fornece uma alternativa e uma crítica à visão racionalista que separa humanidade e natureza, privilegiando uma visão mais integrada e interdependente do mundo, onde emoção e razão não são necessariamente opostas, mas complementares na busca por uma relação ética com o ambiente.

Apesar de ter consideração pelo legado histórico da ética da terra, Warren não a vê como completa ou mesmo uma ética ambiental mais apropriada, ela argumenta e traz exemplos de outras posições que desafiam a ética de Leopold. O utilitarismo de Peter Singer, o libertacionismo animal baseado em direitos de Tom Regan e a ética deontológica de "respeito à natureza" de Paul Taylor, todos eles criticam a ética da terra de Leopold por não dar a devida importância à capacidade de sentir, aos direitos morais ou à consideração moral dos animais não humanos, embora abordem essas preocupações de maneiras distintas.

A Ética da Terra, ainda é criticada pelo ecofeminismo, pela ecologia profunda e o bioregionalismo, por não enfrentar adequadamente as bases conceituais profundas do pensamento ambiental do antropocentrismo. Isso inclui dualismos de valores contrastantes, como natureza/cultura, bem como ideologias e estruturas de poder e privilégio, juntamente com modelos econômicos competitivos baseados no capitalismo, que perpetuam a exploração da natureza.

Unlike Leopold, I went on to develop a different position, ecofeminism, which explores important connections between the domination of women, people of color, children, the poor, Third World and indigenous peoples, and the domination of nonhuman nature. Unlike Leopold, I went on to argue that an environmental ethic which fails in theory or practice to reflect ecofeminist insights into the nature of these connections is inadequate. Still, it was Leopold's description of land as property and his association of land with "slave-girls" which first inspired me to think not only about "an ethic, ecologically" but about the gendering of human-nonhuman relationships.

For so many like myself, "The Land Ethic" began what is now a global, interdisciplinary exploration in the field of environmental ethics. That's a remarkable legacy (WARREN, 1998, p. 1).

A contribuição de Karen Warren para a ética ambiental é notável, pois ela além de abordar as interconexões entre a dominação humana e a dominação da natureza não humana, desenvolve uma perspectiva que faz essa conexão. Ao destacar as relações entre a opressão de mulheres, pessoas negras, crianças, pessoas em situação de vulnerabilidade, povos do terceiro mundo e povos indígenas com a exploração da natureza, o ecofeminismo oferece uma abordagem de forma abrangente e

interseccional à ética ambiental. Essa perspectiva, como será visto no capítulo a seguir, desafia as estruturas de poder patriarcais e promove valores de cuidado, empatia e interdependência, que são essenciais para uma abordagem ética ambiental. Portanto, a perspectiva ecofeminista não apenas enriquece o campo da ética ambiental, mas também tem o potencial de transformá-lo, ao reconhecer e abordar as interseções entre injustiças sociais e ambientais, promovendo assim uma maior equidade e sustentabilidade em nossas relações com o mundo natural.

3.9.1 Aproximação entre ética e o racionalismo

No racionalismo, razão e emoção são tidas como nitidamente separadas e opostas. Relações de carinho e amor são tidas como meramente pessoais, emocionais, particulares e atribuídas a qualidades femininas. Nutrir relações como essas pode ser considerado uma qualidade humana inferior, a ser dominada por uma razão superior e em oposição à universalidade e à imparcialidade masculina (PLUMWOOD, 1991).

Esse tipo de explicação racionalista, tem recebido muitas críticas, tanto pela inadequação filosófica, quanto por seu viés de gênero implícito, especialmente seu dualismo baseado em um conceito de razão como oposição ao particular e ao emocional.

Grande parte do problema (tanto para as mulheres quanto para a natureza) reside nas concepções racionalistas ou derivadas do racionalismo do eu e do que é essencial e valioso na constituição humana. É em nome de tal razão que essas outras coisas – o feminino, o emocional, o meramente corporal ou o meramente animal, e o próprio mundo natural – têm muitas vezes negado sua virtude e recebido uma posição inferior e meramente instrumental (PLUMWOOD, 1991, P.287).

A filósofa PlumWood coloca que as preocupações com os outros particulares e a preocupação moral generalizada ainda está associada a uma nítida divisão entre os domínios públicos (masculino) e privado (feminino). Assim, continua a fazer parte do conjunto de contrastes dualistas onde se origina o problema do tratamento ocidental da natureza. Relaciona as duas formas de preocupações éticas. A “preocupação moral generalizada” refere-se a uma ética que se aplica de forma mais ampla, não apenas a indivíduos específicos, mas a todos em geral, já “as preocupações com os outros particulares” se referem à empatia e ao cuidado com indivíduos específicos. Dividindo-as em categorias de gênero

(masculino/feminino) e esferas de influência (público/privado), a herança ocidental frequentemente coloca as preocupações éticas de maneira dualista, dividindo-as em categorias de gênero (masculino/feminino) e esferas de influência (público/privado), e isso tem impactos negativos na forma como a natureza é tratada e explorada. PlumWood está apontando essa divisão dualista como parte do problema subjacente ao tratamento inadequado da natureza.

3.9.1.1 Racionalismo e a ecologia profunda

O filósofo norueguês Arne Naess trouxe à tona o termo “ecologia profunda” para se referir às raízes conceituais da crise ambiental. Onde a raiz dos problemas ambientais, segundo ele, está na visão de mundo dualista, na qual os seres humanos são considerados separados e superiores à natureza.

O embasamento empírico de Warren em prol do ecofeminismo destaca a interconexão entre diversas formas de opressão e subjugação. Mulheres, indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e membros de outros grupos marginalizados são os mais afetados pelos impactos negativos do desequilíbrio ambiental. Essa má gestão ambiental é fruto de pressupostos e práticas associadas ao colonialismo, ao capitalismo, entre outros sistemas de dominação. Por isso, o cerne da preocupação do ecofeminismo de Warren reside na busca pela eliminação de todas as formas de opressão. Nas palavras dela:

As condições de fronteira especificam que uma ética ecofeminista deve ser anti- sexista, anti-racista, anticlassista, antinaturista e oposta a qualquer 'ismo' que pressuponha ou promova uma lógica de dominação (WARREN, 2000, p. 99).

Warren sublinha a importância de uma abordagem que leve em conta de forma abrangente as interseções entre diferentes formas de opressão, incluindo não apenas o sexismo, mas também o racismo, o classismo e a exploração da natureza. Ao rejeitar ideias que colocam a natureza em uma posição de subserviência aos interesses humanos e ao criticar qualquer ideologia que promova sistemas de dominação. Assim, a ética ecofeminista proposta por Warren desemboca na ética sensível ao cuidado. No próximo capítulo, será detalhada essa abordagem.

Em resumo, a posição de Naess está embasada nas três premissas descritas a seguir:

1. Valor intrínseco da natureza: Ao adotar uma identificação com a natureza, reconhecemos o valor intrínseco de todas as formas de vida e do próprio ambiente natural, em oposição à visão antropocêntrica que vê a natureza como valiosa apenas em relação aos benefícios humanos.

2. Identificação com o todo: Naess argumenta que, devemos reconhecer que somos parte integrante e inseparável do todo da natureza. Ele chama isso de "unificação metafísica do todo". A ideia é que o eu é parte de um sistema maior que engloba todas as formas de vida e o ambiente natural. Portanto, a natureza não é vista como um "outro" separado, mas como uma extensão de quem somos.

3. Amplitude da identificação: Enfatiza que a amplitude da identificação com o todo pode variar de um indivíduo para o outro. Isso significa que cada pessoa pode ter uma compreensão única de sua conexão com a natureza. Alguns podem realizar esta referência apenas em um nível humano, enquanto outros podem estender essa identificação a todas as formas de vida e ao ecossistema em geral. Essa amplitude é uma questão subjetiva.

A visão do filósofo implica na compreensão de que somos todos interconectados e interdependentes, e que a natureza não é algo separado, mas parte de nossa identidade mais ampla. É uma abordagem que segundo o autor, promove uma ética ambiental mais profunda.

De acordo com Warren, o princípio histórico da filosofia ecofeminista (que relaciona a raiz dos problemas ambientais a uma visão de mundo dualista) esteve vinculado à ecologia profunda. No entanto, durante as décadas de 1980 e 1990, essa ligação foi contestada.

O debate ecofeminismo-ecologia profunda concentrou-se em duas características de significado especial para a filosofia ecofeminista. A primeira é a crítica da ecologia profunda à filosofia ocidental canônica por seu pensamento antropocêntrico (centrado no ser humano) sobre as relações homem-natureza. A segunda é a noção do eu que é descrita pelo "princípio da auto-realização" básico da ecologia profunda. Ambas as características são criticadas por Val Plumwood, uma das pioneiras da filosofia ecofeminista (WARREN, 2005, p. 1).

PlumWood desenvolve a crítica de que a filosofia ambiental, tanto baseada na ética racionalista quanto na ecologia profunda, carrega problemáticas que são contestações básicas da filosofia ecofeminista, como será resumido a seguir.

Na ecologia profunda de Naess, o *eu* e o *outro* são fundidos em um único ente. Não há distinção entre o ser humano e a natureza. Ela propõe curar a divisão dualista pelo processo de unificação metafísica do todo na sua generalidade excessiva (PLUMWOOD, 1991).

Porém, PlumWood refere que esse eu expandido é uma extensão do egoísmo e não o resultado de uma crítica ao egoísmo. Para ela, falta o questionamento das estruturas do egoísmo possessivo e do interesse próprio ao buscar um conjunto mais amplo de interesses por meio de uma expansão do eu. Outra problemática seria em virtude do enfraquecimento do reconhecimento da diferença do outro, ou uma falha em estabelecer conexões com outras críticas contemporâneas.

Se eu me ver como ‘indistinto’ de você, ou você como não tendo seu próprio ser que não está fundido com o meu, então não posso preservar um sentido real de seu bem-estar em oposição ao meu (PLUMWOOD, 1991, p.287).

Descrições relacionais do eu, como desenvolvidos em algumas filosofias feministas e sociais, permitem uma rejeição do dualismo, incluindo o dualismo humano/natureza, porém sem negar a independência ou diferenciabilidade do outro.

A autora traz que é uma faceta do nosso desenvolvimento moral a habilidade de cuidar, de sentir empatia e compreensão em relação aos outros, mas isso só é possível na distinção adequada desse outro (PLUMWOOD, 1991).

O cuidado e/ou empatia através de relacionamentos ou experiência particulares são essenciais para fornecer um reconhecimento e profundidade deste tipo de valor moral, muito mais do que quando exercido sob abstrações generalizadas. Assim, o exercício do cuidado e responsabilidade pelo que é particular e conectado ao eu pode ser uma importante base para adquirir a compreensão e expansão deste mesmo tipo de cuidado de forma mais ampla e generalizada (PLUMWOOD, 1991).

O eu expandido (usado para descrever uma sensação da identidade expandida que engloba não apenas os seres humanos, mas toda a comunidade da vida e o próprio planeta Terra) ou o “eu transpessoal” (experiência de identidade que vai além do eu individual e se conecta a algo maior do que o self pessoal). Exige que nos afastemos das preocupações individuais. Esta expansão também tenderia a levar à uma terceira posição, que seria a transcendência de si mesmo. Assim, seriam descartadas nossas identificações com nossos apegos e emoções. Fox apresenta aqui a versão de ecologia profunda da universalização (FOX 1990, apud PLUMWOOD, 1991).

Para obter uma explicação mais adequada do que aquela oferecida pela ética dominante e pela ecologia profunda, PlumWood reforça a posição de Warren sobre ética feminista ao sugerir que devemos nos mover em direção a um tipo de ética que possa permitir tanto a expansão do eu bem como dos laços com a natureza, quanto o reconhecimento da

diferenciação para assim mantermos relacionamentos de cuidado e amizade, em vez de aumentar a abstração e o distanciamento do relacionamento (PLUMWOOD, 1991).

Assim, é desnecessário adotar qualquer um dos estratagemas da ecologia profunda - o eu indistinguível, o eu expandido ou o eu transpessoal - para fornecer uma alternativa ao antropocentrismo ou ao interesse próprio humano. Isso pode ser feito por meio da explicação relacional do eu, que reconhece claramente a distinção da natureza, mas também nosso relacionamento e continuidade com ela. Nessa perspectiva relacional, o respeito pelo outro não resulta nem da contenção do eu nem de uma transcendência do eu, mas é uma expressão do eu no relacionamento, não o eu egoísta fundido com o outro, mas o eu inserido em uma rede de relacionamentos essenciais com outros distintos (PLUMWOOD, 1991,p.302).

Plumwood afirma que devemos ver os interesses humanos como essencialmente interdependentes. Que os interesses das pessoas sejam relacionais não implica que sejam fundidos ou indistinguíveis. Assim, Plumwood enfatiza a importância de uma abordagem ética relacional que supere o antropocentrismo e que reconheça e valorize as diferenças e diversidades na interconexão entre os seres humanos e o ambiente natural. Ao invés de adotar conceitos como o eu indistinguível, o eu expandido ou o eu transpessoal, a abordagem relacional proposta destaca a distinção da natureza enquanto estabelece simultaneamente relações intrínsecas e contínuas com ela.

Essa ideia ressalta que o respeito pelo outro não é resultado da negação do eu nem de uma transcendência do eu, mas sim uma expressão do eu dentro de um contexto de relacionamentos. Não se trata de fundir o eu com o outro, mas de reconhecer e respeitar a diversidade e a interdependência das relações.

Essa perspectiva se aproxima mais ainda com a ética sensível ao cuidado de Warren, onde é possível perceber uma convergência na valorização dos relacionamentos e na consideração das interconexões entre os seres de todos os reinos e o ecossistema. A ética sensível ao cuidado de Warren também enfatiza a importância do cuidado mútuo e da responsabilidade compartilhada em relação à natureza e às comunidades humanas. Portanto, essa abordagem relacional complementa a visão ecofeminista de Warren.

4 ÉTICA DO CUIDADO COMO PILAR: ABORDANDO SINDEMIAS ATRAVÉS DA ÉTICA SENSÍVEL AO CUIDADO DE WARREN

Neste capítulo serão apresentadas reflexões, materiais e elementos que o ecofeminismo pode dar às sindemias, principalmente através da ética sensível ao cuidado de Warren.

Os dois principais autores utilizados como guia para este trabalho, Warren e Singer, indicam como construir uma ponte epistemológica em busca de soluções que dividem valores em comum, numa certa abordagem sistêmica dos fenômenos bio-sócio-ambientais, que pode culminar na manutenção da biodiversidade, da qual depende a criação de culturas e economias de cuidados, desconstruindo as estruturas conceituais opressoras e de dominação e incluindo o cuidado com a terra e a saúde de todos os seres.

O cuidado seria a principal base na ética sensível ao cuidado. Deste modo, além de auxiliar na prevenção de conflitos, envolve também as práticas de cuidado com o fim de promover e melhorar o bem-estar das partes que vão ser afetadas pelas ações morais com base na observação de realidades locais e seus contextos históricos (WARREN, 2000). Warren sustenta:

Using the metaphor of a fruit bowl, I defend my answer by arguing for three features of what I call "care-sensitive ethics." First, an essential aspect of moral reasoning and moral motivation is the ability to care about oneself and others. I call this the "ability to care" condition. Second, the universality of ethical principles is as "situated universals," in contrast to the traditional notion of universals as ahistorical, transcendent, absolute universals. I call this the condition of "situated universalism." Third, the appropriateness or suitability of any ethical principle in a given context is determined by considerations of care. I call this the "care practices condition. I argue that care-sensitive ethics honors traditional values such as utility, self-interest, duty, and rights, to be morally salient, even if not overriding, features of ethical situations. (WARREN, 2000, p. xvi).

Com relação à primeira característica da ética sensível ao cuidado, Warren argumenta que a prática do cuidado deve ser um guia para a decisão de manter, promover e melhorar o bem-estar das partes interessadas ou, pelo menos, não lhes causar danos desnecessários. O cuidado, a sensibilidade e a responsabilidade estão entre os valores que permeiam esta ética no lugar de regras universalistas ou utilitárias.

A noção de cuidado é um princípio ético essencial. Como dito anteriormente, a ética do cuidado oferece uma alternativa às abordagens binárias comuns em éticas modernas, predominantemente moldadas por perspectivas masculinas que favorecem uma polaridade em

detrimento da outra. Por exemplo, a ética racionalista pode sobrevalorizar a razão em detrimento da emoção, enquanto a ética deontológica pode criar fronteiras rígidas entre o que é moralmente permitido e proibido. Esses dualismos, ao estabelecerem relações de dominação e hierarquias, contribuem para a criação de divisões que perpetuam desigualdades e marginalizam perspectivas diversas. A ética do cuidado, supera estratégias de dominação patriarcal presentes nas outras formas de ética que vão reproduzir o status quo, de autoridade e poder através de uma naturalização metodológica que consolida relações hierárquicas (WARREN, 2000).

A ética do cuidado desafia essa abordagem ao reconhecer a interconexão entre elementos que frequentemente são considerados opostos. Ao destacar a importância do cuidado, ela rejeita a ideia de que a razão deve sobrepujar a emoção ou que o humano deve prevalecer sobre o não humano. Essa ética propõe uma compreensão mais holística e integradora, reconhecendo a igual relevância de todos os elementos na complexidade da vida.

Ao eliminar dualismos hierárquicos, a ética do cuidado nos encoraja a perceber a interdependência de todos os seres ao adotar uma ética que promova colaboração, compaixão e equidade, desafiando estruturas que geram divisões e dominação. Essa abordagem cria espaço para construir relações mais inclusivas, justas e compassivas, oferecendo uma perspectiva ética integrada do mundo. A ética do cuidado vem para promover ao agente moral uma prática ativa com os afetados pelas decisões do cuidado (WARREN, 2000). Onde o cuidado e valores como amizade e confiança não são priorizados, “a tradição da justiça não capta adequadamente o ponto de vista daqueles que estão na base de várias hierarquias.” Como afirma Kheel, 2008.

Em relação à segunda característica da ética sensível ao cuidado, a saber: o universalismo situado, Warren elabora a ideia de que princípios éticos universais não são abstratos ou transcendentais, guiados exclusivamente pela razão.

Cada situação e teoria trazem consigo um mundo social, e o mesmo pode ser dito sobre o cuidado. Desse modo, mesmo que existam princípios éticos abstratos, históricos e racionais, firmar a ética sobre eles incorre na perda do que a ética é e deveria ser (WARREN, 2000, p. 113).

Para ela, a universalidade está nas particularidades. Cada situação e teoria trazem consigo um contexto social único, e o mesmo se aplica ao cuidado. Mesmo que existam princípios éticos abstratos e universais, basear toda a ética neles resultaria na perda do que a ética realmente é e deve ser. Warren argumenta que a ética deve se concentrar no que pessoas

imperfeitas podem e devem fazer em seus contextos históricos e socioeconômicos específicos. Ela enfatiza que rejeitar os princípios universais tradicionais não significa rejeitar princípios éticos no geral. Warren argumenta que a universalidade dos princípios éticos existentes não consiste em ser bases abstratas, ou essencialistas, guiados somente pela razão. O princípio orientador do universalismo situado é a compreensão sobre as particularidades de cada ser dentro de seu contexto. De igual modo que a condição das práticas do cuidado (como um princípio universal situado) presume uma conexão entre o particular e o geral, o universalismo situado presume uma compatibilidade próxima entre o geral e o particular.

Quanto à terceira característica, que diz respeito à adequação de princípios éticos em um contexto específico, Warren afirma que a validade de qualquer princípio ético em uma situação particular é determinada pela consideração do cuidado. Warren explica a característica seguinte das práticas do cuidado, que se relaciona com a escolha de princípios. A ética do cuidado propõe que sejam escolhidos aqueles que, quando aplicados, refletem, criam ou mantêm as práticas do cuidado:

Práticas do cuidado são práticas que mantêm, promovem ou elevam a saúde (bem-estar, florescimento de partes relevantes, ou pelo menos não causam mal desnecessário para a saúde bem-estar, (flourishing) de partes relevantes. A condição das práticas do cuidado funciona como um princípio universal situado para ser escolhido dentre os princípios éticos e para ajudar a resolver conflitos morais (WARREN, 2000, p. 115).

Warren desenvolve a ideia que uma ética sensível ao cuidado valoriza aspectos como auto-interesse, dever e direitos, considerando-os como características importantes, mas não primordiais, em situações éticas. Assim, os princípios éticos são considerados apropriados e podem ser aplicados em situações específicas. A escolha do princípio mais adequado para cada contexto depende da maneira como ele atende à condição das práticas de cuidado.

O emprego das práticas de cuidado pode ajudar a determinar quais princípios são os mais apropriados para cada situação.

Warren indica estudos sobre inteligência emocional do psicólogo Daniel Goleman como sendo significativos para a ética do cuidado. De acordo com a razoabilidade de sua pesquisa, a inteligência racional sem a inteligência emocional seria inadequada para a tomada de decisões e para a ética prática. Assim, um equilíbrio entre emoção e razão torna-se fundamental para o efetivo raciocínio moral (WARREN, 2000).

A capacidade de cuidar, segundo este estudo, é uma das habilidades básicas para uma inteligência emocional desenvolvida. A capacidade cognitiva é expressa através da atitude em

direção àquele que está sendo cuidado. Assim, é um elemento central da inteligência emocional, a capacidade de cuidar de si e do outro, além de ser uma deliberação ética (WARREN, 2000).

Goleman demonstra, de acordo com Warren, que parte constituinte da inteligência emocional, é a habilidade para um cuidado através da empatia. Assim, as reivindicações das eticistas que enfatizam a importância das emoções, especialmente do cuidado, na ética, passam a ser sustentadas.

A concepção das práticas de cuidado como princípios éticos proporciona uma abordagem completa e integral para a tomada de decisões éticas. Ela destaca não apenas a prevenção de maleficência, mas também a promoção ativa do bem-estar e da saúde, levando em conta o contexto e as relações envolvidas. Isso implica a consideração não apenas do bem-estar individual, mas também do impacto das ações nas comunidades e no meio ambiente. Além disso, a sugestão de que as práticas de cuidado podem ser selecionadas entre os princípios éticos sugere uma abordagem prática para resolver dilemas éticos. Isso significa que, em cenários onde surgem conflitos morais, as práticas de cuidado podem servir como uma bússola orientadora para tomar decisões éticas.

A perspectiva ecofeminista, através da ética do cuidado concebida por Warren, pode apresentar pistas e caminhos para abordar questões éticas em contextos de crises ambientais e de zoonoses ao mostrar que a ética, bem como qualquer diagnóstico relacionado a saúde humana, ou não humana, precisa ser avaliada através de contextos, compreendendo os problemas através de suas relações mais complexas com sua circunstância histórica singular, através das relações de interdependência que existe entre os seres e o ecossistema. Deste modo, por ser mais inclusiva e expansiva, tem um potencial de alcance aumentado.

Em relação às questões ambientais, a perspectiva ecofeminista enfatiza a interdependência entre seres humanos, interespecies e o ambiente, ressaltando a importância do cuidado e da responsabilidade compartilhada. Isso contribui para uma ética ambiental mais abrangente, que considera não apenas os impactos ambientais das ações humanas, mas também as relações de poder que frequentemente marginalizam certos grupos sociais e a natureza.

4.1 O VALOR DE OUTRAS NARRATIVAS PARA A ÉTICA DO CUIDADO

Warren argumenta sobre a relevância de dar espaço às narrativas em primeira pessoa, por trazerem à tona uma sensibilidade que é consequência de experiências e vivências próprias, permitindo um diálogo e protagonismo de voz para outras culturas e outros modos

de percepções e de vivências no mundo; uma sensibilidade para se conceber como fundamentalmente “em relação com” outros, incluindo o ambiente não humano. Essa ideia traz a possibilidade de iniciar a busca da compreensão de outras culturas pelo entendimento que tem de si, desconstruindo assim uma linguagem que colonizadores utilizam para operarem sua lógica de dominação. Warren assim, enfatiza como a linguagem pode realizar significâncias conceituais.

O uso da narrativa em primeira pessoa na ética fornece uma postura a partir do qual o discurso ético pode ser responsabilizado pelo histórico, material, e pelas realidades sociais em que os sujeitos morais se encontram (WARREN, 1990, p. 8).

O uso de narrativa em primeira pessoa fornece uma maneira de conceber o significado ético que emergirá de situações relacionais, centralizando a relevância da escuta da voz do outro. Se concentra em padrões de significado que aparecerão, por exemplo, da narração de histórias em primeira pessoa de mulheres (e outras) que deploram a dominação gêmea da mulher e da natureza.

Neste mesmo viés, a troca da palavra cosmovisão por cosmo percepção (ênfatisada por OyeronkeOyewumi), é de relevância fundamental, pela primazia do sentido visual na construção de conhecimentos e percepções ocidentocêntricas). Com esta percepção, a retirada desta centralidade (cosmovisão) pode facilitar a desuniversalização de apenas um único modo de compreender e construir conhecimentos ancorados em um discurso imperialista patriarcal ocidentocêntrico.

Seguindo essa lógica, de acordo com a filósofa feminista Marilyn Frye, no artigo intitulado “*In and Out of Harm’s Way: Arrogance and Love*”, 1990, p.8), citada por Warren:

O olhar amoroso é o contrário do olhar arrogante. O olhar amoroso conhece a independência do outro. É o olho de quem sabe que para conhecer o visto, é preciso consultar outra coisa que não seja a própria vontade, medos e imaginação. O olho amoroso não transforma o objeto da percepção em algo comestível, não tenta assimilá-lo, não o reduz ao tamanho de seu desejo, medo e imaginação (do vidente) e, portanto, não precisa simplificar. Ele conhece a complexidade do outro como algo que será para sempre a apreciação de coisas novas a serem conhecidas [...] (FRYE, apud WARREN, 1990).

E ainda,

Conhecemos “a fronteira do eu”, onde o “eu” termina e a rocha começa. Não há fusão de dois em um, mas um complemento de duas entidades reconhecidas como diferente, independente, mas em relação; eles estão em relacionamento apenas porque o “olhar amoroso” o está percebendo, respondendo a este outrem, notando-a (o), atendendo-a (o) (FRYE, apud WARREN, 1990).

Ocorre, assim, uma mudança ética de conceder consideração moral para não-humanos por compartilharem (por exemplo, racionalidade, sciência e outras virtudes).

Uma perspectiva ecofeminista sobre as mulheres e a natureza envolve essa mudança de atitude da “percepção arrogante” para “percepção amorosa” do mundo não-humano. Essa percepção coloca em prática o reconhecimento da independência e da diferença do outro de modo não hierárquico. É uma tentativa de entender o que significa para os humanos considerarem o mundo não-humano como dotado de direitos e moralidade (WARREN, 1990).

Esta forma de percepção abre um campo para a relação de amizade, cuidado, altruísmo e confiança. Esses valores, como já visto, são centrais para a ética sensível ao cuidado no ecofeminismo de Warren. Relacionamentos permitem-nos pôr em prática tais valores e o olhar amoroso também permite-nos compreender quem somos.

Existem maneiras muito diferentes de subir uma montanha, e como se escala e como se narra a experiência de escalar importa eticamente. Se alguém sobe com “percepção arrogante”, com uma atitude de conquistar e controlar, mantém intactos os mesmos tipos de pensamento que caracterizam uma lógica de dominação e uma estrutura conceitual opressiva (WARREN, 1990, p. 9).

Mesmo que involuntariamente, a atitude arrogante de dominação da natureza está intimamente ligada a atitudes e valores paternalistas e colonizadores que advém de uma estrutura conceitual opressiva que mesmo que inconsciente ou involuntariamente, perpetua o patriarcado. Assim sendo, a autora, traz à tona em sua teoria, a ética ambiental como uma questão fundamentalmente feminista, conforme citado anteriormente.

Pode-se dizer, então, que o ecofeminismo é estruturalmente pluralista, ao afirmar que os humanos são membros de uma comunidade ecológica rica em suas manifestações de diversidades (WARREN, 1990).

Relacionamentos não são algo extrínseco para quem somos, não é uma característica “adicional” da natureza humana; eles desempenham um papel essencial na formação do que é ser humano. Relações de humanos com não-

humanos são, em parte, constitutivos do que é ser humano (WARREN, 1990, p. 11).

Assim, os ecofeminismos envolvem essa reanálise do comportamento ético em torno dos vínculos, para que o humano compreenda o que de tão óbvio não se evidencia, de que somos seres inter-relacionais.

Uma das estruturas sobre a qual a lógica de dominação se apoia é a do controle que usa como principal ferramenta o medo para que possa exercer dominação, assim garante-se uma obediência alienada. Portanto, quando se distancia do medo, da alienação e dos dualismos hierarquizantes, desafia-se o patriarcado, aderindo uma ética sensível ao cuidado.

Abraçar uma ética amorosa significa utilizar todas as dimensões do amor-cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento. Só podemos fazer isso de modo bem sucedido ao cultivar a consciência. Estar consciente permite que examinemos nossas ações criticamente para ver o que é necessário para que possamos dar carinho, ser responsáveis, demonstrar respeito e disposição a aprender. Entender o conhecimento como elemento essencial do amor é vital (hooks, 2021, p. 130).

De acordo com hooks, ao abraçar essa ética amorosa, reconhecemos que o amor é uma ação multifacetada que vai além de emoções e sentimentos, exigindo posicionamentos conscientes e engajados. O desenvolvimento da consciência é destacado como um pilar essencial para o êxito de uma ética baseada no amor. A consciência propicia uma avaliação crítica de nossas ações, possibilitando compreender o que é necessário para expressar afeto, responsabilidade, respeito e uma postura aberta ao aprendizado. Essa reflexão consciente abre caminho para uma compreensão mais profunda das complexidades presentes nas relações interpessoais.

A concepção de considerar o saber como um componente vital do amor implica que a busca contínua pelo aprendizado é inerente ao ato de amar de maneira ética. Nesse contexto, o conhecimento não se restringe apenas à acumulação de informações, mas abrange a capacidade de captar as sutilezas das experiências de outros seres, fomentando uma ligação mais rica e significativa e reconhecendo que o amor ético exige uma abordagem reflexiva e comprometida em todas as interações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou argumentar, inicialmente, sobre conceito das sindemias trazendo a inclusividade dos ecofeminismos, no sentido de que não é possível abordá-las sem fazer as interconexões que reconhecem a dominação das mulheres e da natureza como problemas de cunho sociais enraizados em questões históricas, socioeconômicas e em condições conceituais patriarcais opressivas com cenários que mantêm e sancionam essas estruturas.

A ideia de sindemia traz que uma abordagem sistêmica aos cuidados de saúde em tempos de crise abordaria não apenas os vírus, ou os diferentes grupos de patógenos, mas toda esta rede complexa fazendo com que as doenças infecciosas não sejam encaradas isoladamente. Esta ideia envolve os fatores de acesso a saneamento, moradia e fatores econômicos, políticos e sociais.

Merryl Singer discorre sobre o fato de grande parte da população mundial encontrar-se abaixo da linha de pobreza, não tendo acesso aos recursos mínimos necessários (como por exemplo o acesso à saúde, educação, lazer, etc) para uma dignidade básica de vida. Com isso, o autor concorda com a decadência do antropocentrismo, tendo como evidência, o fato de milhões de pessoas ainda hoje viverem abaixo da linha de pobreza.

O ponto de vista das sindemias trouxe a percepção de que enxergar o que torna as populações vulneráveis somente pelo olhar do agente causador da doença é bastante restrito. É justamente isso que o atual sistema de saúde convencional faz, podendo aqui realizar uma conexão com a tradição científica ocidental do reducionista criticada por Warren. A falha é grave por não considerar as consequências do transcorrer histórico mundial, em fechar os olhos para os desdobramentos interseccionais que resultam em crises sociais, econômicas e ecológicas cada vez mais intensas e frequentes.

Há um crescente corpo de autores no campo de pesquisa sobre este assunto, que tratam sobre os oprimidos e sobre como as pessoas em situação de vulnerabilidade são mais susceptíveis aos riscos à saúde. Porém, um princípio ecológico ainda não levado em consideração com a seriedade necessária dentro desta lógica (que já foi mencionado ao longo deste trabalho) é o de que quando uma comunidade ou um organismo individual está estressado por qualquer motivo (baixa renda, por exemplo) ele será mais sensível a uma série de outros problemas. Por exemplo, quando as pessoas estão desempregadas, elas reduzem os gastos com alimentação e outros tipos de despesas, com impacto imediato na qualidade de sua nutrição e resposta imunológica. Existe, pois, uma íntima interdependência entre fatores

sociais, ambientais, biológicos e até genéticos. É essa relação que foi discutida a partir dos das sindemias e no ecofeminismo.

Torna-se essencial restabelecer a consideração nas interconexões sociológicas e ecológicas, abandonando a perspectiva que atribui a causa de uma doença estritamente ao âmbito biológico, não se restringir apenas ao bacilo, vírus ou parasita em questão. A verdadeira origem reside em uma contextualização mais abrangente, envolvendo aspectos econômicos, políticos, sociais e, conseqüentemente, históricos de maneira ampliada. As sindemias desempenham um papel crucial na compreensão da história das doenças humanas e, por conseguinte, nas narrativas da história da humanidade.

Especificamente, o pensamento ecofeminista de Warren trabalha mais filosoficamente os conceitos, trazendo para o campo teórico feminista, aspectos antes ignorados neste meio. Pode-se afirmar que o pensamento ecofeminista da autora gravita em torno de valores como a ética do cuidado, a exposição da lógica de dominação e a desconstrução de linhas de raciocínio machistas e opressoras que foram historicamente desfavorecidas. A filosofia ecofeminista também tem por base a desconstrução dos dualismos de valor aqui apresentados.

A partir da consciência da interdependência, sabe-se que mudanças são necessárias e desafiadoras (porque as engrenagens que compõem as barreiras são estruturais) e que é preciso agir em direção a um futuro que proponha alternativas para tal paradigma vigente.

O arcabouço teórico ecofeminista, (como demonstrado anteriormente) reconhece que diferentes sistemas de dominação estão interligados. Existe esta interconexão injusta entre a dominação das mulheres, de grupos vulneráveis e da natureza. Segundo Warren, a conectividade conceitual entre androcentrismo e degradação ambiental está no centro da filosofia ecofeminista.

Para Singer, questões ecológicas também devem ser resolvidas em conjunto com os problemas sociais de desigualdade e pobreza. Porém em nenhum momento o autor faz alusão à perspectiva de gênero, sendo que lhe falta este vislumbre histórico do rastro doloso do patriarcado na interconexão dos problemas geradores das crises sindêmicas.

Warren critica este tipo de posicionamento ao dizer que a não conectividade sobre as opressões compartilhadas das mulheres e da natureza perpetua, em vez de resolver, a origem das opressões.

Apesar disso, Singer coloca que na busca por esse aspecto abrangente de saúde e qualidade de vida é imprescindível o entendimento sobre essa lógica forjadora das opressões e dominações coloniais, e como tudo isso ainda repercute no presente.

Foi visto ao longo deste trabalho, como as lógicas de dominação operam em conjunto, mantendo um sistema de opressão estruturalmente naturalizado. Daí a importância de manter

uma postura crítica em relação ao próprio processo de pensamento que é, em essência, nada mais do que questionar um pensamento que foi moldado pela tradição patriarcal.

O pensamento patriarcal está profundamente arraigado em nossos processos mentais, tornando difícil o processo emancipatório, a menos que estejamos conscientes dele, o que por sua vez, demanda um esforço considerável por ser muitas vezes invisível aos olhos de uma cultura que construiu suas bases imersas no patriarcado, ou seja, internalizado na simbologia social como algo fundamentalmente natural.

O sistema patriarcal efetua sua operação por meio da colaboração das mulheres, assegurando essa participação por meio de diversas estratégias. Estas incluem a doutrinação de gênero, limitação educacional, e a própria negação do conhecimento histórico.

Os resultados do processo de colonização causaram impactos profundos na formação das sociedades e nas estruturas sociais. As mulheres foram impactadas de diversas formas, além das acima citadas: estupros sistemáticos, escravidão sexual e muitas outras formas de abuso. Estruturas sociais e culturais foram transformadas. Um terreno fértil para crises sociais, ambientais e culturais é aberto fomentando desequilíbrios sistêmicos.

A divisão tradicional do trabalho muitas vezes coloca sobre as mulheres uma carga desproporcional de responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto os homens frequentemente ocupam posições mais voltadas para o trabalho remunerado. Essa desigualdade na distribuição do trabalho pode levar a uma série de desafios relacionados à saúde. Por exemplo, as mulheres, devido à carga desigual de trabalho e à limitação de recursos, podem enfrentar maior estresse físico e emocional, tornando-as mais suscetíveis a diversas doenças.

Além disso, as disparidades de renda (ou de diferenças salariais) resultantes da divisão do trabalho podem afetar negativamente o acesso das mulheres a cuidados de saúde adequados, alimentação adequada e condição de vida digna. Barreiras sociais e estigmas relacionados à busca de cuidados de saúde também podem dificultar para as mulheres a obtenção de tratamento preventivo mais adequado.

Warren argumenta que as mulheres, especialmente aquelas em comunidades carentes, sofrem de maneira desproporcional devido a práticas ambientais prejudiciais. Isso ocorre porque as mulheres são mais expostas aos danos ambientais quando assumem papéis como trabalho doméstico, agricultura e cuidados com os filhos. Elas enfrentam o ônus adicional de garantir água potável para suas famílias, cuidar da criação de animais e fornecer alimentos, o que as torna, mais uma vez, particularmente vulneráveis aos impactos negativos do ambiente.

Setores de trabalho tradicionalmente ocupados por mulheres, como serviços de saúde e assistência social, também podem expô-las a ambientes laborais propícios à transmissão de

doenças infecciosas. Isso amplia a maior exposição das mulheres a zoonoses, onde várias condições de saúde interagem e se exacerbam mutuamente.

Essas desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho, contribuem para disparidades na distribuição de recursos, poder e oportunidades, impactando negativamente a saúde individual e mais amplamente, o tecido social e a capacidade de enfrentar as zoonoses.

Assim sendo, a divisão tradicional do trabalho, originada e ainda baseada em normas de gênero, pode contribuir para a criação de condições que facilitem o surgimento e a propagação de zoonoses de forma mais impactante às mulheres. A ética ecofeminista, como concebida por Karen Warren, pode oferecer inspirações valiosas para abordar questões éticas em contextos ambientais e de zoonoses. Em relação às questões ambientais, a perspectiva ecofeminista enfatiza a interdependência entre seres humanos e o meio ambiente, ressaltando a importância do cuidado e da responsabilidade compartilhada. Isso contribui para uma ética ambiental mais abrangente, que considera não apenas os impactos ambientais das ações humanas, mas também as relações de poder que frequentemente marginalizam certos grupos sociais e a natureza.

O patriarcado, enquanto construção histórica, possui um ciclo que teve início, desenvolvimento e, eventualmente, terá um fim. Sua relevância parece estar declinando, pois já não atende às necessidades contemporâneas de mulheres e demais seres vivos deste planeta pois está intimamente ligado ao militarismo, hierarquia e racismo, ameaçando a própria sustentabilidade da vida na terra (FEDERICI, 2017).

Nos contextos de zoonoses, a abordagem ecofeminista vai além das questões de saúde física, considerando as dimensões sociais, ambientais e políticas que contribuem para a complexidade dos problemas de saúde. Isso ajuda a compreender e enfrentar as raízes profundas das zoonoses, levando a soluções mais eficazes e inclusivas.

Uma das perguntas geradas por esta pesquisa, consistiu em saber se a ética ecofeminista de Warren poderia apresentar recomendações e inspirações para melhor enfrentar as crises zoonóticas. Pode-se afirmar que a ética ecofeminista, apresenta um conjunto de elementos e características que ajuda a encontrar caminhos para criação de políticas públicas de enfrentamento das crises zoonóticas, por enfatizar:

-Rejeição do dualismo: Warren rejeita a divisão entre natureza e cultura, bem como a separação entre seres humanos e meio ambiente. Essa visão holística é essencial para uma compreensão mais completa das questões éticas em contextos ambientais e de zoonoses.

-Ênfase no cuidado e na interconexão: A ética ecofeminista enfatiza a interdependência e a responsabilidade mútua, fundamentais para abordar questões complexas que envolvem seres humanos, meio ambiente e saúde pública.

-Sensibilidade às questões de gênero e justiça social: destaca a importância de considerar as diferentes formas de opressão e marginalização presentes em contextos ambientais e de saúde, promovendo soluções mais inclusivas.

Isso permitirá que tanto mulheres quanto homens liberem suas mentes das amarras do pensamento patriarcal e construções binárias, conseqüentemente, das práticas que o acompanham. A proposta é construir alternativas desprovidas de dominação, fundamentada em valores éticos centrados no cuidado.

Como coloca David Graeber, a verdade última do mundo é que ele é algo que nós criamos e que nós poderíamos recriar de forma diferente. Ou seja, a cada dia participamos da construção do mundo tal como ele se apresenta, e não de forma passiva. Sabe-se que existem outras possibilidades disponíveis e nosso futuro depende de sermos capazes de nos organizarmos individual e coletivamente para implementá-lo de forma a promover uma vida digna para todos.

É bastante óbvio que um ambiente não poluído é fundamental para a preservação do planeta, e também para a saúde de todos os seres vivos. Pode-se até mesmo dizer que a relação entre degradação ambiental e saúde é diretamente proporcional, porém complexa. Quando o ambiente é poluído, seja pela emissão de poluentes atmosféricos, contaminação de recursos hídricos ou desmatamento, afeta de forma pontual e a longo prazo a qualidade de vida e saúde de todos os seres vivos.

Por exemplo, a poluição do ar pode causar uma série de problemas respiratórios, como asma, bronquite e outras doenças pulmonares, além de aumentar o risco de doenças cardiovasculares. A contaminação da água por produtos químicos tóxicos pode levar a doenças gastrointestinais, câncer, ou mesmo causar sérias disfunções neurológicas. O desmatamento e a destruição de habitats naturais também podem contribuir para o surgimento de uma série de desequilíbrios biológicos, com doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, ao reduzir a diversidade de espécies que ajudam a regular as populações de insetos.

Além disso, a deterioração do meio ambiente frequentemente prejudica de forma desigual as comunidades mais vulneráveis, como aquelas em áreas urbanas densamente povoadas ou em regiões de baixa renda, onde o acesso aos serviços básicos de saúde é precário ou até mesmo inexistente.

Por conseguinte, é fundamental reconhecer e enfrentar de maneira coletiva a conexão entre a degradação ambiental e a saúde, visando assegurar um futuro sustentável para as

gerações atuais e vindouras. Isso requer a adoção de práticas sustentáveis, a redução da emissão de poluentes, a preservação dos ecossistemas naturais e a implementação de políticas de saúde pública inspiradas por uma ética sensível ao cuidado, assim não só o ambiente estará protegido, mas os seres vivos respeitados em sua pluralidade. Ao zelar pela natureza, estamos, em última análise, cuidando de nós mesmos e dos outros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRENSHAW, KIMBERLÉ. **Background Paper for the Expert Meeting on Gender Related Aspects of Race Discrimination**. Janeiro/2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262736590_Background_Paper_for_the_Expert_Meeting_on_the_Gender-Related_Aspects_of_Race_Discrimination>. Acesso em: 15/03/2024.
- CRUTZEN; STOERMER. (2000). “**The ‘Anthropocene’**”. In: **Global Change Newsletter**. N. 41. Mai/2000. Disponível em: <<http://www.igbp.net/globalchange/anthropocene.4.1b8ae20512db692f2a680009238.html>>. Acesso em: 30/jun/2018.
- CUOMO, Christine J. **Unraveling the Problems in Ecofeminism**. **Environmental Ethics**. Winter 1992, v. 14, n. 4, p. 351-363.
- DALL’AGNOL, Darlei. **Cuidar e Respeitar: atitudes fundamentais na bioética**. **RevistaBioethikos**. v. 6, n.2, abr./jun. 2012.
- DAVION, Victoria. **Ecofeminism**. In: JAMIESON, Dale. **A Companion to Environmental Philosophy**. Blackwell, 2001.
- EATON E LORENTZEN, Louis Anne. **Ecofeminism and globalization: Exploring culture, context, and religion**. Heather. 2003.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1. ed. SP: Autonomia Literária, 2020.
- GELEDES portal. **Número de pessoas com fome no mundo aumentou cinco vezes devido à pandemia, crise climática e conflitos armados**. 09/07/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/numero-de-pessoas-com-fome-no-mundo-aumentou-cinco-vezes-devido-a-pandemia-crise-climatica-e-conflitos-armados/?gclid=Cj0KCQjw7KqZBhCBARIsAI-fTKJvet8pD5uKbCyxsB1QzX1_-pRLyNu0O-6BKLRONlhvEfeQ9rezIuMaAk2REALw_wcB>. Acesso em: 21/09/2022.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: Novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.
- ILLICH, Ivan- **A exploração da saúde; Nêmeses da Medicina**. 3.ed. RJ: Nova Fronteira S.A, 1975.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. 1. ed. SP: Cultrix, 2019.
- KUHNEN, Aparecida. Encontro 5 G.E. **A natureza dentro do ecofeminismo**. Estudo realizado em 19/julho/2022.

LEVINS, Richard. **Is Capitalism a Disease?** NET, New York, set. 2000. Disponível em <<https://monthlyreview.org/2000/09/01/is-capitalism-a-disease/>>. Acesso em 10/02/2021

MARQUES, Victor Ximenes. **Pandemia e antiguerra: da lógica da acumulação à lógica do cuidado.** Volutas, revista internacional de filosofia. Santa Maria. V. 2, 22/07/2020. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/44015/pdf>>. Acesso em 04/02/2021.

MC CLINTOK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas, SP: ed Unicamp, 2010.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** 2 ed. BH: Editora Luas, 2021.

MOORE, J. W. **Antropoceno-ou-Capitaloceno.** Disponível em <<https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2022/09/Moore-Antropoceno-ou-Capitaloceno-from-2016-Outros-Palavras-2022.pdf>> Acesso em: 19/12/2023

MSF.org.br-. **Desde a sua descoberta, em 1981, o HIV/Aids matou mais de 40 milhões de pessoas.** Disponível em <https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/hivaid/?utm_source=adwords_m> Acesso em: 07/09/2020

NORLOCK, KATHRYN "**Feminist Ethics**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/feminism-ethics/>>. Acessos em 10/03/2024.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** ComCiência, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n120/a06n120.pdf>>. Acessos em 27 fev. 2024.

ONU, Nações Unidas. **Perspectiva global reportagens humanas.** 07/10/2020. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962>>- Acesso em: 19/09/2022.

ONU, Nações Unidas. **Relatório da ONU destaca como eliminar desigualdade de gênero nas famílias.** 07/10/2020. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1677851>>- Acesso em: 08/12/2023.

ONU, Nações Unidas **“3 bilhões de mulheres vivem em países onde o Estupro no casamento não é considerado crime”.** - Revista crescer/família (globo.com). Disponível em <https://revistacrescer.globo.com/Familia/noticia/2019/07/3-bilhoes-de-mulheres-vivem-em-paises-onde-o-estupro-no-casamento-nao-e-considerado-crime-afirma-onu.html>. Acesso em: 08/12/2023.

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero-** 1 ed. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2021.

PLUMWOOD, Val. **Nature, Self and Gender: Feminism, environmental philosophy, and the critique of rationalism.** V1. n. 1, 1991.

Instituto humanitas, Unicinos. **Rejeição do Antropoceno vita novela e causa comocão entre os cientistas.** 02/03/2024 Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637351-rejeicao-do-antropoceno-vira-novela-e-causa-comocao-entre-cientistas>> Acesso em: 26/06/2024.

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista** / Daniela Rosendo - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2015.

ROSENDO, Daniela. **Quilt ecofeminista: uma concepção de justiça social, ambiental e interespecies**/ Daniela Rosenda; orientadora Milene Consenso Tonetto, 2019.

RUDNICKI, DANI. **AIDS e direitos humanos**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/aids/aids_dh.html> - Acesso em: 22/09/2022

SANDLER, Ronald L. **Environmental Ethics: theory in practice**. New York: Oxford University Press, 2017.

SHIVA, Vandana. **Sobre o coronavírus: Dos bosques às nossas granjas, ao nosso microbioma intestinal**. Carta Maior, o portal da Esquerda. Porto Alegre. Disponível em: <<https://tropicomovimento.com.br/clipping/2020/vandana-shiva-sobre-o-coronavirus-dos-bosques-as-nossas-granjas-ao-nosso-microbioma-intestinal>> Acesso em: 19/05/2020.

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind: perspectives on Biodiversity and Biotechnology**. ed. São Paulo, Gaya, 2003.

SINGER, Merrill. **Introduction to syndemics: A critical systems approach to public and community health**. 1ed. U.S: Jossey-Bass, 2009.

STEFFEN, W.; et. al. (2004). **Global Change and the Earth System: A planet 297 under pressure**. The IGBP Book Series. Berlin, Heidelberg, New York: SpringerVerlag.

TRIZOLI, Talita. **O Feminismo e a Arte Contemporânea - Considerações**. 17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais – 19 a 23 de agosto de 2008 – Florianópolis.

TULL, Es, Wickramasuriya T, Taylor J et al. **Relationship of internalized racism to abdominal obesity and blood pressure in Afro-Caribbean women**. J NatlMedAssoc 1999; 91:447–52

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It is and Why It Matters**. Editora: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

WARREN, Karen (Ed). **Ecological Feminist Philosophies**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press. 2005.

WARREN, K. **The Power and the Promise of Ecofeminism, Revisited**. In: ZIMMERMAN et al. **Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology**. New Jersey: Pearson, 2005.

WARREN, Karen. **The Power and Promise of Ecological Feminism**, MD: Rowman & Littlefield Publicado em, 1990.

WILKINSON, R., & PICKETT, K. **O nível: Por que uma sociedade igualitária é melhor para todos**. Editora Civilização Brasileira, 2015.